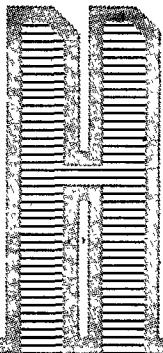




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLIII — Nº 13

TERÇA-FEIRA, 12 DE ABRIL DE 1988

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 4^a SESSÃO CONJUNTA, EM 11 DE ABRIL DE 1988

- 1.1 — ABERTURA
- 1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTONIO DE JESUS — Visita do Presidente de Moçambique ao Brasil. Inauguração de um templo da Assembléia de Deus em Taquatinga, DF. Convenção das Assembléias de Deus do Distrito Federal.

DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA — Administração de Miguel Arraes em Pernambuco.

DEPUTADO RUY NEDEL — Reafirma suas convicções parlamentaristas.

DEPUTADO TADEU FRANÇA — Nega sua candidatura à presidência da Funai.

DEPUTADO AMAURY MULLER — Mandato do Presidente José Sarney. Extinção da URP.

DEPUTADO PAULO PAIM — Dia Nacional do Protesto dos funcionários público. Extinção da URP.

DEPUTADO OSVALDO BENDER — VIII Feira de Reprodutores de Sêmen e V Exposição Agropecuária de Rodeio Bonito, RS.

DEPUTADO ADYLSON MOTTA — Eleição indireta para Vice-Presidente da República.

DEPUTADA DIRCE TUTU QUADROS — Armentos brasileiros usados na guerra Irã x Iraque. Declarações de Antonio Ermírio de Moraes sobre golpe de estado.

DEPUTADO ÚBIRATAN AGUIAR — Conversão da dívida externa. Editorial do Jornal **O Povo** — O Nordeste e a conversão.

DEPUTADO IVO MAINARDI — Presença na Casa, de prefeitos gaúchos. Situação do pequeno produtor do RS.

DEPUTADO ASSIS CANUTO — Comercialização da safra agrícola 87/88. Enchente em Mato Grosso.

DEPUTADO PAULO DELGADO — Política econômica do Governo. Adiamento das eleições municipais.

DEPUTADO VICTOR FACCIONI — Situação dos aposentados da Previdência Social.

DEPUTADO RUBEN FIGUERO — Enchente no Pantanal de Mato Grosso.

DEPUTADO ADOLFO OLIVEIRA — Esvaziamento das sessões do Congresso Nacional.

DEPUTADO ALOÍSIO VASCONCELOS — Manifestação sobre movimentos políticos de Minas Gerais.

DEPUTADA RAQUEL CAPIBERIBE — Extinção da URP. Interferências do Poder Executivo em assuntos do Legislativo.

DEPUTADO JORGE ARBAGE — 169^a aniversário da Associação Comercial do Pará.

DEPUTADO MENDES RIBEIRO — Ritmo imposto pelo Presidente Ulysses Guimarães aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Perdas e desvios de estoques agrícolas da Companhia de Financiamento da Produção.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — Congelamento da URP.

SENADOR MÁRIO MAIA — Sistema previdenciário brasileiro. Situação dos aposentados.

1.2.2 — Leitura de mensagem presidencial e designação do Relator

Leitura da Mensagem Presidencial nº 69, de 1988-CN (nº 137/88, na origem), que submete à deliberação do congresso Nacional

o texto do Decreto-Lei nº 2.420, de 18 de março de 1988, que dispõe sobre correção monetária nos casos de liquidação extrajudicial de sociedades seguradoras, de capitalização e de previdência privada e dá outras providências. (Relator Deputado Aloysio Chaves).

1.2.3 — Comunicação da Presidência

Inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1988-CN (apresentado como conclusão do parecer proferido, em Plenário, pelo Senhor Senador Leopoldo Perez), aprovando o texto do Decreto-Lei nº 2.396, de 21 de dezembro de 1987, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas e dá outras providências. **Discussão adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagens Presidenciais nºs 215, de 1987-CN (nº 352/87, na origem); 216, de 1987-CN (nº 353/87, na origem); 217, de 1987-CN (nº 354/87, na origem); 218, de 1987-CN (nº 356/87, na origem); 219, de 1987-CN (nº 359/87, na origem), e 220, de 1987-CN (nº 360/87, na origem), através das quais o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional os textos dos Decretos-Leis nºs 2.335, de 12 de junho de 1987, que dispõe sobre o congelamento de preços e aluguéis, reajustes mensais de salários e vencimentos, institui a Unidade de Referência de Preços (URP) e dá outras providências; 2.336, de 15 de junho de 1987, que altera a redação de dispositivos do Decreto-Lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987; 2.337, de 18 de junho de 1987, que altera os arts.

PASSOS, PÓRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Administrativo
JOSECLER GOMES MOREIRA
Diretor Industrial
LINDOMAR PEREIRA DA SILVA
Diretor Adjunto

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral	Cz\$ 950,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 6,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

13 e 14 do Decreto-Lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987, e dá outras providências; 2.339, de 26 de junho de 1987, que altera o Decreto-Lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987, e dá outras providências; 2.342, de 10 de julho de 1987, que altera os arts. 13 e 14 do Decreto-Lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987; e 2.343, de 10 de julho de 1987, que acrescenta parágrafo ao art. 8º do Decreto-Lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 221, de 1987-CN (nº 355/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.338, de 19 de junho de 1987, que dispõe sobre o pagamento da remuneração de que trata os arts. 3º, 4º e 7º do Decreto-Lei nº 1.971, de 30 de novembro de 1982, que estabelece limite de retribuição dos servidores da administração direta e indireta da União, do Distrito Federal e dos Territórios Federais. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 222, de 1987-CN (nº 357/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.340, de 26 de junho de 1987, que altera o Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 223, de 1987-CN (nº 358/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.341, de 29 de junho de 1987, que dispõe sobre a correção monetária das demonstrações financeiras, para efeito de determinar o lucro real, e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 224, de 1987-CN (nº 361/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.344, de 23 de julho de 1987, que altera o Decreto-Lei nº 2.333, de 11 de

julho de 1987. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 225, de 1987-CN (nº 362/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.345, de 23 de julho de 1987, que dá nova redação ao **caput** do art. 1º da Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 226, de 1987-CN (nº 363/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.346, de 23 de julho de 1987, que cria no Ministério da Fazenda os cargos que especifica e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 227, de 1987-CN (nº 378/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987, que cria na Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República os cargos que especifica e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagens Presidenciais nºs 228, de 1987-CN (nº 364/87, na origem); e 229, de 1987-CN (nº 376/87, na origem), através das quais o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional os textos dos Decreto-Lei nº 2.348, de 24 de julho de 1987, que altera o Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, que dispõe sobre licitações e contratos da Administração Federal, e 2.360, de 16 de setembro de 1987, que altera o Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, que dispõe sobre licitações e contatos da Administração Federal. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 230, de 1987-CN (nº 365/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.344, de 23 de julho de 1987, que altera o Decreto-Lei nº 2.333, de 11 de

Decreto-Lei nº 2.349, de 29 de julho de 1987, que dispõe sobre limite para a cobertura pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais — FCVS, e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 231, de 1987-CN (nº 366/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.350, de 31 de julho de 1987, que dispõe sobre o incentivo fiscal a que se refere a Lei nº 7.554, de 16 de dezembro de 1986, concedido às empresas controladas pela Siderurgia Brasileira S.A. — Siderbrás (Grupo Siderbrás). **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 232, de 1987-CN (nº 367/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.351, de 7 de agosto de 1987, que institui o Piso Nacional de Salários e o Salário Mínimo de Referência e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagens Presidenciais nºs 233, de 1987-CN (nº 368/87, na origem); e 234, de 1987-CN (nº 377/87, na origem), através das quais o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional os textos dos Decretos-Lei nº 2.452, de 7 de agosto de 1987, que concede abono salarial e dá outras providências, e 2.361, de 24 de setembro de 1987, que dispõe sobre o reajuste de preços de contratos de prestação de serviços no caso que especifica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 235, de 1987-CN (nº 369/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.353, de 1º de agosto de 1987, que acrescenta parágrafo ao art. 1º do Decreto-Lei nº 1.960, de 23 de setembro de 1982. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 236, de 1987-CN (nº 370/87, na origem), através da qual o Se-

nhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.354, de 24 de agosto de 1987, que altera a legislação do Imposto de Renda. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 237, de 1987-CN (nº 371/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.355, de 27 de agosto de 1987, que estabelece limite de retribuição da Administração Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 238, de 1987-CN (nº 372/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.356, de 28 de agosto de 1987, que altera a tabela para o cálculo do Imposto de Renda na fonte. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 239, de 1987-CN (nº 373/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.357, de 28 de agosto de 1987, que institui Programa Trienal de Aperfeiçoamento da Arrecadação das Receitas Federais, e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 240, de 1987-CN (nº 374/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.358, de 4 de setembro de 1987, que dispõe sobre a percepção de gratificações por servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 241, de 1987-CN (nº 375/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.359, de 16 de setembro de 1987, que estende benefícios fiscais ao empreendimento integrante do Plano de Recuperação do Setor de Energia Elétrica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 1, de 1988-CN (nº 744/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.394, de 21 de dezembro de 1987, que altera a legislação do Imposto de Renda incidente sobre rendimentos auferidos em operações financeiras de curto prazo e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 2, de 1988-CN (nº 745/87, na origem), através da qual o Se-

nhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.395, de 21 de dezembro de 1987, que autoriza o Poder Executivo a instituir mecanismo de garantia para depósitos e aplicações em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 4, de 1988-CN (nº 747/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.397, de 21 de dezembro de 1987, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 5, de 1988-CN (nº 748/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, que dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 6, de 1988-CN (nº 749/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.399, de 21 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a transferência das ações representativas do capital da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), de seus bens e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 7, de 1988-CN (nº 750/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.400, de 21 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a transferência das ações representativas da participação federal nas entidades vinculadas ao Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 8, de 1988-CN (nº 751/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.401, de 21 de dezembro de 1987, que proíbe a utilização de recursos do Tesouro Nacional em operações de compra e venda de açúcar de produção nacional, para fins de exportação, e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 9, de 1988-CN (nº 398/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.362, de 21 de outubro de 1987, que concede isenção do Imposto sobre

Produtos Industrializados no caso que especifica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 10, de 1988-CN (nº 390/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987, que extingue o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — Incra, cria o Instituto Jurídico das Terras Rurais — Inter e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 11, de 1988-CN (nº 389/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.364, de 22 de outubro de 1987, que fixa o valor do soldo sobre base do cálculo da remuneração dos militares. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagens Presidenciais nºs 12, de 1988-CN (nº 411/87, na origem) 13, de 1988-CN (nº 412/87, na origem), 14, de 1988-CN (nº 596/87, na origem), através das quais o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional os textos dos Decretos-Leis nºs 2.365, de 27 de outubro de 1987, que institui gratificação a ser deferida e dá outras providências, e nº 2.374, de 19 de novembro de 1987, que dispõe sobre a aplicação do Decreto-Lei nº 2.365, de 27 de outubro de 1987, aos servidores da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste—Sudene, e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagens Presidenciais nºs 15, de 1988-CN (nº 408/87, na origem), e 16, de 1988-CN (nº 721/87, na origem), através das quais o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional os textos dos Decretos-Leis nºs 2.367, de 5 de novembro de 1987, que institui gratificação a ser deferida aos servidores que especifica e dá outras providências, e 2.379, de 4 de dezembro de 1987, que altera o Decreto-Lei nº 2.367, de 5 de novembro de 1987, e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 17, de 1988-CN (nº 409/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.368, de 5 de novembro de 1987, que fixa o valor do soldo base do cálculo da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 18, de 1988-CN (nº 410/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.369, de 11 de novembro de

1987, que altera o Decreto-Lei nº 2.032, de 9 de junho de 1983, e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum para o prosseguimento da sessão.**

Mensagem Presidencial nº 19, de 1988-CN (nº 559/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.370, de 17 de novembro de 1987, que institui Programa Trienal de Aperfeiçoamento da Arrecadação das Receitas Tributárias do Distrito Federal, e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55. **Apreciação adiada por falta de quorum para o prosseguimento da sessão.**

Mensagem Presidencial nº 20, de 1988-CN (nº 577/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987, que dispõe sobre os vencimentos e a representação mensal devida aos servidores que específica e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum para o prosseguimento da sessão.**

Mensagem Presidencial nº 21, de 1988-CN (nº 562/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.372, de 18 de novembro de 1987, que dispõe sobre a gratificação por operações especiais, instituída pelo Decreto-Lei nº 1.714, de 21 de novembro de 1979. **Apreciação adiada por falta de quorum para o prosseguimento da sessão.**

Mensagem Presidencial nº 22, de 1988-CN (nº 563/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.373, de 18 de novembro de 1987, que dispõe sobre o posicionamento dos funcionários pertencentes à categoria de Técnico do Tesouro Nacional da Carreira de Auditoria do Tesouro Nacional, instituída pelo Decreto-Lei nº 2.225, de 10 de janeiro de 1985. **Apreciação adiada por falta de quorum para o prosseguimento da sessão.**

Mensagem Presidencial nº 23, de 1988-CN (nº 710/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, que revoga o Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, dispõe sobre terras públicas, e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.) — Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário. **Apreciação adiada por falta de quorum para o prosseguimento da sessão.**

Mensagem Presidencial nº 24, de 1988-CN (nº 711/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987, que dispõe sobre a dívida mobiliária interna da União e dá outras providências.

Apreciação adiada por falta de quorum para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 25, de 1988-CN (nº 719/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.377, de 30 de novembro de 1987, que cancela débitos que menciona e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum para o prosseguimento da sessão.**

Mensagem Presidencial nº 26, de 1988-CN (nº 720/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.378, de 3 de dezembro de 1987, que concede aos integrantes do Grupo Serviços Jurídicos e da Carreira de Procurador do Distrito Federal as vantagens que menciona e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum para o prosseguimento da sessão.**

Mensagem Presidencial nº 27, de 1988-CN (nº 722/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.380, de 9 de dezembro de 1987, que altera Tabela de Escalonamento Vertical de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 1.447, de 13 de fevereiro de 1976, e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum para o prosseguimento da sessão.**

Mensagem Presidencial nº 28, de 1988-CN (nº 723/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.381, de 9 de dezembro de 1987, que isenta do imposto sobre Produtos Industrializados os produtos que indica e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum para o prosseguimento da sessão.**

Mensagem Presidencial nº 29, de 1988-CN (nº 731/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.382, de 9 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a aplicação do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos aos estabelecimentos de ensino das Forças Armadas e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum para o prosseguimento da sessão.**

Mensagem Presidencial nº 30, de 1988-CN (nº 723/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.383, de 17 de dezembro de 1987, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum para o prosseguimento da sessão.**

Mensagem Presidencial nº 31, de 1988-CN (nº 733/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.384, de 17 de dezembro

de 1987, que revoga o art. 12 do Decreto-Lei nº 138, de 2 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum para o prosseguimento da sessão.**

Mensagem Presidencial nº 32, de 1988-CN (nº 735/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.385, de 18 de dezembro de 1987, que dispõe sobre gratificação a ser concedida aos servidores de nível médio e superior do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério das Minas e Energia. **Apreciação adiada por falta de quorum para o prosseguimento da sessão.**

Mensagem Presidencial nº 33, de 1988-CN (nº 736/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.386, de 18 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a carreira do Ministério Público Federal, a criação de Núcleos das Procuradorias da República, em Municípios, e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum para o prosseguimento da sessão.**

Mensagem Presidencial nº 34, de 1988-CN (nº 737/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.387, de 18 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a Gratificação por Operações Especiais, instituída pelo Decreto-Lei nº 1.727, de 10 de dezembro de 1979. **Apreciação adiada por falta de quorum para o prosseguimento da sessão.**

Mensagem Presidencial nº 35, de 1988-CN (nº 738/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.388, de 18 de dezembro de 1987, que dispõe sobre as categorias funcionais de Engenheiro Agrônomo e de Médico Veterinário do Grupo Outras Atividades de Nível Superior dos Planos de Classificação de Cargos e Empregos, instituídos na conformidade das Leis nºs 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e 6.550, de 5 de julho de 1978, e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum para o prosseguimento da sessão.**

Mensagem Presidencial nº 36, de 1988-CN (nº 739/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.389, de 18 de dezembro de 1987, que transforma, no Tribunal de Contas da União, os cargos que especifica e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum para o prosseguimento da sessão.**

Mensagem Presidencial nº 42, de 1988-CN (nº 740/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.390, de 18 de dezembro de 1987, que concede isenção do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobi-

liários e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 43, de 1988-CN (nº 741/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.391, de 18 de dezembro de 1987, que dá nova redação aos incisos II, III e IV do art. 6º da Lei nº 5.143, de 20 de outubro

de 1966, e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Mensagem Presidencial nº 44, de 1988-CN (nº 742/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.392, de 21 de dezembro de 1987, que cancela débitos para com a Superintendência Nacional de Abastecimento —

Sunab, e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

1.3.1 — Pronunciamento

DEPUTADO AMAURY MULLER — Pauta das sessões do Congresso Nacional.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DE COMISSÃO

Ata da 4^a Sessão Conjunta, em 11 de abril de 1988

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 48^a Legislatura

Presidência do Sr. Francisco Rollemberg

ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Perez — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — José Agripino — Lavoisier Maia — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Antonio Farias — Mansueto de Lavor — Guilherme Palmeira — Teotônio Vilela Filho — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Louival Baptista — Jutahy Magalhães — José Ignácio Ferreira — Cerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Afonso Arinos — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Louremberg Nunes Rocha — Mário Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — José Richa — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça.

E OS SRS. DEPUTADOS.

Acre

José Melo — PMDB; Maria Lúcia — PMDB; Osmir Lima — PMDB; Rubem Branquinho — PMDB.

Amazonas

Bernardo Cabral — PMDB; Beth Azize — PSB; Carrel Benevides — PMDB; José Dutra — PMDB; José Fernandes — PDT; Sadie Hauache — PFL.

Rondônia

Arnaldo Martins — PMDB; Assis Canuto — PFL; Chagas Neto — PMDB; Francisco Sales — PMDB; José Guedes — PMDB; José Viana — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PSB; Aloisio Chaves — PFL; Amilcar Moreira — PMDB; Arnaldo Moraes — PMDB; Asdrubal Bentes — PMDB; Carlos Vingre — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Eiel Rodrigues — PMDB; Fernando Velasco — PMDB; Gabriel Guerreiro — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Paulo Roberto — PMDB.

Maranhão

Antonio Gaspar — PMDB; Costa Ferreira — PFL; Eliézer Moreira — PFL; Enoc Vieira — PFL; Haroldo Sabóia — PMDB; Jayme Santana — PFL; José Carlos Sabóia — PMDB; Sarney Filho — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Felipe Mendes — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Jesualdo Cavalcanti — PFL; Jesus Tajra — PFL; José Luiz Maia — PDS; Myriam Portella — PDS; Paes Landim — PFL; Paulo Silva — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Carlos Benevides — PMDB; César Cals Neto — PDS; Etevaldo Nogueira — PFL; Expedito Machado — PMDB; Firmino de Castro — PMDB; Furtado Leite — PFL; Gidel Dantas — PMDB; José Lins — PFL; Lúcio Alcântara — PFL; Luiz Marques — PFL; Manuel Viana — PMDB; Mauro Sampaio — PMDB; Moeima São Thiago — PDT; Osmundo Rebouças — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Raimundo Bezerra — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Flávio Rocha — PL; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Iberê Ferreira — PFL; Ismael Wanderley — PMDB; Vingt Rosado — PMDB.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Agassiz Almeida — PMDB; Aluizio Campos — PMDB; Antonio Mariz

— PMDB; Cássio Cunha Lima — PMDB; Edivaldo Motta — PMDB; Edme Tavares — PFL; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Lucia Braga — PFL

Pernambuco

Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Bezerra Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Gonzaga Patriota — PMDB; Harlan Gadêla — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; Joaquim Francisco — PFL; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; José Tinoco — PFL; Luiz Freire — PMDB; Marcos Queiroz — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Roberto Freire — PCB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Eduardo Bonfim — PC do B; Geraldo Bulhões — PMDB; Roberto Torres — PTB.

Sergipe

Acival Gomes — PMDB; Antonio Carlos Franco — PMDB; Bosco França — PMDB; Cleonâncio Fonseca — PFL; Djenal Gonçalves — PMDB; João Machado Rollemberg — PFL; José Queiroz — PFL.

Bahia

Carlos Sant'Anna — PMDB; Celso D'ourado — PMDB; Domingos Leonelli — PMDB; Eraldo Tinoco — PFL; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Jairo Carneiro — PFL; Joaci Góes — PMDB; João Alves — PFL; Jonival Lucas — PFL; Jorge Hage — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; Leur Lomanto — PFL; Lídice da Mata — PC do B; Luiz Eduardo — PFL; Manoel Castro — PFL; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Milton Barbosa — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Virgíldálio de Senna — PMDB; Waldeck Ornelas — PFL

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Rita Camata — PMDB; Stélio Dias — PFL; Vasco Alves — PMDB.

Rio de Janeiro

Adolfo Oliveira — PL; Anna Maria Rattes — PMDB; Arolde de Oliveira — PFL; Artur da Távola — PMDB; Benedita da Silva — PT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Alberto Caó — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Denis Arneiro — PMDB; Edmilson Valentim — PC do B; Fábio Raunheitti — PTB; Flavio Palmier da Veiga — PMDB; Francisco Dornelles — PFL; Gustavo de Faria — PMDB; José Luiz de Sá — PL; Luiz Salomão — PDT; Lysâneas Maciel — PDT; Messias Soares — PTR; Nelson Sabrá — PFL; Noel de Carvalho — PDT; Oswaldo Almeida — PL; Paulo Ramos — PMDB; Roberto Augusto — PTB; Roberto D'Ávila — PDT; Roberto Jefferson — PTB; Ronaldo Cesar Coelho — PMDB; Sandra Cavalcanti — PFL; Simão Sessim — PFL; Sotero Cunha — PDC; Vivaldo Barbosa — PDT; Vladimir Palmeira — PT.

Minas Gerais

Aloisio Vasconcelos — PMDB; Alysson Paulinelli — PFL; Bonifácio de Andrade — PDS; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Mosconi — PMDB; Célio de Castro — PMDB; Chico Humberto — PDT; Christovam Chiaradia — PFL; Dáton Canabrava — PMDB; Elias Murad — PMDB; Gil César — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; João Paulo — PT; José da Conceição — PMDB; José Geraldo — PMDB; José Santana de Vasconcelos — PFL; José Ulysses de Oliveira — PMDB; Lael Varella — PFL; Luiz Alberto Rodrigues — PMDB; Mário Assad — PFL; Maurício Pádua — PMDB; Melo Freire — PMDB; Melo Reis — PDS; Milton Reis — PMDB; Octávio Elísio — PMDB; Oscar Corrêa — PFL; Paulo Delgado — PT; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Roberto Brant — PMDB; Ronaldo Carvalho — PMDB; Ronaro Corrêa — PFL; Rosa Prata — PMDB; Sérgio Werneck — PMDB; Silvio Abreu — PMDB; Virgílio Galassi — PDS; Virgílio Guimarães — PT; Ziza Valadares — PMDB.

São Paulo

Agripino de Oliveira Lima — PFL; Antônio Carlos Mendes Thame — PFL; Antônio Perosa — PMDB; Antônio Salim Curiati — PDS; Arnold Fioravante — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Delfim Netto — PDS; Dirce Tutu Quadros — PTB; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Jorge — PT; Fábio Feldmann — PMDB; Farabulini Júnior — PTB; Fernando Gasparian — PMDB; Florestan Fernandes — PT; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Rossi — PTB; Gastone Righi — PTB; Geraldo Alckmin Filho — PMDB; Hélio Rosas — PMDB; Jayme Paliarin — PTB; João Rezek — PMDB; Joaquim Bevilacqua — PTB; José Carlos Greco — PMDB; José Egreja — PTB; José Genoino — PT; José Maria Eymael — PDC; José Serra — PMDB; Koyu Iha — PMDB; Luis Inácio Lula da Silva — PT; Manoel Moreira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Michel Temer — PMDB;

Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Roberto Rollemburg — PMDB; Robson Marinho — PMDB; Sólon Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tito Costa — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PC do B; Antonio de Jesus — PMDB; Délia Braz — PMDB; Jalles Fontoura — PFL; João Natal — PMDB; José Freire — PMDB; Maguito Vilela — PMDB; Mauro Miranda — PMDB; Naphtali Alves de Souza — PMDB; Nion Albernaz — PMDB; Paulo Roberto Cunha — PDC; Pedro Canedo — PFL; Siqueira Campos — PDC.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Francisco Carneiro — PMDB; Geraldo Campos — PMDB; Jofran Frejat — PFL; Márcia Kubitschek — PMDB; Maria de Lourdes Abadia — PFL; Sigmaringa Seixas — PMDB; Valmir Campelo — PFL.

Mato Grosso

Percival Muniz — PMDB; Rodrigues Palma — PMDB; Ubiratan Spinelli — PDS.

Mato Grosso do Sul

Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Valter Pereira — PMDB.

Paraná

Alarico Abib — PMDB; Alceni Guerra — PFL; Basílio Villani — PMDB; Darcy Deitos — PMDB; Dionísio Dal Prá — PFL; Ervin Bonkoski — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Jacy Scanagatta — PFL; José Tavares — PMDB; Jovanni Masini — PMDB; Matheus Iensen — PMDB; Maurício Fruet — PMDB; Maurício Nasser — PMDB; Nelton Friedrich — PMDB; Nilso Sguarezi — PMDB; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Pimentel — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PMDB; Tadeu França — PMDB; Waldyr Pugliesi — PMDB.

Santa Catarina

Alexandre Puzyna — PMDB; Antônio Carlos Konder Reis — PDS; Artenir Werner — PDS; Francisco Küster — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; Geovah Amarante — PMDB; Paulo Macarini — PMDB; Victor Fontana — PFL; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck — PDT; Adylson Motta — PDS; Amaury Müller — PDT; Antônio Britto — PMDB; Arnaldo Prieto — PFL; Carlos Cardinal — PDT; Darcy Pozza — PDS; Erico Pegoraro — PFL; Floriano Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PMDB; Hilário Braun — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; João de Deus Antunes — PTB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Luís Roberto Ponte — PMDB; Mendes Ribeiro — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Olívio Dutra — PT; Osvaldo Bender — PDS; Paulo Min-

carone — PMDB; Paulo Paim — PT; Ruy Nedel — PMDB; Vicente Bogo — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Annibal Barcellos — PFL; Eraldo Trindade — PFL; Raquel Capiberibe — PMDB.

Roraima

Chagas Duarte — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg) — As listas de presença acusam o comparecimento de 64 Senhores senadores e 292 Senhores Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio de Jesus.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ocupo esta tribuna, neste instante, para registrar a vinda ao Brasil de uma comitiva de Moçambique, acompanhada de seu presidente, Joaquim Alberto Chissano. O fato constitui-me surpresa, pois no momento em que a referida comitiva era recepcionada no Palácio do Itamaraty com um jantar, a convite do Presidente José Sarney,pareceu-me até perigosa essa discriminação, porque o negro brasileiro, que já conquistou sua liberdade política, não totalmente a econômica e a social, não alcançou os altos postos e a riqueza que lhe são vedados em parte. Neste momento, argumento até que deve haver uma ação mais inteligente e dinâmica por parte do negro para que ele possa conquistar essas áreas. Não há notícia de termos no Brasil — eu ainda não conheço —, por exemplo, um general, um almirante, um brigadeiro ou ministro de Estado de cor negra. Mas creio que vamos chegar lá, porque também havia poucos negros nesta Casa e hoje percebemos que esse número está aumentando. Então, isso exige uma ação mais inteligente por parte do negro nas suas próprias bases, para que ele possa realmente, com sua participação, convercer a própria comunidade de que também faz parte da mesma, podendo representá-la em todos os ângulos de atividades, inclusive nas dimensões políticas mais elevadas.

Causou-me estranheza, Srs. Congressistas, o fato de o Presidente José Sarney convidar o Presidente de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano — que aqui chegou acompanhado de uma comitiva de 63 pessoas negras — para vir ao Brasil assistir a uma solenidade, e quase não haver negros nesse evento! Eu, Constituinte de formação cristã, moderada e equilibrada, compareci à solenidade, quando muitos se assustaram — não sei por que —, deixando-me uma interrogação profunda, justamente quando se comemora, por todo o Brasil, o Centenário da Independência da Escravatura. Não seria uma boa ocasião para o encontro dos representantes negros daquele país com os constituintes brasileiros, o momento em que o Presidente de Moçambique foi condecorado com a medalha de honra do Cruzeiro do Sul? Então, acho que naquele instante seria oportuno estarmos ali.

Passando agora para outro assunto, Sr. Presidente, tive oportunidade de inaugurar, parcialmente, um dos belos templos da Assembléias de Deus numa das cidades — satélites, Taguatinga, ontem, com a presença de aproximadamente 3.000 pessoas e a participação de várias autoridades, ocasião em que também foi realizada a Convenção das Assembléias de Deus do Distrito Federal. O evento contou também com a presença de S. Ex^o, o Governador José Aparecido, acompanhado de mais algumas autoridades, o que marcou muito o momento para a história dos evangélicos do Distrito Federal, que somam mais de cem mil. O movimento evangélico contribui, em todos os sentidos, para que o homem se desenvolva integralmente, como ser humano, não só no aspecto econômico ou social, mas também no espiritual, porque o ser humano, quando estudado como um todo, se completa.

Recordo-me agora de um livro de um grande psicólogo, Eduardo Baquero, que diz que o homem, para ser estudado, deve ser compreendido na sua amplitude: no, esteio psicológico-sociológico, que estuda o homem em relação a si mesmo; no esteio psicológico — sociológico, que estuda o homem em relação ao ser transcendental. Quando o homem é estudado nessa tridimensionalidade, é compreendido como um ser integral. Assim sendo, deixo aqui meu registro como Constituinte de formação cristã: é preciso evitar os radicaismos e caminhar no sentido do entendimento, a fim de que se possa viabilizar todo o processo da Constituinte, que a nós foi delegado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gonzaga Patrota.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, a ação governamental de Miguel Arraes, no Estado de Pernambuco, vem sendo conduzida de forma a atender aos compromissos firmados em praça pública. Dando prioridade às obras de cunho eminentemente popular, o Governo Miguel Arraes encontrou o caminho para a solução de problemas que afligiam a população mais carente, organizando o povo em suas bases através dos sindicatos urbanos e rurais, das associações de moradores e das cooperativas, a quem cabe definir o que de mais importante o executivo pode fazer pelo povo.

Fiel aos seus princípios e sensível à agudeza das dificuldades crônicas que envolvem todos os aspectos sociais e econômicos de Pernambuco, Arraes optou pelo atendimento das camadas mais carentes e que, até então, somente receberam dos governantes do passado o tratamento do desprezo.

Começam a surgir os resultados do trabalho de mobilização popular e da organização do povo. De todas as regiões do Estado e dos diversos bairros da capital, o reflexo do trabalho desenvolvido pela equipe do governo popular se faz sentir com as obras se multiplicando em todos os setores e abrangendo um largo horizonte de trabalho e de execução de projetos onde a participação do povo tem sido o fator de maior preponderância. Pela primeira vez na história de nosso Estado chega ao povo o retorno do que é pago como tributos diretos e indiretos.

É importante salientar a lisura como foram, e vem sendo conduzido, os trabalhos, de combate aos efeitos da seca que assola a região. O programa de combate à seca, em que pesa a restrição que o Governo Federal impõe ao Estado, limitando a transferência de recursos específicos como retaliação por conta das posições independentes do governo Arraes, vem sendo executado à risca, afastando o fantasma da corrupção que campeou no setor e o apadrinhamento vergonhoso que sempre caracterizou o emprego de verbas e pessoas nos programas de emergência: Alguns desvios ocorridos foram sanados em tempo e os responsáveis punidos exemplarmente. O governo Arraes acatou as denúncias e as aproveitou para demonstrar a Pernambuco e ao Brasil que uma administração limpa e transparente não teme investigações de qualquer ordem.

Obras como cisternas, açudes e barragens, barreiras, poços, passagens molhadas e abastecimentos d'água simplificados não mais são construídos para servir a pessoas isoladamente, a apaniguados do poder ou cabos eleitorais, mas às comunidades que sofrem o flagelo das secas e não podem enfrentar os problemas sem o apoio governamental.

O programa de habitação rural, que está sendo implantado na Zona da Mata, já conta até com o apoio das indústrias açucareiras. Naquela região o Governo Arraes constrói núcleos agrourbano para que os trabalhadores da cana-de-açúcar sejam assentados condignamente, rompendo-se, o ciclo da miséria que compõe o quadro desolador da habitação rural, advindo da melhoria das condições de saúde e o bem-estar do trabalhador.

A eletrificação rural com novas características sociais, beneficiando os mais carentes, é um novo passo na integração das classes menos favorecidas à sociedade.

Na capital o Governo Arraes, recentemente, regularizou a situação de cerca de 16.000 lotes urbanos, onde há mais de meio século os mais pobres do bairro de Casa Amarela construíram suas precárias residências, resolvendo de forma definitiva um grave problema que se arrastava por cinco décadas e foi esquecido por dez governos.

Merce destaque o que foi realizado no setor de transportes, com a recuperação de mais de mil quilômetros de estradas e implantação de trechos da maior significação para a economia de Pernambuco.

Vale a pena salientar que o governo popular de Pernambuco não está interessado em obras faraônicas mas na execução de projetos sérios e de elevado sentido social.

A recuperação do Bandepe, recolocado entre as instituições bancárias mais respeitadas, é um marco da administração popular. Hoje o Bandepe é o grande instrumento com que o Estado conta para fazer o desenvolvimento econômico.

As dificuldades encontradas vêm sendo paulatinamente superadas e são decorrentes dos vícios acumulados ao longo do tempo e do represamento do atendimento das justas reivindicações populares. Pouco a pouco o povo vai entendendo a forma de Governar ao seu lado e vai aderindo à nova sistemática de trabalho. A seriedade é a marca maior do governo que se destaca em um cenário corroído pelos desmandos, pela corrup-

ção desenfreada e até institucionalizada que é o quadro geral do País.

Era este o testemunho que eu queria trazer ao plenário desta Casa para demonstrar que Pernambuco tem o Governo que o Brasil todo aspira, voltado para os interesses populares sem demagogia e, sobretudo, limpo e colocado nos mais sérios princípios de dignidade, honradez, respeito ao povo e competência.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ruy Nedel.

O SR. RUY NEDEL (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, o *Correio Braziliense* de sábado passado, dia nove de abril, relacionou meu nome como sendo um dos signatários de uma lista de noventa e três parlamentares que protestam contra o PMDB, rompem, declaradamente, com o Governo José Sarney. Incluiu, meu nome, também, na lista dos que votaram pelo presidencialismo.

Gostaria de deixar registrada nos Anais da Casa a correção do fato: Fui defensor do parlamentarismo da primeira hora da Assembléia Nacional Constituinte até o último momento, e deixei meu voto bem claro e registrado em favor do parlamentarismo. Não só votei a favor do parlamentarismo como também lutei para que esse sistema de governo fosse implantado no Brasil.

Portanto, o jornalista e o jornal devem zelar mais quando registram ou declaram posições de determinados homens quando eles não somente não a tomaram, como o fizeram de forma diferente ou até divergente. Sr. Presidente e Srs. Congressistas, passamos este fim de semana no interior do Estado do Rio Grande do Sul, especificamente em municípios recentemente implantados. É preciso que sejam determinadas, com a maior urgência possível, as eleições para prefeitos e vereadores ainda este ano, para que não haja mais a menor dúvida e que seja algo bem claro neste País. Vamos deixar de prorrogar mandatos e vamos cumprí-los, até porque os novos municípios que estão sendo criados ainda não têm a sua administração, ainda não elegeram seus prefeitos e vereadores e estão numa angústia gigantesca, maior até do que a dos outros, porque numa eventual prorrogação dos atuais mandatos não sabem se em sendo novos municípios ainda dependem do anterior ou se terão eleições. É um fato que precisa da nossa posição bem clara. Se 450 constituintes assinaram posicionando-se contrários à prorrogação, é preciso ficar claro para todas as bases políticas e comunidades municipais que se a grande maioria dos membros dessa Casa e da Assembléia Nacional Constituinte assim pensam, esta lei deve existir e vingar.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, o *Correio Braziliense*, através da coluna "Brasília — DF", acaba de lançar-me candidato à Presidência da Funai. Em que pese à distinção do honroso cargo e dos indiscutíveis dotes do formidável colunista adivinhão, é pena que a pródiga inspiração tenha chegado somente agora quan-

do, por não mais pertencer ao PMDB e haver rompido definitivamente com o Governo Sarney, já nem mais possa reunir esforço para so menos tentar corresponder às "sábias" previsões do notável detector de fisiologia a serviço do renomado "Correio Braziliense".

A Frente Parlamentar do Índio, iniciativa suprapartidária, que congrega 47 constituintes, norteia-se por singular respeito à comunidade indígena e, por isso, empenhada está em resgatar-lhe os direitos constitucionais que possam assegurar-lhe a sobrevivência com dignidade.

Por outro lado, em nenhum momento a Frente Parlamentar do Índio haverá de recuar na defesa intransigente dos direitos indígenas ora ameaçados sob o disfarce da tutela da Funai, que, aliançado aos poderosos reis da madeira e da mineração, hoje corrói, agride lideranças indígenas autênticas, semeia a divisão entre as aldeias, adota a prática do encarceramento privado e firma-se como a grande parceira dos que invadem e dilapidam o solo indígena.

Se existe a "Vala Comum" de que fala o "Correio Braziliense", esta é da imprensa venal que sonega do público essa realidade e que, amordilhada pelo atrelamento aos interesses dos poderosos, se nega terminantemente a reproduzir as provas de corrupção contra uma Funai pobre e enlameada pela cumplicidade com que vai escrevendo, um pouco por dia, a história do desaparecimento das nações indígenas do País.

Não é função da Frente Parlamentar do Índio dizer aos nossos nativos o que eles devem ou não devem fazer. Debitar, portanto, à recém-criada Frente Parlamentar do Índio a responsabilidade por protestos dos índios às portas da Funai é pretender negar os recursos de inteligência e mobilização dos nativos que, muito antes do surgimento da Frente Parlamentar do Índio, estão desesperadamente pelejando de todas as formas pelo direito à vida e à liberdade sempre ameaçados pelo seu órgão de tutela.

É pena que, na coluna "Brasília — DF", jamais tenha havido espaço para o registro de encarceramento privado do índio na própria sede da Funai, transferência compulsória da liderança prometida com a libertação de seu povo, agressões, ameaças de morte e a chancela oficial e infame com que o próprio presidente Romero Jucá Filho, parceiro da pilhagem contra os nativos, subscreve os tristemente célebres "Contratos de Alienação de Madeiras em Áreas Indígenas".

E, então, não seria essa a "Vala Comum" de uma imprensa marrom a construir mentiras, para acobertar a infâmia e a corrupção?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Com a palavra o nobre Deputado Amaury Müller.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, para um governo perdulário, incompetente e irresponsável, certamente não constitui surpresa a pesquisa realizada nas três primeiras semanas de março, abarcando várias capitais e cidades importantes do País, que revelou que nada menos do que 75% das pessoas entrevistadas pleiteiam um governo de 4 anos para o Sr. José Sarney. Afinal, este País mergulha, dia a dia, no caos econômico, na convulsão social ameaçadora na medida em que a tecnoburocracia,

cópia fiel dos métodos utilizados na ditadura militar, insiste e persiste em agredir a bolsa vazia do trabalhador brasileiro, sem se preocupar com os lucros escorchantes de empresas multinacionais e bancos.

Presumia-se, Sr. Presidente, que, em nome do combate à inflação e ao déficit público, o Governo determinasse providências muito mais abrangentes, e não apenas o congelamento da União de Referência de Preços, o que significa impor novos e pesados sacrifícios ao já sacrificado e humilhado servidor público da União. Pensava-se que, em nome do combate à excitação inflacionária e aos gastos desmedidos de um aparelho burocratizado e incapaz, pudesse também ser tributados os ganhos de capital, porque neste País, infelizmente, nos últimos 24 anos, desde a implantação do regime autoritário até a transição, que já se arrasta por tempo demasiadamente longo, as grandes fortunas, os ricos, que estão ficando cada vez mais ricos e poderosos, jamais foram tocados nos seus privilégios. Enquanto isso, na base da pirâmide social, que se alarga perigosamente, os assalariados, aqueles que constroem anonimamente a riqueza nacional, continuam sendo duramente penalizados.

Essa medida anunciada por um velho serviçal do regime militar, o atual Ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, representa outra violência, uma nova agressão contra os interesses da sociedade brasileira. Por que não cortar subsídios, créditos, diferenciações privilegiadas, vantagens, bônus, que são oferecidas ao capital internacional, que pilha e saqueia este País impunemente e transfere para fora as preciosas divisas, que fazem falta ao processo de desenvolvimento integrado do País?

Não. Há um Governo perdulário, que gasta o que não tem, que mete criminosamente a mão na bolsa do trabalhador, usurpando-lhe até o próprio sangue. Medidas desse quilate não podem ser tomadas porque vão mexer exatamente com aqueles que o mantêm, com a minoria privilegiada, que enriquece a cada dia, enquanto a esmagadora maioria empobrece de forma assustadora.

Por isso, Sr. Presidente, não pode constituir surpresa o novo julgamento da opinião pública. O Sr. José Sarney não tem conceito algum em setor algum da sociedade brasileira e insiste em manobrar os escamboinhos do poder, instrumentos poderosos que levam à corrupção desenfreada, para manter-se no poder, usando a máxima franciscana de que "é dando que se recebe".

Sr. Presidente, se este Governo e seu suporte político no Congresso e na Assembléa Nacional Constituinte forem capazes de ouvir o clamor que emanava das ruas, o protesto generalizado de uma sociedade cansada de tanta mentira, de tanto abuso, de tanta violência, certamente se darão conta de que está na hora de convocar eleições não apenas para os prefeitos e vereadores, que já têm seis anos de mandato, mas, sobretudo para Presidente da República. As eleições só necessárias para que se faça, logo, urgentemente, a assepsia que o País exige, a fim de moralizar a vida pública, dar-lhe um sentido dinâmico de atendimento às necessidades cruciais e fundamentais do povo brasileiro e, ao mesmo tempo, democratizar, oxigenar uma vida que está cada vez mais poluída,

mais apodrecida pela corrupção, pela incompetência e pela irresponsabilidade.

É preciso pedir a Deus que salve o Brasil. Nós podemos salvá-lo na medida em que exercermos, plena e integralmente, em nome do povo, o nosso mandato, ouvindo o que o povo quer e concedendo, por isso mesmo, um mandato de quatro anos para o Sr. José Sarney, a fim de que o novo Presidente, legitimamente eleito pelo povo, resultado do veredito das urnas, possa assumir um compromisso com a sociedade, com o futuro e com a história deste País.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, essa semana, no próximo dia 13, os funcionários públicos realizam o seu dia nacional de protestos com greves, paralisações e manifestações contra as medidas arbitrárias do Governo, que congelou a aplicação da CIRP sobre os seus salários.

Sr. Presidente, neste dia é preciso que também os trabalhadores da iniciativa privada dêem todo o apoio aos funcionários públicos, porque o objetivo do Governo é claro. É acabar com a CIRP para todos os assalariados, deste país.

Não é de graça, Sr. Presidente, que o Ministro Maílson da Nóbrega tem sido elogiado pelos empresários dos grandes centros, como no último encontro realizado em São Paulo, na semana passada. Ele é considerado o grande ministro, o ministro do arrocho salarial.

Quero lembrar também que tem sido dito que a causa da inflação e do déficit público é o salário dos trabalhadores. Para não dizer que é uma verdadeira, para não dizer que é uma mentira, podemos dizer que é uma piada, e começar a questionar por que o Governo não ataca, por exemplo, os juros que os banqueiros cobram, uma verdadeira agiotagem que assola o conjunto da Nação e chega à marca dos 30% ao mês.

Onde estão os resultados das CPI das corrupções, dos tão falados escândalos financeiros da Coroa-Brastel, da Delfin, da Capermi, do Sul-Brasileiro, do Brasilinvest, do Maisonsave, da Laureano, Banco Auxiliar, Comind e tantos outros?

Em que condições e por que foram gastos bilhões de dinheiro público para pagar desvios do setor privado, como no caso do grupo Sharp, da Transbrasil, da SYD Informática, dos usineiros do álcool, do café, do açúcar e do cacau; e ainda cobrir dívidas de outros setores empresariais, como os armadores e estaleiros?

Qual a explicação que o Governo pode dar para todos esses descalabros aqui citados e muitos outros, como agora ultimamente o escândalo da Seplan? Como também não deixa que saia a CPI da dívida externa, "aí está o furo da bala", e não do salário dos trabalhadores.

Lembramos ainda que o Brasil é um dos países do mundo que menos gasta com seus funcionários. Enquanto que se gasta com os funcionários públicos 22,3% da despesa da receita da União, os Estados Unidos gastam 25,3%, a França 44,8%, a Suécia 46,9%, a Alemanha Federal 31,3% e a Venezuela, 27,4%.

A verdade, Srs. Constituintes, é que o Governo passou a considerar os funcionários públicos como seres de um outro planeta, onde não se gasta

com alimentação, habitação, escola, transporte, vestuário, remédios, etc.

A perda dos assalariados com a tal Nova República já estava em mais de 50%. Vamos projetar uma inflação de 20% ao mês, como está sendo projetada, para não falar em 600% ao ano. Se já perderam 50% com o congelamento dos salários, nos próximos dois meses os assalariados terão uma perda de mais 40%. Calculando-se 20% sobre 20% e mais 50% chega-se à conclusão de que a classe trabalhadora vai passar a ter um poder de compra, principalmente o funcionalário público, igual a zero. Isso só seria possível se ele fosse um habitante de um outro planeta.

Sr. Presidente, tudo isso, no nosso entendimento, não é de graça. A orientação é do FMI, que quer enxugar o mercado, tirar o poder de compra dos trabalhadores, incentivar a política de importação, o que significa exportar dólares, que já ficam em seu poder para pagar a famigerada dívida externa.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, temos claro que o Governo da Nova República apenas aprimorou o arrocho salarial imposto pela ditadura, mudando simplesmente os nomes. É só lembrarmos do INPC, do IPC, do gatilho e agora da URP, que está sendo extinta. Estão apontando para a velha tese da livre negociação, num país onde não temos 20% dos trabalhadores sindicalizados, em que não temos direito de greve, nem garantia de emprego. E a Constituinte sequer veio assegurar esses pequenos direitos.

O melhor exemplo dessa farsa da livre negociação são as próprias declarações do Ministro Maílson da Nóbrega. Ao mesmo tempo em que V. Ex^a fala em livre negociação, manda demitir 19 funcionários do Banco Central, porque protestaram contra a medida arbitrária do Governo no congelamento da URP. Esse mesmo Ministro acabou com todas as associações de funcionários públicos. Nenhum funcionário público poderá mais ter uma associação e a Constituinte assegurou aos funcionários públicos o direito de se sindicalizarem. As associações seriam o elo de ligação para as negociações. O Ministro Maílson da Nóbrega talvez pretenda negociar com cada um dos funcionários, já que não quer reconhecer as associações.

Concluindo, o Partido dos Trabalhadores entende que, neste momento, o movimento sindical não pode ficar questionando somente a URP. O movimento sindical deve unir-se som todas as forças democráticas — partidos progressistas e entidades como a OAB — para organizar uma grande frente, a nível nacional, como fizeram em passado recente os trabalhadores da Argentina e do Uruguai, quando a PT-CNT, a CGT-Asso Pardo e a CGT-Brasil se unificaram e, junto com os partidos progressistas, numa grande frente, exigiram a derrubada de governos ilegítimos, que nada têm a ver com a classe trabalhadora. Ou fazemos isso e mudamos todo este Governo, ou nada mudará neste País. A classe trabalhadora deve ter cada vez mais claro que as questões econômicas estão ligadas às questões políticas e que o Governo que aí está aplica a política do quanto pior melhor, buscando inclusive o retrocesso institucional, que não é interesse do povo brasileiro.

Por isso, dirijo um apelo a todos os democratas no sentido de que, ombro a ombro, lutemos para

a derrubada deste Governo, elegendo pelo voto direto, ainda neste 15 de novembro — está nas mãos dos Constituintes, no capítulo das Disposições Transitórias — um governo de fato, comprometido com a maioria, ou seja, a classe trabalhadora. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rolleberg) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Bender.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS — RS). Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Congressistas, do dia 15 a 17 do corrente mês se realiza em Rodeio Bonito a VIII Feira de Reprodutores de Suínos e a V. Exposição Agropecuária. Quero registrar este acontecimento, pois trata-se de uma festividade muito importante para a região Rodeio Bonito, um dos mais belos Municípios da Grande Região de Frederico Westphalen, com sua bela cidade, pequena mas muito acolhedora, atribuindo a isto o povo maravilhoso que possui, descendente das mais diversas etnias, com predominância dos italianos, um povo muito trabalhador e progressista. Um Município totalmente agrícola, tendo como principais culturas o milho, soja, feijão, trigo e outras em menor escala Rodeio Bonito é também um dos maiores criadores de suínos da região.

Quero aliar-me a estas festividades com os cumprimentos à pessoa do Sr. Prefeito Municipal João Zadimello, extensivos às demais autoridades e a toda a comunidade por mais este evento que realizam, mostrando ao Rio Grande do Sul e ao Brasil a pujança de Rodeio Bonito, e ainda, dando mostras do que um povo é capaz de construir e realizar através do trabalho.

Essa exposição é uma amostra viva da história do Município, uma comunidade que soube vencer através da fé, persistência e muito trabalho.

Meus parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rolleberg) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Adylson Motta.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS — RS). — Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Congressistas, nos últimos dias, está ganhando corpo, através de notícias veiculadas pela imprensa, a idéia — que se traduz em mais outra manifestação altamente fisiológica — de se arrumar um ocupante para o Palácio do Jaburu, ou seja, de se fazer eleição indireta para Vice-Presidente da República. Se eleições tivessem de ser feitas seriam exatamente para preencher o cargo de Presidente da República, uma vez que tanto se questionou essa ascensão, em caráter definitivo, do atual ocupante do Palácio do Planalto. A esta altura, após três anos de Governo, às vésperas da votação do mandato do Sr. José Sarney — se de quatro ou cinco anos — coincidentemente veicula-se essa notícia. Como tudo ou quase tudo que não presta, há a suspeição de essa idéia ter brotado do Palácio do Planalto. É evidente que a tentativa de se colocar nosso Presidente da Constituinte e da Câmara dos Deputados como Vice-Presidente da República é a manifestação clara e inequívoca de cooperação do PMDB no Governo, comprometendo a linha hoje liderada pelo Sr. Ulysses Guimarães.

Faço essa colocação para evitar que esta Casa se abastarde mais uma vez, como ocorreu em outras ocasiões, a fim de que tenha um pouco

de dignidade e que, desde já, comece a reagir contra mais essa tentativa, que tem por finalidade angariar votos para garantir mandato de cinco anos ao atual Presidente da República.

Era o registro que queria fazer. Talvez seja este o início de algumas outras manifestações, antes que o assunto tome rumos que não desejamos.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rolleberg) — Concedo a palavra à nobre Deputada Dirce Tuti Quadros.

A SRA. DIRCE TUTO QUADROS (PTB — SP). — Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Congressistas, o *Jornal do Brasil*, na sua edição de ontem, trouxe artigo bastante interessante, que diz:

"A revista francesa 'Événement du Jeudi' divulgou em seu último número uma história aparentemente estapafúrdia.

Diz que "os peritos ocidentais estão convencidos de que os mísseis iraquianos atirados sobre o Iêz são de origem soviética. 'Mas', acrescenta a revista, 'foram os brasileiros que permitiram aos iraquianos triplicar o alcance destes mísseis'".

E considera o fato "uma troca de maus procedimentos porque, nos anos precedentes, a cidade de Bagdá tinha financiado programas de pesquisa militar de Brasília".

E conclui que "esses mísseis, com um alcance equivalente aos que os russos e americanos estão discutindo para eliminar da Europa, poderiam muito bem transportar cargas químicas ou nucleares. ("Jornal do Brasil" — pág. 6)

Sr. Presidente, isso comprova, mais uma vez, a necessidade da emenda do nobre Deputado Paulo Delgado, que foi rejeitada nesta Casa. O povo brasileiro tem o direito e a obrigação de saber o que é feito na indústria bélica brasileira. Estou elaborando projeto de lei a esse respeito.

Gostaria também de chamar a atenção da Casa para as declarações de um homem que poderá vir a ser, se Deus quiser, Presidente deste País, sendo a grande reserva moral e política brasileira, o Sr. Antônio Ermírio de Moraes, que declarou há mais ou menos uma semana, à "Folha de S. Paulo", ter sido chamado por ministros militares, que lhe disseram que se não fosse aprovado o presidencialismo com cinco anos, nós sofreríamos um golpe.

Gostaria que o Sr. Antônio Ermírio de Moraes comparecesse a esta Casa para dar nome aos bois, colaborando com a democracia brasileira. Temos o direito de saber quem são os ministros militares que ameaçam a nossa democracia. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rolleberg) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Ubiratan Aguiar.

O SR. UBIRATAN AGUIAR (PMDB — CE). — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Congressistas, muito se falou nesta Casa acerca da conversão da dívida externa e sua aplicabilidade.

Recentemente, tivemos oportunidade de ouvir depoimentos de companheiros nossos sobre este assunto e a incumbência da Sudene na distribuição e orientação desses recursos.

Tivemos oportunidade de ler ontem no editorial do jornal "O Povo", que circula em Fortaleza, Ceará, um comentário a respeito da primeira movimentação do leilão a ser promovido pela Comissão de Valores Mobiliários, com representantes do Banco Central, e da reunião que também vão promover em Recife, com o objetivo de ultimar as providências na formação do primeiro fundo de conversão das instituições financeiras regionais, com o propósito de ampliar a participação do Nordeste no processo de conversão da dívida externa em capital de risco.

Todavia, seria extremamente importante e útil que a Sudene, através da sua coordenação de cooperação internacional, assumisse a responsabilidade na promoção das vantagens do sistema de conversão junto ao empresariado da região, de tal forma a despertar o interesse por esse tipo de investimento que nos próximos anos substituirá o fluxo de capital voluntário de empréstimos junto ao sistema bancário privado.

Nesse sentido, solicito a V. Ex^e que faça a inserção nos Anais da Casa desse editorial, cujo título é "O Nordeste e a Conversão", publicado no jornal "O Povo", que circulou no dia de ontem.

EDITORIAL A QUE SE REFERE O ORADOR:

O NORDESTE E A CONVERSÃO

Na próxima quinta-feira representantes do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários — CVM — se reunirão, em Recife, com os técnicos da Coordenadoria de Cooperação Internacional da Sudene com o propósito de aprovar as minutas de constituição dos primeiros fundos de conversão, a serem formados por instituições financeiras regionais, com o propósito de ampliar a participação do Nordeste no processo de conversão da dívida externa em capital de risco.

Os primeiros fundos, a serem formados pelo Sistema Financeiro Banorte e o grupo econômico estarão prontos para intervir no segundo leilão de conversão de São Paulo. No primeiro leilão, como se recorda, US\$ 49,9 milhões de dívida externa foram transformados em capital de risco no Nordeste, dos US\$ 75,0 milhões destinados, prioritariamente, as áreas menos desenvolvidas do País.

Há, contudo, uma observação crítica a ser feita e que se refere a apatia das empresas nordestinas em relação ao projeto de conversão. A experiência do primeiro leilão mostrou uma grande concentração de créditos num pequeno grupo de empresas localizadas praticamente em três Estados — Bahia, Pernambuco e Sergipe — quando o ideal seria uma maior pulverização, alcançando, inclusive, as médias empresas e abrangendo todos os Estados da região.

E isso não será difícil alcançar, pois os investidores estrangeiros que participaram do leilão e optaram por investimentos no Nordeste deram preferência aos projetos agropecuários, anuciando a disposição de aplicar US\$ 15,5 milhões, seguindo-se a indústria eletrônica com US\$ 15,3 milhões, de mineração com US\$ 11,2 milhões e de turismo com US\$ 10,9 milhões. Ora, são áreas da economia nordestina onde atuam, com desenvoltura, dezenas de empresas instaladas no Nordeste, especialmente no Ceará, onde há bons projetos agropecuários, uma razoável indústria de mi-

neração e uma atividade turística em plena expansão.

Seria extremamente útil que a Sudene, através da sua Coordenadoria de Cooperação Internacional, tomasse sob sua responsabilidade a promoção das vantagens do sistema de conversão junto ao empresariado da região, de tal forma a despertar seu interesse por esse tipo de investimento que, nos próximos anos, substituirá o fluxo de capitais voluntários de empréstimos junto ao sistema bancário privado.

Uma das formas de divulgação seria a realização de seminários, em nível estadual ou regional que congregasse os principais empresários vinculados aos setores preferidos pelos investidores estrangeiros, nos quais se promovesse uma discussão em profundidade das vantagens da conversão.

Conforme o primeiro leilão demonstrou, as maiores preferências dos investidores estrangeiros se concentraram no Nordeste, que na próxima rodada poderá absorver cerca de US\$ 50,0 milhões de investimentos, os quais não devem ser concentrados em uns poucos projetos, por mais importantes que eles sejam.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Ivo Mainardi.

O SR. IVO MAINARDI (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^es e Srs. Congressistas, inicialmente, desejo registrar, para que conste dos Anais desta Casa, a presença, neste Plenário, dos Prefeitos Ari Alves Anunciação, do Município de Agudo, Idalvino Vizzotto, da cidade de Faxinal Soturno, do Vice-Prefeito de Formigueiro, Tancredo Cardoso, do Sr. Celso Kessler, Secretário da Administração daquela cidade, do Vereador Ruy Porto e do Secretário de Administração de Candelária, Sr. Cláudio Gehres, todos da minha região, Rio Grande do Sul, que se encontram em Brasília em busca de recursos reivindicações para os seus Municípios.

Quero também, nessa minha intervenção, dizer que esses senhores que aqui se encontram hoje pela manhã manifestavam a sua estranheza ao dizerem que neste ano, enquanto se espera a maior safra de grãos já colhida neste País, eis que na safra passada o Brasil colheu aproximadamente 65 milhões de toneladas de grãos e este ano o volume será maior, o nosso colono, o nosso agricultor, fica cada vez mais empobrecido.

Então é inconcebível que esse fato esteja ocorrendo. Enquanto estamos aumentando nossa produção e o Brasil, graças a Deus, consegue aumentar a sua produção, o nosso colono está cada vez mais pobre, principalmente no nosso Estado, o Rio Grande do Sul, onde uma estiagem está assolando ainda aquela região. Se o Governo federal não tomar uma providência já, o nosso pequeno produtor, o nosso colono, aquele responsável por colocar a comida à mesa do brasileiro, o homem que produz o feijão, o milho e trigo, todos esses produtos de que nos alimentamos, estará abandonando a sua propriedade.

Se o Governo Federal não tomar uma providência agora, o que vai acontecer é que ele estará vendendo a sua junta de boi, a sua carroça e, o que é mais grave, a sua propriedade, a sua terra, para saldar seus compromissos nos bancos,

para pagar as suas dívidas, porque a colheita, com essa estiagem, diminui em cerca de 50%.

Aproveito este registro para fazer um veemente apelo ao Presidente da República e aos ministros da Agricultura e da Fazenda, no sentido de que examinem agora a maneira de socorrer o nosso pequeno produtor, para que este não abandone a sua propriedade. Caso contrário, nós, ao invés de produzirmos 70, 80 ou 100 milhões de toneladas de grãos de alimentos neste País, vamos diminuir a nossa produção. Não posso entender por que a Argentina, aqui ao lado, que tem 30 milhões de habitantes, consegue produzir 40, 50 milhões de toneladas de grãos, e nós, que estamos agora beirando os 140 milhões, contamos apenas com 65 milhões de toneladas de grãos de alimentos.

Que País é este? Se ainda fôssemos um dos grandes países industrializados do mundo, poder-se-ia conceber e aceitar. Mas, não. Com 140 milhões de pessoas, estamos produzindo 65 milhões de toneladas de grãos. A Argentina, com 30 milhões de pessoas, está produzindo 40 milhões e se preparando para a grande produção de 50 milhões de toneladas de grãos.

Faço aqui este apelo porque precisamos duplicar a nossa produção, e para isso necessitamos de socorrer o nosso produtor, o nosso colono, este homem de mãos calejadas que precisa de alguém para lhe estender a mão. Caso contrário, ele vai engrossar a miséria das grandes cidades.

Este o apelo que deixo nesta manhã do dia 11 perante o Congresso Nacional, para que o Governo acorde e estenda a mão para socorrer o nosso produtor, principalmente do Rio Grande do Sul, neste momento de emergência por que passa o Estado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg)
Concedo a palavra ao nobre Deputado Assis Canuto.

O SR. ASSIS CANUTO (PFL — RO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres Congressistas, mais uma vez queremos tratar de um assunto da maior relevância para o setor primário da economia, ou seja, a comercialização da safra agrícola 87/88. Temos sistematicamente tratado deste assunto através das tribunas da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional e até da Assembléia Nacional Constituinte, porque o julgamos da maior relevância para esse setor bastante ou, talvez, o mais significativo da nossa economia: o setor primário. O que estamos verificando, principalmente nos Estados do Oeste da Amazônia, é uma morosidade, para não dizer até uma ausência da CFP na comercialização dessa safra.

Ora, já estamos praticamente no fim das safras de arroz, milho e feijão nessas regiões e os atravessadores já compraram praticamente quase toda a safra a preços naturalmente estabelecidos por eles, isto é, muito abaixo do preço mínimo. Os insumos, a cada desvalorização do dólar, sobem violentamente. Já estamos no limiar do preparo de áreas para a nova safra agrícola 88/89 e os agricultores ainda não têm nenhuma orientação segura, firme com relação aos critérios de financiamento da próxima safra. O setor encontra-se hoje em uma fase de desalento e de extrema desorganização, sendo necessário, mais do que nunca, que o Governo venha em socorro desse setor da nossa economia. O pequeno e o médio agricultor, que têm contribuído decisiva e ano-

nimamente para o progresso deste País, colôcando sobre nossas mesas os alimento do dia-a-dia, até hoje não tiveram seu trabalho, seu esforço — como o de suas famílias, seus filhos, suas mulheres — reconhecido pelo Governo. Estão mais uma vez, num beco sem saída, com a produção praticamente apodrecendo no campo por falta da ação da CFP, sem orientação para programar as novas tarefas da safra do ano agrícola 88/89, sem um horizonte com relação à fixação do valor básico de custeio para essa nova safra.

Enfim, é preciso, mais do que nunca, que o Ministro da Agricultura, com sua sensibilidade e boa vontade, determine à CFP e aos outros órgãos complementares do seu Ministério que adotem as medidas necessárias, a fim de que possamos programar esse setor tão importante da nossa economia.

Por último, queria trazer uma palavra a favor dos agricultores e pecuaristas do Pantanal do Mato Grosso. Temos assistido através dos meios de comunicação, a grave situação vivida pelos agricultores do Pantanal, principalmente do Mato Grosso do Sul. Ora, anuncia-se ali a perda, este ano, de um rebanho de mais de 1 milhão e 200 mil cabeças de gado. E, sabemos que nossa população é subnutrida em termos de proteínas animais — e V. Ex*, que preside esta Mesa; como médico, sabe muito bem que a deficiência de proteínas animais tem causado sérios problemas na saúde de nossa família, de nossos filhos. Portanto, é necessário que o Governo tenha também sensibilidade para esse problema e venha em socorro desses agricultores e pequenos pecuaristas do Pantanal Mato-Grossense. E digo mais, que também tome medidas de caráter permanente, porque, com o desmatamento ali verificado, com a mecanização das terras acerca dos rios que abastecem de água o Pantanal Mato-Grossense e com o provável assoreamento de todo o Pantanal podemos prever situações muito mais graves e complexas para aquela região.

Então, é necessário que esses assuntos sejam encarados com a maior seriedade pelo Governo, como política de decisão a fim de não ocorrer o fracasso da produção agrícola, agropecuária e um gigantesco desastre ecológico, pela a má utilização e condução das terras que formam o Pantanal Mato-Grossense.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Paulo Delgado.

O SR. PAULO DELGADO (PT — MG) — Sr. Presidente, Sr* e Srs. Congressistas, dentre as maiores características da política do Governo no trato dos problemas nacionais despontam a insensibilidade e o cinismo. Insensibilidade com relação às reais necessidades e agruras por que passa nossa população.

Vimos, há pouco, durante as festas da Páscoa, milhares de brasileiros serem obrigados a recorrer ao crediário para poderem presentear-se uns aos outros. Continua também a ameaça de se ver aprofundada a má política do Governo em relação a medicamentos, com a liberação total dos preços dos remédios, tendo em vista facilitar a penetração das multinacionais no País para estabelecer de vez a política da doença, em curso no Terceiro Mundo. No nosso caso, a gravidade é maior em virtude da grandiosidade do mercado brasileiro

é da desproteção do nosso povo diante do capital multinacional. Estes são elementos de uma política de insensibilidade — geradores da desumanização programada — elemento da política oficial do Governo. Mas há ainda o cinismo, este vem transparente com essas últimas medidas do Governo, adotadas por um burocrata elevado a Ministro — como ninguém mais aceita ser Ministro deste Governo, o funcionário de carreira é recrutado pelo chefe — que serviu a todos os governos e se adaptará a qualquer outro. Assim também como seu colega, o atual Ministro do Planejamento, técnico que igualmente serviu a todos os governos anteriores, em outros Estados, passando, inclusive pelo Governo de Minas Gerais, onde, como Secretário da Fazenda, não pagou um único "gatilho" aos servidores públicos.

Assim se compõe o universo favorável à política do cinismo, hornens que, ao se tornarem públicos sem qualquer sensibilidade para com os problemas do povo — do qual não dependem — passam a servir a governos impopulares na sem-cerimônia dos que crescem em escritórios e arquivos tal qual as traças.

Esses dois homens do Presidente, os burocratas elevados à categoria de Ministros, estão aceitando, nos últimos dias, a grande peça cínica federal. O Governo congela mecanismos de correção salarial, mas diz que estimula a livre negociação. Ora, Sr. Presidente, os dois burocratas que se tornaram Ministros não são desconhecedores do que ocorre no mundo; são cínicos em relação às necessidades da Nação, porque não desconhecem que todo o país que dispõe de livre negociação, os países democráticos avançados, têm-na a partir de um patamar em que a inflação não prejudica mais a realidade salarial. É a partir daí que há a livre negociação, um jogo das relações de trabalho e produção com o objetivo de ampliar as conquistas do trabalho sobre as do capital. A livre negociação nunca é utilizada para repor aquilo que o Estado não garante. E ela não se instalará se o Estado lava as mãos quanto às suas responsabilidades. No Brasil, no entanto, esta "livre negociação" é falaciosa, uma hipocrisia oficial, onde o Governo reserva aos trabalhadores deste País as garras do movimento patronal, que não aceitará repor aquilo que o Estado não assegurará aos seus trabalhadores nem tem interesse em exigir do patronato privado. É com Ministros que não cumprem lei, com técnicos produzidos pela mediocria reinante que os empresários contam para não praticar a livre negociação. Ao movimento sindical restará o de sempre: negar pela greve a exploração e a miséria de patrocínio oficial.

Sr. Presidente, não é possível a um país produzir no seu povo vontade moral para cumprir as leis, se seus governantes são incapazes de se comportar com a lisura ética que os altos cargos que ocupam exigem. Não adianta que nosso povo trabalhe, que cumpra leis, que lute para que este País possa sair das condições em que se encontra, se nossos governantes não forem, no mínimo, iguais ao nosso povo. Quanto aos piores, ao povo cabe substituí-los por cidadãos que tenham o mínimo de pudor no trato da coisa pública. E a sua substituição, nas regras democráticas, recebe o nome de eleição. Eleições regulares para presidente, para prefeitos e vereadores. Adiar as eleições que toda sociedade exige é querer uma nova

saída que não está inserida no campo democrático; é querer, pela direita, o golpe de estado; é estimular pela esquerda, através do movimento popular — que se torna um movimento crescentemente organizado e que não suporta mais esse Governo — a saída da revolução popular. Pode não estar na ordem do dia deste País, mas, se continuarem o cinismo, a hipocrisia e essa insensibilidade no trato dos problemas nacionais, não haverá alternativa para o povo brasileiro, como legítima defesa da honra nacional e de cada um em particular. A maioria deste Congresso Constituinte não admitiu colocar no texto constitucional, como está no da maioria dos países democráticos, que uma nação tem o direito de se insurgir contra os seus governantes quando eles são os alzados de toda a nação, os carrascos do seu povo.

É esta a realidade que está ficando clara como dia neste País. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr* e Srs. Congressistas, venho a esta tribuna para trazer mais uma vez a esta Casa a voz dos aposentados da Previdência Social, a categoria assalariada mais injustiçada pela Nova República. Conseguiu a proeza de ser mais injustiçados que os demais assalariados, uma vez que estes, em geral, já estão vivendo uma situação de verdadeiro massacre com o achatamento que vem ocorrendo na política salarial do atual Governo, que contradiz "o tudo pelo social".

Veja, Sr. Presidente, o que diz o noticiário da imprensa nacional, neste fim de semana, a respeito do problema dos aposentados:

"O aposentado poderá ficar sem o reajuste.

Pensões e aposentadorias custeadas pela Previdência Social continuam tendo o direito à URP no mês de abril. Porém, um decreto do Executivo poderá revogar esta decisão. Se a URP for cancelada, milhões de aposentados serão duplamente penalizados. Isto porque atualmente eles recebem seus proventos com cerca de 60 dias de atraso."

Espero que o Governo não cometa mais essa arbitrariedade contra os aposentados. Eles já estão recebendo menos 50% daquilo a que teriam direito. Faltaria, agora, o Governo cometer mais essa iniquidade de, por decreto, evitar a aplicação da URP no pagamento das aposentadorias do mês de abril.

Para mostrar, mais uma vez, a procedência da minha afirmação, veja, Sr. Presidente, o que diz Heitor das Neves, do Jornal *Zero Hora* do dia 18 de março, do Rio Grande do Sul:

"A situação dos aposentados continua indefinida. A Previdência Social institucionalizou um sistema de reajuste nos proventos dos aposentados usando critérios terrivelmente prejudiciais aos nossos sagrados interesses e direitos. Hoje, temos milhares de defensores, mas o que mais chama a atenção são os enfoques feitos de modo subjetivo, tanto pelas entidades representativas como

pelos sindicatos, por advogados e pelos próprios trabalhadores, ressaltando, apenas, as contribuições para a Previdência. Todos, sem exceção, repetem os mesmos argumentos."

Mas se esquecem do desvio dos recursos financeiros ocorridos em todos os governos, inclusive no atual, do Fundo de Aposentadorias.

A Associação dos Aposentados do Brasil está promovendo uma ação contra o INPS, pedindo ao juiz que vai julgar a causa que determine que o aposentado volte a receber o mesmo número de salários mínimos com os quais se aposentou.

Ora, Sr. Presidente, a Justiça Federal vem dando sistematicamente ganho de causa aos aposentados que entram com ações contra o INPS. Inclusive no Rio Grande do Sul o Juiz Federal da circunscrição judiciária ali sediada tem dado ganho de causa aos aposentados, numa série de processos em que estes demandaram à Justiça contra esse procedimento. Mas o Governo Federal, lamentável e sistematicamente, vem recorrendo de decisão do Judiciário, sequer se dispondo a cumprí-la.

Levanto minha voz mais uma vez reclamando do Governo uma providência necessária, desta feita para que não cometa mais essa arbitrariedade de querer congelar a URP de abril. Que o Governo, que já está cometendo uma injustiça das maiores contra os servidores da União e das estatais, com o congelamento da URP por meses, não pratique mais essa arbitrariedade de estender tal medida aos aposentados.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg) — Tem a palavra o nobre Deputado Rubem Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (PMDB — MS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Venho de recente viagem ao Pantanal, no meu Estado, Mato Grosso do Sul. O que vi e ouvi não é diferente daquilo que a imprensa e a televisão local e nacional têm divulgado. Ainda hoje, tivemos oportunidade, aqui neste expediente, de ouvir a opinião abalizada do Deputado Assis Canuto, que também fez referência à situação do Pantanal, apelando em favor das populações que lá vivem.

Sr. Presidente, realmente, é dramática a situação em toda a área atingida pela cheia, que está situada em uma faixa de 100km ao longo de todo o trecho do rio Paraguai e seu principal afluente, o rio Taquari. Nessa região, homens, animais silvestres e o rebanho bovino estão sofrendo os rigores da água abundante e do frio que lá estão acontecendo.

As populações das fazendas e ribeirinhas do rio Paraguai, como na sede do Distrito de Porto Esperança e da própria Corumbá, sofrem o flagelo da água, desalojadas que foram do seu natural habitat. É verdade que têm tido a assistência do Governo Municipal de Corumbá e do Governo do Estado, enquanto flagelados, mas, quando as águas baixarem, nada se vislumbra em seu favor, porque todo apoio possível só irá até eles com o maciço reforço financeiro federal — o que não parece fácil.

Quanto à recuperação do rebanho bovino, as perspectivas são sombrias. Mais de trezentas mil reses foram sacrificadas pela enchente; quinhen-

tas mil foram retiradas para as partes mais altas do Pantanal. O estado físico está debilitado, e milhares, infelizmente, morrerão em razão da fraqueza. Bois, vacas e bezerros que ficaram nas partes inundadas, mais de dois milhões de cabeças, têm um futuro trágico, agora sob a ameaça do frio, da febre aftosa e da raiva que já se prenunciam.

O Banco do Brasil abriu uma linha de crédito de custeio aos pecuaristas flagelados, mas os juros e despesas financeiras são os mais escorchantes da praça, pois somente com autorização do Ministério da Fazenda as operações de custeio poderão ter juros diferenciados!...

Os pantaneiros vivem um drama: ou pagam os juros ao Banco do Brasil e dentro de meses entregam suas fazendas e o resto dos seus rebanhos bovinos ao banco para o resgate da dívida contraída ou abandonam desde já a tradicional atividade. Ambas os levariam ao caos.

Qual seria, então, Sr. Presidente, a solução? Sem dúvida seria o apoio financeiro a juros diferenciados, através do Banco do Brasil, para que os fazendeiros recuperem as benfeitorias das fazendas, dos estragos ocorridos, consigam recompor seus rebanhos e iniciem imediata vacinação contra a febre aftosa e a raiva, que são uma ameaça.

Se isto não acontecer, confirmar-se-á, uma vez mais o desapreço do Governo Federal à economia pecuária, sem dúvida a mais prejudicada pela atual política econômica que já vem de uns cinco anos a esta parte.

Fica, portanto, Sr. Presidente, este relato rápido do que acontece no pantanal de Mato Grosso do Sul. É urgente a presença de recursos federais em apoio às populações desassentadas e que foram afastadas do seu habitat, em virtude da enchente. É imprescindível também o apoio do Governo federal aos fazendeiros, a fim de que possam recompor suas fazendas, seus rebanhos e sua economia, que é importante para a Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Adolfo Oliveira.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, impressiona-me a ausência de tão grande número de parlamentares a uma sessão do Congresso Nacional.

Gostaria de fazer um convite à reflexão aos colegas deputados e senadores a respeito da enorme responsabilidade do Congresso Nacional em responder aos reclamos da população, a respeito das grandes responsabilidades que sobre ele recaem.

V. Ex^{as}, Sr. Presidente, certamente deve estar impressionado, como todos nós, com as novas atribuições defendidas pela Constituinte ao Congresso Nacional. Estamos preparando, de nossa parte, uma relação minuciosa de todas essas novas competências. O Congresso Nacional precisa aperfeiçoar-se materialmente, mas também é necessária a conscientização de todos os seus integrantes.

É claro que estamos vivendo uma época inteiramente atípica. Não se esperava que a Constituinte fosse compelida, forçada a prolongar tanto as suas atividades. Ela está atingindo, agora, um bom ritmo de funcionamento, é preciso que se

diga. Mas o Congresso Nacional, assim como a Câmara e o Senado, reúne-se quase que às escondidas, em péssimos horários, sem uma divulgação prévia, bem feita, que visasse a sensibilizar seus integrantes.

Precisamos, Sr. Presidente, começar agora a nos organizar para exercermos aquelas atividades que virão com a nova Carta Magna, que são muitas e complexas, da maior relevância, sendo, por assim dizer, ir-desejável que se estabeleça qualquer paralelo com a forma e as condições em que nos reunimos presentemente. Os prazos se esgotam, o comparecimento ao plenário é reduzidíssimo, decretos-leis são aprovados por decurso de prazo — e existem matérias de grande importância.

O Executivo está legislando praticamente através de decretos-leis, descumprindo aquela sua promessa de não fazer uso desse instrumento, que pode ser necessário em casos excepcionais, mas que nunca deveria constituir rotina de trabalho. Mas reconhecemos que se vier para o Congresso mensagem contendo projeto de lei, dificilmente teríamos número e possibilidade de fazer um exame cuidadoso da matéria ao mesmo tempo em que nos dedicássemos aos misteres, aos labores da Constituinte.

Não quero alongar-me, Sr. Presidente. Quero apenas deixar estas palavras que trago por minha iniciativa e do meu partido, o Partido Liberal, numa conlamação a todas as agremiações e a todos os companheiros, mesmo àqueles que atualmente não estão filiados a qualquer partido. Temos de cumprir com a nossa obrigação de Congressistas, temos de encontrar meios e modos de dar organicidade e praticidade aos nossos trabalhos, aos deveres que temos agora e que serão extremamente acrescidos com a nova Constituição da República.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Aloísio Vasconcelos.

O SR. ALOÍSIO VASCONCELOS (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, deveria falar hoje sobre a reforma tributária, pela qual sempre me manifestei favoravelmente, sem dúvida por acreditar que a descentralização do Poder — a necessária descentralização do Poder — viria em duas vertentes: na vertente política, através do parlamentarismo, e na vertente econômica, através da reforma tributária. O parlamentarismo é fato superado, a reforma tributária espero votar ainda esta semana.

Acrescento, Sr. Presidente, que permaneci em Brasília no último fim de semana, porque havia sido convocado para tal. Espero que S. Ex^{as}, o Presidente da Constituinte não me convoque para domingo que vem, por que assumi compromisso há seis meses em minha terra — devo comparecer a uma reunião que só ocorre de dez em dez anos.

Mas vamos à minha manifestação, que é diferente. É a manifestação sobre Minas Gerais sobre o porquê de os movimentos políticos, em grande parte, começarem em Minas e sobre a futura sucessão presidencial, que não passará por Minas, mas se iniciará em Minas.

"Acordem, homens de Minas!

Nos céus de Minas Gerais
se tecem tantas histórias
são tantos feitos e glórias
telas no tempo, abismais

Os Bandeirantes passaram
com suas dores, seus sonhos
homens fortes e tristonhos
nas tristezas dos caminhos.

Nos olhos as esmeraldas
refulgindo quais bandeiras
e das montanhas as fraldas
lindas montanhas mineirás'
conquistadas palmo a palmo
nas ciladas das ladeiras

E vão inaugurando nomes
e vão enterrando mortos
em seus corações insones
e vão abrindo seus portos
por onde os homens de Minas
começaram a passar:
um é Felipe dos Santos
meninos decoram o fato
o sangue a jorrar em jato
na poeira das estradas

Tiradentes em sua força
Aleijadinho gemente
um diante do cutelo
outro com seu martelo.

A voz de dentro das almas
a voz vibrante do Alferes
entregando-se ao cutelo
a pobre vida, sem palmas
Inda outras dez se as tivesse
pela Pátria eu as daria
minha sina, meu sudário
é o largo do Lampadário!

Tancredo com tanta raça
e Juscelino sem jaça
Vão criando seus momentos
Milton com sua guitarra
vai gerando os nascimentos
por onde Minas Gerais
Vai dedilhado seus aís
Na calidez destes pagos
a coragem desternida
é a vida sem afagos
dos homens fortes de Minas.

É preciso ouvir de novo
o lamento deste povo!

Homens caiados de glória
como os Profetas do adro
todos construindo a História
que se olha como a um quadro
emoldurado de serras
e com pincéis consagrados
anoitecem nestas terras
os anjos louros barrocos
os doces anjos de Minas.

Onde está toda essa força
a do poeta mineiro
um Dantas Mota cantando
a inconfidência fagueiro?

E o terno Drummond de Andrade
cobrando com sua pena

essa grande eternidade
construída a duras penas?

Trabalha o grande mineiro
anônimo e guerreiro
na fábrica e na oficina
e cantar é sua sina.

Cava o homem com a enxada
o duro chão desta terra
este grande latifúndio
sua paz e sua guerra.

É preciso ouvir de novo
o lamento desse povo!

Onde está Minas Gerais
no cenário dessa pátria
e dos mineiros se ausenta
não é mãe, não acalenta?

Está na hora, é agora
um grito está à espera
suspenso como um punhal
no panorama social.

Explode por toda a parte
a culpa torpe e omissa
É preciso ouvir de novo
o lamento deste povo!

Quem levanta uma bandeira
os braços pendem inertes?
Quem levanta a sua vós?
E esse grito se repete
nas quebradas, nas esquinas,
onde estão os homens de Minas,
oh! novos homens de Minas,
na esperança e na coragem
acordem Minas Gerais!

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollenberg)
— Concedo a palavra à nobre Deputada Raquel Capiberibe.

A SRA. RAQUEL CAPIBERIBE (PSB — AP)
Pronuncia o seguinte discurso — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, quando se agir com seriedade nas tarefas governamentais, quando não se manipular mais os dinheiros públicos, quando se respeitar o Poder Legislativo e aceitar a intocabilidade do Judiciário, então haverá a verdadeira segurança do povo, que não se confunde com a intangibilidade do Estado.

Fazemos tais considerações, Sr. Presidente, devido à edição, pelo Presidente José Sarney, do Decreto-lei nº 2.425, do último dia 7 deste mês que, nos itens III e IV do seu artigo 1º, determina:

"Art. 1º O reajuste mensal previsto no artigo 8º do Decreto-lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987, ressalvado o disposto no Artigo 2º deste Decreto-lei, não se aplica, nos meses de abril e maio de 1988, aos salários, vencimentos, soldos, proventos, pensões e demais remunerações:

III — dos servidores do Poder Legislativo da União;

IV — dos servidores do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas da União;"

Não podemos permitir tamanha afronta à independência do Poder Legislativo, assegurada que é pela Constituição em vigor.

Portanto, para que a democracia se caracterize, não como um conceito de vago conteúdo, é necessário que se proscreve o arbítrio, muitas vezes

embuçado sob a capa de medidas causísticas, inspiradas pelos homens de confiança do Presidente, que nadam arriscam, mas apenas usufruem das benesses do poder.

Por isto, antes da promulgação da nova Carta Fundamental do País, deve o Poder Legislativo revogar as medidas do Decreto-lei nº 2.425, em respeito à independência dos Poderes constituintes, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, como prescreve, inclusive, a atual Constituição.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollenberg)
— Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, a data de 3 de abril de 1988, tem um significado marcante na história empresarial do Pará: registrou o transcurso do 169º aniversário de fundação da Associação Comercial, como instituição que congrega as classes produtoras do Estado em torno do esforço comum, visando a projetar o nosso desenvolvimento sócio-econômico dentro do imenso contexto amazônico.

O evento foi comemorado com a participação de expressivas figuras do mundo empresarial, autoridades, políticos e, na oportunidade, foi destacada a escolha da empresa Eidai do Brasil como a exportadora do ano de 1987.

Registro o acontecimento pela relevância que tem na vida do povo paraense, e desejo com ele congratular-me, sobretudo pela justiça em contemplar o trabalho sério, de notável sentido construtivo na política do desenvolvimento regional, da empresa Eidai do Brasil, que tem à frente do seu destino o jovem empresário Yoshiji Tada, cuja capacidade demonstra o sucesso conquistado no setor madeireiro, a despeito das dificuldades que atrofiaram um melhor desempenho na economia nacional.

Isto posto, requeiro a transcrição, nos Anais dos nossos trabalhos, dos pronunciamentos feitos pelo Doutor Oziel Carneiro, Presidente da Associação Comercial do Pará, e empresário Yoshiji Tada, conforme divulgados pela imprensa, cujos textos integram o presente pronunciamento.

Era o que tínhamos a dizer

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

PRÊMIO DE EXPORTADOR DO ANO DE 87 PARA A EIDAI DO BRASIL

Advertência

O tom da solenidade de entrega do prêmio de Exportador do ano de 1987, contudo, foi dado pelo pronunciamento do presidente da ACP, Oziel Carneiro, que dele se serviu para fazer "breves reflexões sobre o Brasil de hoje e do futuro". Enfático, Carneiro advertiu, em seu pronunciamento, sobre a "tensão política" embutida no processo de transição democrática pelo qual atravessa o País. Uma atmosfera que ele atribuiu ao "exagerado personalismo de muitos políticos que pretendem conduzir a transição dentro e fora da Assembléia Nacional Constituinte", e que nem sempre se identificam, segundo sua opinião, com "os desejos da sociedade".

No rastro disso, Carneiro criticou, por exemplo, a inclusão, na futura Constituição, de disposições sociais que, no seu entender, "podem ser objetos de negociações entre as partes interessadas, que decidirão da oportunidade ou não de adotá-las em convenções sobre o trabalho". Jornada semanal de trabalho de 44 horas, jornada máxima de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos, sob revezamento, e licença maternidade de 120 dias, bem como o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, foram algumas das disposições cuja inclusão, na futura Carta Magna, foi criticada por Oziel. "O empresariado não é contrário às conquistas sociais, mas abomina - isto sim - as ilusões sociais e os custos adicionais que, em estúpida política, tornarão gravosos nossos produtos de exportação e ainda mais inacessíveis à população os de consumo interno", sublinhou o presidente da ACP.

Patriotismo

Em seu pronunciamento, Carneiro salientou, por outro lado, a contribuição do empresariado ao país. "De patriotismo, esse sim, tem sido o exemplo do empresariado privado, pois mesmo contingenciado nas importações necessárias a uma maior eficiência produtiva, continua empenhado em exportar cada vez mais, para sempre ser mantido um superávit na balança comercial, sem o que o País já teria parado e nossa população, seguramente estaria sendo ainda penalizada," acentuou. Defendendo a "perfeita harmonia entre capital e trabalho", o presidente da ACP criticou, porém, o que denominou de "Constituição do lazer", por ele definida como "inadequada para uma nação endividada interna e externamente, temerosa da recessão, angustiada e alarmada com essa galopante inflação."

No mais, o pronunciamento do presidente da ACP embutiu uma exaltação ao desempenho do setor exportador, lembrando que ele responde pelo superávit da balança comercial e pela manutenção do saldo positivo das reservas cambiais, "proporcionando condições para que o País se livrasse da pecha de caloteiro e retornasse com dignidade à negociação de nossa dívida externa". Nessa altura, já finalizando, Carneiro reverenciou a atuação da Eidai do Brasil Madeiras S/A, empresa do setor madeireiro, especializada na produção de diversos tipos de compensado com fábrica instalada na vila de Icoaraci, em Belém, e cujo valor de venda chega a 20 milhões de dólares, 8 dos quais resultam das exportações para a Inglaterra, a Holanda, os Estados Unidos e países do Caribe.

Entrega

Em seguida ao pronunciamento de Carneiro, ocorreu, então, a entrega do diploma e medalha alusivos ao prêmio de Exportador do Ano de 1987, conferido pela ACP à Eidai do Brasil Madeiras S/A, representada, na solenidade, pelo seu próprio presidente, Yoshiji Tada. O diploma e a medalha foram entregues pelo secretário estadual de Palhejamento, Amílcar Tupiassu, representante do governador Hélio Gueiros. Por seu turno, Danilo Remor, da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras (Aimex), e Rubens Bannach, do Sindicato da Indústria de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de

Madeira Belém (Sindimad) fizeram a entrega, ao presidente da Eidai do Brasil Madeiras S/A, das plaquetas alusivas ao prêmio de Exportador do Ano de 1987 concedido à empresa.

Depois de receber o prêmio, outorgado pela ACP à Eidai, o presidente da empresa, Yoshiji Tada, fez um breve discurso, no qual agradeceu a distinção, salientando sua "grande honra" pelo título de Exportador do Ano de 1987. Recordando a implantação da empresa, inaugurada em 1973, Tada recordou as "dificuldades inerentes ao pioneirismo" para acentuar que hoje, o Pará detém "o maior porque de indústrias de madeira, superando até o Estado do Paraná, que era tradicionalmente o maior produtor de madeira". De resto, salientou a preocupação do setor na preservação dos recursos florestais, "pois são as matérias-primas de cujo suprimento dependem os nossos empreendimentos". Finalizando, Tada enfatizou que o setor madeireiro "tem ainda um grande futuro e poderá contribuir ainda mais para o desenvolvimento da nossa região. Entretanto, acreditamos que para isso deve haver o maior entrosamento e entendimento entre os diversos segmentos da sociedade, inclusive os setores públicos e privados, para que, com isenção e sem preconceitos, possa ser estabelecida uma política que atenda, ao mesmo tempo, os interesses do preservacionismo e do setor econômico de madeira", assinalou Tada, a cujo discurso sucedeu-se um breve pronunciamento do secretário estadual de planejamento, Amílcar Tupiassu, com o qual foi encerrada a solenidade, arrematada com um coquetel.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mendes Ribeiro.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB - RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, a sessão começou as 14h30min.

Às 15h10min, Ulysses apareceu no Plenário.

Às 15h15min, sentou-se.

Acionou as campainhas.

— Pelo bem do Brasil fiquem em plenário. E sentados. A votação será rápida.

O pessoal vai chegando, sem pressa.

Meia hora depois, o placar eletrônico acusa 208 votos.

Agora, é no pinga-pinga.

Retardatários, atrapalhados, ou quem vota nos pontos avulsos de propósito, "pescando" uma foto. Outros 30 min.

O quorum bate nos 400.

Ulysses respira aliviado.

E dá o resultado final.

São 16h15min.

A gente sente quando os trabalhos se rotinizam. Há momentos distintos.

1. Ulysses anuncia a matéria. Todos prestam atenção. E, quantos têm opinião fechada, aguardam o momento número 5. Os outros não interessam mais.

2. Falam a favor.

3. Falam contra.

4. O Relator opina.

5. É o voto.

Em cada operação, do primeiro registro, ao definitivo, após a utilização dos postos, um mínimo de meia hora.

E lá segue a procissão.

Matéria anunciada.

Oradores contra e a favor.

O voto A espera. O resultado. E tudo de novo.

6. Os Constituintes saem das bancadas. Caminham, Conversam. Prestam atenção nos momentos agudos. Desligam defesas sem hexo, ataques sem sentido ou recusam ouvir argumentos quando fecham seu ponto de vista. Tomam café. Água gelada. Despacham expedientes. Comandam, pelo telefone, os serviços nos gabinetes. Cuidam das providências do dia. Lavam as mãos. O rosto. Usam o banheiro, que ninguém é de ferro. E, de quando em quando, leem o jornal nas longas esperas vazias dos retardatários ou atrapalhados, votando nos postos avulsos.

Somente esse dado é de grande importância. Suponhamos 10 votações. Alguns querem mais: o dobro. Fico na metade. São caminhos perdidos porque os Parlamentares não votam sentados. E há lugar para todos. Não haveria se a presença ultrapassasse 450. Sistema de governo e tempo de mandato só se vota uma vez. E já votamos.

Por que não sentam?

Sei lá!

Pela mesma razão que a maioria não vem e ainda se acha dona da razão de não vir!

Deixo de divagar.

O Plenário tem ar forçado. Zonas muito frias. Outras, menos. O recinto do café é quente e pequeno. O banheiro, pequeno também, é frio.

Nesse muda-muda de temperatura a alergia pega. O nariz reclama. Os pulmões incomodam. Os olhos ardem pela fumaça dos que fumam, indiferentes aos males que causam. As pernas ficam doloridas.

É a exaustão.

.. São 20h30min.

Ulysses anuncia que a sessão vai até as 22 horas.

— Não saiam do Plenário.

Então, acende a luz em minha cabeça. O Presidente chegou as 15h10min. Sentou-se às 15h15 min. E não saiu de lá. Nunca saiu. Parece pregado na cadeira. Não toma água. Nem café. Não movimenta as pernas. Não vai ao banheiro!

Faço as contas: Das 15h10min às 22 h, são 6 horas e 50 min.

O gaiato, por cima do ombro, termina a crônica.

— Pergunta qual é o segredo! Ele fica sem fazer absolutamente nada! Não precisa de banheiro?

De quando em quando é bom brincar com a verdade. O lado pitoresco sempre existe. mesmo quando o assunto é para lá de sério!

Em todo caso, lembre-se, eu disse que ele não bebe água. Logo, pode ser por aí a explicação!

Ah! A campainha.

— Vamos votar, Senhores. Digitem o código...

Ulysses, qual é o segredo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, recebi, com satisfação, a correspondência do Dr. Luiz Norberto Ratto, Presidente da Companhia de Financiamento da Produção — CFP, empresa vinculada ao Ministério da Agricultura, contendo valiosas informações sobre a questão das perdas e desvios de estoques agropecuários sob supervisão dessa empresa pública. É louvável, nestes tempos de difícil relacionamento

do Estado com a Nação brasileira, que se expressa na crise entre os Poderes Executivo e Legislativo, que a direção de uma empresa estatal da União, atenda aos clamores de uma das Casas do Congresso Nacional — neste caso, um pronunciamento que fiz reverberando denúncias de irregularidades na CFP, publicadas pela "Gazeta Mercantil" — se preocupe em, **sponte propria**, esclarecer as questões suscitadas. Demonstra a iniciativa não apenas o zelo com que o Presidente da CFP trata a coisa pública sob sua responsabilidade, como sua disposição de dar efetivo conteúdo às promessas da Nova República, de conferir transparéncia dos atos administrativos. Tivessem as demais autoridades governamentais idêntica disposição para colaborar com o Poder Legislativo, no sentido de lhe facilitar o exercício da fiscalização sobre as ações do Executivo, e teríamos sobre seu comportamento novos paradigmas de eficácia, moralidade e justiça. Então, ingressaríamos no reino da legitimidade...

De qualquer forma, desejo expressar desta tribuna as intenções que me animaram ao pronunciamento que fiz em fevereiro passado.

Vivemos um momento decisivo no processo de construção de uma democracia estável e duradoura em nosso País. Cabe, aí, importante papel ao Legislativo, no sentido de desmontar, tanto o exercício monopólico do poder pelo Executivo, no rumo da conquista de uma separação política e funcional capaz de criar um sistema de freios e contrapesos que contribua à expansão dos direitos e garantias da cidadania, como também os famigerados "anéis burocráticos" que acabaram conduzindo a uma lamentável cooptação do "público" pelo "privado", no âmbito do Estado. Ciente disto, tendo me dedicado exaustivamente à tarefa de criar novos mecanismos que conduzam ao fortalecimento do Poder Legislativo, sobretudo no tocante ao pleno exercício de suas funções de fiscalização.

Preocupou-me, em segundo lugar, o volume de perdas agrícolas e danos ao erário público. Veja-se que falava a "Gazeta Mercantil" 4 de fevereiro, em que me baseei no pronunciamento, periódico "avesso ao sensacionalismo", como fui, em desvios gigantescos que estavam a merecer eco no Legislativo e esclarecimentos como os que que agora nos traz o Presidente da CFP: a empresa teria contabilizado prejuízo superior a Cr\$ 1 bilhão, o equivalente, à época, a cerca de US\$ 10 milhões.

Mais que tudo, porém, e sempre destacando ser "até possível que não haja ma-fé ou dolo", visualizei no fato a oportunidade de se dar início, no Senado Federal, a uma grande discussão sobre perdas e desvios agrícolas no Brasil, eis que uma redução destes imensos prejuízos, à semelhança do que ocorreu na Índia, poderia levar-nos à recuperação de valiosa quantidade de proteínas e grãos. Que mais poderia contribuir ao alívio da fome e do açoite inflacionário?

Movido por estas preocupações, afirmei que "quando a quebra ultrapassa o 0,15% ao mês, algo está acontecendo".

O Dr. Luiz Norberto Ratto, em sua correspondência, confirmou nossas observações, destacando que houve desvios, que os implicados estão sendo processados e até presos e que só não é mais ágil este controle pelo reduzido quadro de fiscais da empresa.

"Tivemos, nos últimos tempos, problemas denunciados, de desvios de soja em Mato Grosso do Sul, e de milho, em São Paulo, e há poucos dias, também de milho, no Paraná. Mas a CFP não descurou de suas obrigações, e providências vem sendo adotadas para evitar ou diminuir prejuízos. Estoques foram apreendidos e muitos dos responsáveis pelos delitos estão presos, aguardando julgamento e alguns já condenados."

Embora satisfeito pelo seu gesto, até porque admite que o valor denunciado de Cr\$ 1 bilhão "possivelmente constitui a soma de todas as diferenças constatadas nos processos referidos", cumpre-me reconhecer que o assunto só poderá dar-se por encerrado mediante cuidadosa e competente auditoria técnica, o que será certamente feito por ocasião da apreciação oportuna das contas da CFP pelo Tribunal de Contas da União.

Isto posto, resta-me voltar ao apelo já feito desta tribuna, no sentido de que, com a colaboração da CFP, possamos aprofundar uma reflexão sobre os desperdícios agrícolas no País, capaz de induzir à inovações tecnológicas nos campos da colheita, transporte, ensacamento, empilhamento, conservação e armazenamento agrícolas. Até que, façam-nos restar assistir condôndios a este espetáculo triste de ver grande parte de nossas safras perderem-se entre os caminhos da insuficiência de infra-estrutura adequada à mobilização e gestão da produção agrícola.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC — GO) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não há razão por que possa alguém ignorar as terríveis dificuldades pelas quais passa o País e, em consequência, podemos afirmar, não será lícito deixar de hipotecar total apoio ao Governo para que possamos superar essas dificuldades e restabelecer as condições normais de vida do povo brasileiro, reencontrando os caminhos do crescimento econômico.

Como já afirmamos em diversas ocasiões, o Partido Democrata Cristão não deixará de apoiar toda e qualquer medida do Governo que for de comprovado interesse nacional.

No entanto, o PDC faz sérias restrições em que as medidas para recuperação da economia, de combate aos gastos públicos, passem pelo congelamento de salários dos servidores públicos.

O congelamento da CIRP é medida simplista e que, apesar de sua perversidade contra o servidor público, não irá ter qualquer efeito sobre a inflação.

O Governo não pode deixar de adotar drásticas medidas para contenção dos seus gastos. Mesmo os brasileiros menos informados sabem que essas medidas deveriam começar, para uma ação eficaz a fim de diminuir o déficit público e combater a inflação, na venda das empresas estatais e no corte dos gastos públicos, principalmente com publicidade, viagens de fim de semana, viagens internacionais, mordomias e com desperdícios, estes causados pela omissão criminosa e ineficiência dos dirigentes do serviço público.

As empresas estatais são a fonte, a causa principal do desequilíbrio nas finanças públicas do nosso País. O prejuízo que essas empresas públicas

deram, no ano passado, ao País, é da ordem de seiscentos e cinquenta e dois bilhões de cruzados.

Todos nós sabemos que não há como resolver a grave situação brasileira sem a eliminação, pronta e total, desse imenso rimbó que as estatais abrem às finanças públicas, a cada ano e de forma crescente.

O PDC, reafirmo, não faltará ao Governo, desde que o Presidente Sarney e seus Ministros atuem com destémor, com energia redobrada e com eficiência para resolver os graves problemas nacionais, criados pelo Plano Cruzado e por outros projetos enganosos a que o Governo foi levado por políticos mistificadores.

Quanto ao congelamento da CIRP, para efeito de cálculo para reajustamento salarial, o PDC é de opinião de que o Governo deve revogar, por inócuas e inconvenientes, essa antipática medida.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Maia.

O SR. MARIO MAIA (PDT — RJ) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quando a Revolução Francesa, em 1789, destruiu a ordem feudal e a Bastilha, com seus amplos significados para os caminhos da humanidade, imediatamente cuidou também de limitar, dificultar a organização da incipiente classe operária. Os sindicatos foram proibidos. Pois, permitiu-se a criação de fundos mútuos, cujo caráter assistencialista mais tarde deu origem às organizações trabalhistas e previdenciárias. A Alemanha, já no século XIX, foi o primeiro país a institucionalizar, em 1891, o primeiro diploma legal previdenciário, quando Bismarck, atendendo às reivindicações da social democracia revolucionária, promulgou a Lei do Seguro Doença, que previa a concessão de benefícios a partir de contribuições tripartites, dos empregados, patrões e do Estado. Em 1917, um dos primeiros decretos da Revolução Socialista foi justamente o que estabeleceu a Lei de Segurança Social, onde as contribuições são apenas da empresa e do Estado, cabendo a gestão dos fundos aos trabalhadores. Na França, a contribuição é tripartite e a gestão também, porém, com maioria de trabalhadores, sendo estes eleitos diretamente. Nos Estados Unidos, as aposentadorias são frequentemente complementadas por empresas previdenciárias privadas, o que ocorre também no Brasil.

Aqui, a primeira legislação previdenciária surgiu em 1919, com promulgação de uma Lei de Acidentes do Trabalho, estabelecendo indenização aos aposentados. Em 1923, surgiu a primeira Caixa de Aposentadoria e Pensão — a Lei Elói Chaves, que beneficiava os ferroviários. Após a Revolução de 30 surgiu o IAP — Instituto de Aposentadorias e Pensões, sempre com gestão tripartite, de empregados, patrões e Estados. O IAP, dos marítimos; IAPC, dos comerciários; o IAPB, dos bancários; o IAPETC, dos empregados nos Transportes de Cargas e o IAPI, dos industriários.

O desenvolvimento do sistema previdenciário brasileiro veio progressivamente até 1964, quando a ditadura militar extinguiu todos os institutos de aposentadoria e pensão, concentrando o sistema no INPS, sob exclusiva gestão estatal, embora a contribuição permanecesse tripartite. Era o governo militar cuidando de dinheiro que não lhe

pertencia. A partir daí, a situação dos aposentados foi sendo deteriorada e a gestão colegiada do sistema substituída pelo modelo concentrador e autoritário, resultando no déficit crônico e na penúria dos aposentados.

Hoje, supremá humilhação, muitos aposentados sobrevivem engraxando sapatos, vendendo bilhetes de loterias ou mesmo esmolando. Sociedade que se recusa a dignificar seus velhos não merece dignidade. Há doze milhões de aposentados no Brasil, 80% dos quais recebem entre um e três salários mínimos. Há, por outro lado, uma exurda de ações na Justiça, exigindo reposição do que foi confiscado por artimanhas da ditadura militar e também da Nova República, pois, afinal, são os mesmos figurantes.

Os aposentados não têm como fazer greve, só lhes resta fazer barulho e se organizarem melhor. E isto está sendo feito: existem dez federações organizadas e uma confederação nacional; estão presentes organizadamente em todos os Estados. No Paraná, por exemplo, estão em mais de cem cidades, onde realizaram em Curitiba uma passeata reunindo mais de seis mil pessoas. Estão pressionando os Constituintes não apenas pela reposição, mas principalmente pela gestão colegiada, incluindo aí os próprios aposentados. Em Recife, instalaram um placar onde divulgam os nomes dos constituintes que se posicionam contra seus interesses. A massa de doze milhões de homens e mulheres se movimenta.

O confisco dos aposentados é vergonhoso. O Dieese calculou que quem se aposentasse em 1979 com cerca de cinco mínimos, deveria estar recebendo no começo de 1987 uns sete mil cruzados. Na verdade, retirava pouco mais de três mil. Isto é: menos 117% do que deveria receber. O golpe maior do confisco dos aposentados foi oficializado por Delfim Netto, em 1979, para financiar o déficit público e o Brasil potência.

Os Ministérios da Fazenda e da Previdência alegam que 65% dos recursos da Previdência Social são consumidos com aposentadorias e pensões. Não é verdade. Oswaldo Lourenço, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Cobap, esclarece que esse montante representa apenas 15%, o resto é déficit causado pela prática ilegal de utilização do Fundo de Benefícios para pagamento das despesas com pessoal e administração, o que é uma obrigação legal — não cumprida da União.

Previdência não é assistência social. O aposentado pagou pelo benefício que é um direito, não uma concessão do Poder Executivo. Previdência não é LBA ou Funabem, é a prestação de um serviço pelo qual o beneficiário pagou a vida toda.

Quando olhamos para um velho, não nos devemos interessar por sua idade. Mas devemos procurar saber o significado de suas colheitas, das sementes plantadas, das cidades construídas, dos versos feitos, das estradas abertas, das lutas travadas, da paz obtida, dos sonhos realizados. Se há vida, há contribuição, há valor a ser preservado. Importa, e muito, o que tenha feito. Importa mais, entretanto, o que tenha vivido.

Para encerrar, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, recordo-me de uns versos de Brecht:

“Quem construiu Tebas, a das Sete Portas?
Nos livros só figuram nomes de reis.
Por acaso, eles carregaram os blocos de pedras?”

E Babilônia, mil vezes destruída,
Quem voltou a levantá-la?”

Era o que tinha a dizer.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rolleberg) — Está esgotado o período destinado para breves comunicações.

Sobre a mesa, mensagem presidencial que vai ser lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lida a seguinte

MENSAGEM
Nº 69, de 1988 (CN)
(Nº 137/88, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do § 1º do art. 55 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o texto do Decreto-Lei nº 2.420, de 18 de março de 1988, publicado no **Diário Oficial** da União do dia 21 do mesmo mês e ano, que “dispõe sobre correção monetária nos casos de liquidação extrajudicial de sociedades seguradoras, de capitalização e de previdência privada e dá outras providências”.

Brasília, 4 de abril de 1988. — **José Sarney.**

Em 17 de março de 1988

E.M. nº 138

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Em razão de disposições legais específicas, as obrigações de responsabilidade das entidades de que trata a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, ficaram sujeitas à atualização monetária, quando em regime de liquidação extrajudicial, principalmente a partir do comando jurídico emanado do Decreto-Lei nº 2.278, de 19 de novembro de 1985.

2. Nada obstante, os passivos das massas liquidandas das sociedades de seguro, de capitalização e das entidades de previdência privada, regidas por legislação especial, não estão sujeitas à correção monetária, pela demora da liquidação, consoante os termos do art. 98, § 4º, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, do art. 4º, do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, e do art. 66, VI, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977.

3. Essa diferença de tratamento sobre constituir violação do princípio constitucional da isonomia, causa sérios prejuízos aos credores das massas, pelo aviltamento de seus créditos, ao tempo em que mantém os ativos das liquidandas a salvo da corrosão, inflacionária, através da valorização dos bens da massa e da aplicação, no mercado financeiro, do numerário resultante da realização desses ativos.

4. Agrava-se tal distorção, sobremodo, em razão da morosidade dos processos liquidatórios, alguns dos quais se arrastam há vários anos, sendo uma das causas desse atraso os pleitos judiciais envolvendo os antigos controladores e dirigentes das empresas liquidandas, cujo interesse se define, ao longo do tempo, na transformação do estado inicial da insolvência numa situação posterior superavitária.

5. Para corrigir essa anomalia, que nos afigura injusta e constitucionalmente incorreta, submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência, o anexo projeto de decreto-lei, que visa, mediante derrogação das normas retro-referidas, atribuir correção monetária às exigibilidades das sociedades de seguro, de capitalização e das entidades de previdência privada, quando em regime de liquidação extrajudicial.

6. Considerando que a medida constitui matéria de ordem pública, a minuta prevê a aplicação das novas disposições às situações em curso, contados os seus efeitos a partir da data da vigência do diploma legal.

7. A aprovação do texto, ora proposto, coroa uma série de medidas adotadas pelo Governo de Vossa Excelência, em consonância com os compromissos assumidos pela Nova República, no sentido de dar proteção adequada à economia popular.

8. Justifica-se o uso do decreto-lei, no caso, tendo em vista tratar-se de matéria relativa a finanças públicas, de relevante interesse público e que necessita ser urgentemente regulada, não acarretando aumento de despesas.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos do meu mais profundo respeito. **Mailson Ferreira da Nóbrega**, Ministro da Fazenda.

DECRETO-LEI N° 2.420,
DE 18 DE MARÇO DE 1988

Dispõe sobre correção monetária nos casos de liquidação extrajudicial de sociedades seguradoras, de capitalização e de previdência privada e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º As sociedades de seguro, de capitalização e de previdência privada, de que tratam os Decretos-Leis nºs 73, de 21 de novembro de 1966, e 261, de 28 de fevereiro de 1967, e a Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, respectivamente, terão a totalidade das obrigações constituídas até a decretação de sua liquidação extrajudicial corrigidas monetariamente a partir dessa data, segundo a variação do valor nominal das obrigações do Tesouro Nacional (OTN).

Parágrafo único. As obrigações contraídas posteriormente à decretação da liquidação extrajudicial estarão sujeitas a correção monetária na forma pactuada ou de acordo com as disposições legais pertinentes.

Art. 2º Nos processos liquidatórios em curso, a correção monetária de que trata o caput do artigo anterior somente será aplicável a partir da data de vigência deste decreto-lei.

Art. 3º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília-DF, 18 de março de 1988; 167º da Independência e 100º da República — **JOSÉ SARNEY** — **Mailson Ferreira da Nóbrega**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N° 261,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre as sociedades de capitalização e dá outras providências.

DECRETO-LEI N° 73,
DE 21 DE NOVEMBRO DE 1963

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.

LEI N° 6.435,
DE 15 DE JULHO DE 1977

Dispõe sobre as entidades de previdência privada, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg)
— Designo Relator da mensagem lida o nobre Deputado Aloysio Chaves.

O Relator ora designado deverá concluir seu parecer pela apresentação de projeto de decreto legislativo aprovando ou rejeitando o texto do decreto-lei.

O prazo a que se refere o § 1º do art 55 da Constituição se encerrará em 10 de junho vindouro.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg)
— Nos termos do § 2º do art. 29 do Regimento Comum, a Presidência vai declarar encerrada a sessão, ficando, em consequência, adiada a apreciação de toda a matéria da Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias cuja apreciação é adiada

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n° 2, de 1988-CN (apresentado como conclusão do parecer proferido, em Plenário, pelo Senhor Senador Leopoldo Perez), aprovando o texto do Decreto-Lei n° 2.396, de 21 de dezembro de 1987, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, **in fine**, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

2

Apreciação das Mensagens Presidenciais n° 215, de 1987-CN (n° 352/87, na origem); 216, de 1987-CN (n° 353/87, na origem), 217, de 1987-CN (n° 354/87, na origem); 218, de 1987-CN (n° 356/87, na origem), 219, de 1987-CN (n° 359/87, na origem), e 220, de 1987-CN (n° 360/87, na origem), através das quais o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional os textos dos Decretos-Leis n° 2.335, de 12 de junho de 1987, que dispõe sobre o congelamento de preços e aluguéis, reajustes mensais de salários e vencimentos, institui a Unidade de Referência de Preços (URP) e dá outras providências; 2.336, de 15 de junho de 1987, que altera a redação de dispositivos do Decreto-Lei n° 2.335, de 12 de junho de 1987; 2.337, de 18 de junho de 1987, que altera os arts. 13 e 14 do Decreto-Lei n° 2.335, de 12 de junho de 1987, e dá outras providências; 2.339, de 26 de junho de 1987, que altera o Decre-

to-Lei n° 2.335, de 12 de junho de 1987, e dá outras providências; 2.342, de 10 de julho de 1987, que altera os arts. 13 e 14 do Decreto-Lei n° 2.335, de 12 de junho de 1987; e 2.343, de 10 de julho de 1987, que acrescenta parágrafo ao art. 8º do Decreto-Lei n° 2.335, de 12 de junho de 1987 (incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, **in fine**, do art. 55 da Constituição — 3ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

3

Apreciação da Mensagem Presidencial n° 221, de 1987-CN (n° 355/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei n° 2.338, de 19 de junho de 1987, que dispõe sobre o pagamento da remuneração de que trata os arts. 3º, 4º e 7º do Decreto-Lei n° 1.971, de 30 de novembro de 1982, que estabelece limite de retribuição dos servidores da administração direta e indireta da União, do Distrito Federal e dos Territórios Federais (incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, **in fine**, do art. 55 da Constituição — 3ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

4

Apreciação da Mensagem Presidencial n° 222, de 1987-CN (n° 357/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei n° 2.340, de 26 de junho de 1987, que altera o Decreto-Lei n° 2.288, de 23 de julho de 1986 (incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, **in fine**, do art. 55 da Constituição — 3ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

5

Apreciação da Mensagem Presidencial n° 223, de 1987-CN (n° 358/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei n° 2.341, de 29 de junho de 1987, que dispõe sobre a correção monetária das demonstrações financeiras, para efeito de determinar o lucro real, e dá outras providências (incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, **in fine**, do art. 55 da Constituição — 3ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

6

Apreciação da Mensagem Presidencial n° 224, de 1987-CN (n° 361/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei n° 2.344, de 23 de julho de 1987, que altera o Decreto-Lei n° 2.333, de 11 de junho de 1987 (incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, **in fine**, do art. 55 da Constituição — 3ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

7

Apreciação da Mensagem Presidencial n° 225, de 1987-CN (n° 362/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei n° 2.345, de 23 de julho de 1987, que dá nova redação ao **caput** do art. 1º da Lei n° 6.782, de 19 de maio de 1980 (incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, **in fine**, do art. 55 da Constituição — 3ª Sessão.)

— Dependendo de Parecer a ser proferido em Plenário.

8

Apreciação da Mensagem Presidencial n° 226, de 1987-CN (n° 363/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei n° 2.346, de 23 de julho de 1987, que cria no Ministério da Fazenda os cargos que especifica e dá outras providências (incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, **in fine**, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de Parecer a ser proferido em Plenário.

9

Apreciação da Mensagem Presidencial n° 227, de 1987-CN (n° 378/87, na origem), através da qual o Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei n° 2.347, de 23 de julho de 1987, que cria na Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República os cargos que especifica e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, **in fine**, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

10

Apreciação das Mensagens Presidenciais n° 228, de 1987-CN (n° 364/87, na origem); e 229, de 1987-CN (n° 376/87, na origem), através das quais o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional os textos dos Decretos-Lei n° 2.348, de 24 de julho de 1987, que altera o Decreto-Lei n° 2.300, de 21 de novembro de 1986, que dispõe sobre licitações e contratos da Administração Federal; e 2.360, de 16 de setembro de 1987, que altera o Decreto-Lei n° 2.300, de 21 de novembro de 1986, que dispõe sobre licitações e contratos da Administração Federal. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, **in fine**, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

11

Apreciação da Mensagem Presidencial n° 230, de 1987-CN (n° 365/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei n° 2.349, de 29 de julho de 1987, que dispõe sobre limite para a cobertura pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais — FCVS, e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, **in fine**, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

12

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 231, de 1987-CN (nº 366/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.350, de 31 de julho de 1987, que dispõe sobre o incentivo fiscal a que se refere a Lei nº 7.554, de 16 de dezembro de 1986, concedido às empresas controladas pela Siderurgia Brasileira S.A. — Siderbrás (Grupão Siderbrás). (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

13

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 232, de 1987-CN (nº 367/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.351, de 7 de agosto de 1987, que institui o Piso Nacional de Salários e o Salário Mínimo de Referência e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

14

Apreciação das Mensagens Presidenciais nºs 233, de 1987-CN (nº 368/87, na origem); e 234, de 1987-CN (nº 377/87, na origem), através das quais o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional os textos dos Decretos-Leis nºs 2.452, de 7 de agosto de 1987, que concede abono salarial e dá outras providências; e 2.361, de 24 de setembro de 1987, que dispõe sobre o reajuste de preços de contratos de prestação de serviços no caso que específica. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

15

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 235, de 1987-CN (nº 369/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.353, de agosto de 1987, que acrescenta parágrafo ao art. 1º do Decreto-Lei nº 1.960, de 23 de setembro de 1982. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

16

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 236, de 1987-CN (nº 370/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.354, de 24 de agosto de 1987, que altera a legislação do Imposto de Renda. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

17

Apreciação do Mensagem Presidencial nº 237, de 1987-CN (nº 371/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.355, de 27 de agosto de 1987, que estabelece limite de retribuição da Administração Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

18

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 238, de 1987-CN (nº 372/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.356, de 28 de agosto de 1987, que altera a tabela para o cálculo do Imposto de Renda na fonte. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

19

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 239, de 1987-CN (nº 373/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.357, de 28 de agosto de 1987, que institui Programa Trienal de Aperfeiçoamento da Arrecadação das Receitas Federais, e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

20

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 240, de 1987-CN (nº 374/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.358, de 4 de setembro de 1987, que dispõe sobre a percepção de gratificações por servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

21

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 241, de 1987-CN (nº 375/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.359, de 16 de setembro de 1987, que estende benefícios fiscais ao empreendimento integrante do Plano de Recuperação do Setor de Energia Elétrica. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

22

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 1, de 1988-CN (nº 744/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.394, de 21 de dezembro de 1987, que altera a legislação do Imposto de Renda incidente sobre rendimentos auferidos em operações financeiras de curto prazo e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

23

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 2, de 1988-CN (nº 745/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.395, de 21 de dezembro de 1987, que autoriza o Poder Executivo a instituir mecanismo de garantia para depósitos e aplicações em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

24

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 4, de 1988-CN (nº 747/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.397, de 21 de dezembro de 1987, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

25

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 5, de 1988-CN (nº 748/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, que dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

26

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 6, de 1988-CN (nº 749/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.399, de 21 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a transferência das ações representativas do capital da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), de seus bens e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

27

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 7, de 1988-CN (nº 750/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.400, de 21 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a transferência das ações representativas da participação federal nas entidades vinculadas ao Sistema Nacional Centrais de Abastecimento e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

28

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 8, de 1988-CN (nº 751/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.401, de 21 de dezembro de 1987, que proíbe a utilização de recursos do Tesouro Nacional em operações de compra e venda de açúcar de produção nacional, para fins de exportação, e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

29

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 9, de 1988-CN (nº 398/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.362, de 21 de outubro de 1987, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados no caso que especifica. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

30

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 10, de 1988-CN (nº 390/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987, que extingue o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — Incra, cria o Instituto Jurídico das Terras Rurais — Inter e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

31

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 11, de 1988-CN (nº 389/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.364, de 22 de outubro de 1987, que fixa o valor do soldo base do cálculo da remuneração dos militares. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

32

Apreciação das Mensagens Presidencial nº 12, de 1988-CN (nº 411/87, na origem); 13, de 1988-CN (nº 412/87, na origem), e 14, de 1988-CN (nº 596/87, na origem), através das quais o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional os textos dos Decretos-Leis (nº 596/87, na origem), através das quais o Senhor Presidente da República nº 2.365, de 27 de outubro de 1987, que institui gratificação a ser deferida em novembro de 1987, que altera o Decreto-Lei nº 2.365, de 27 de outubro de 1987, e dá outras providências, e nº 2.374, de 19 de novembro de 1987, que dispõe sobre a aplicação do Decreto-Lei nº 2.365, de 27 de outubro de 1987, aos servidores da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — Sudene, e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

33

Apreciação das Mensagens Presidenciais nºs 15, de 1988-CN (nº 408/87, na origem), e 16, de 1988-CN (nº 721/87, na origem), através das quais o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional os textos dos Decretos-Leis nºs 2.367, de 5 de novembro de 1987, que institui gratificação a ser deferida aos servidores que específica e dá outras providências e 2.379, de 4 de dezembro de 1987, que altera o Decreto-Lei nº 2.367, de 5 de novembro de 1987, e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

34

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 17, de 1988-CN (nº 409/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.368, de 5 de novembro de 1987, que fixa o valor do soldo base do cálculo da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

35

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 18, de 1988-CN (nº 410/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.369, de 11 de novembro de 1987, que altera o Decreto-Lei nº 2.032, de 9 de junho de 1983, e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

36

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 19, de 1988-CN (nº 559/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete

à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.370, de 17 de novembro de 1987, que institui Programa Trienal de Aperfeiçoamento da Arrecadação das Receitas Tributárias do Distrito Federal, e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

37

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 20, de 1988-CN (nº 577/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987, que dispõe sobre os vencimentos e a representação mensal devida aos servidores que especifica e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

38

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 21, de 1988-CN (nº 562/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.372, de 18 de novembro de 1987, que dispõe sobre a gratificação por operações especiais, instituída pelo Decreto-Lei nº 1.714, de 21 de novembro de 1979, (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

39

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 22, de 1988-CN (nº 563/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.373, de 18 de novembro de 1987, que dispõe sobre o posicionamento dos funcionários pertencentes à categoria de Técnico do Tesouro Nacional da Carreira Auditoriada Tesouro Nacional, instituída pelo Decreto-Lei nº 2.225, de 10 de janeiro de 1985. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

40

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 23, de 1988-CN (nº 710/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, que revoga o Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, dispõe sobre terras públicas, e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

41

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 24, de 1988-CN (nº 711/87, na origem), através da

qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987, que dispõe sobre a dívida mobiliária interna da União e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

42

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 25, de 1988-CN (nº 719/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.377, de 30 de novembro de 1987, que cancela débitos que menciona e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55, da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser profundo em Plenário.

43

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 26, de 1988-CN (nº 720/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.378, de 3 de dezembro de 1987, que concede aos integrantes do Grupo Serviços Jurídicos e da Carreira de Procurador do Distrito Federal, as vantagens que menciona, e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

44

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 27, de 1988-CN (nº 722/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.380, de 9 de dezembro de 1987, que altera a Tabela de Escalonamento Vertical de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 1.447, de 13 de fevereiro de 1976, e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

45

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 28, de 1988-CN (nº 723/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.381, de 9 de dezembro de 1987, que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos que indica e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

46

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 29, de 1988-CN (nº 731/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do

Decreto-Lei nº 2.382, de 9 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a aplicação do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos aos estabelecimentos de ensino das Forças Armadas e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

47

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 30, de 1988-CN (nº 732/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.383, de 17 de dezembro de 1987, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

48

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 31, de 1988-CN (nº 733/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.384, de 17 de dezembro de 1987, que revoga o art. 12 do Decreto-Lei nº 138, de 2 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

49

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 32, de 1988-CN (nº 735/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.385, de 18 de dezembro de 1987, que dispõe sobre gratificação a ser concedida aos servidores de nível médio e superior do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério das Minas e Energia. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

50

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 33, de 1988-CN (nº 736/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.386 de 18 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a carreira do Ministério Públíco Federal, a criação de Núcleos das Procuradorias da República, em Municípios, e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

51

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 34, de 1988-CN (nº 737/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.387, de 18 de dezembro de 1987,

que dispõe sobre a Gratificação por Operações Especiais, instituída pelo Decreto-Lei nº 1.727, de 10 de dezembro de 1979. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário

52

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 35, de 1988-CN (nº 738/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.388, de 18 de dezembro de 1987, que dispõe sobre as categorias funcionais de Engenheiro Agrônomo e de Médico Veterinário do Grupo Outras Atividades de Nível Superior dos Planos de Classificação de Cargos e Empregos, instituídos na conformidade das Leis nºs 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e 6.550, de 5 de julho de 1978, e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

53

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 36, de 1988-CN (nº 739/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.389, de 18 de dezembro de 1987 que transforma, no Tribunal de Contas da União, os cargos que especifica, e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

54

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 42, de 1988-CN (nº 740/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.390, de 18 de dezembro de 1987, que concede isenção do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

55

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 43, de 1988-CN (nº 741/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.391, de 18 de dezembro de 1987, que dá nova redação aos incisos II, III e IV do art. 6º da Lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1966, e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

56

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 44, de 1988-CN (nº 742/87, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete

à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.392, de 21 de dezembro de 1987, que cancela débitos para com a Superintendência Nacional de Abastecimento — SUNAB, e dá outras providências. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 2ª Sessão.)

Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

O SR. AMAURY MÜLLER — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

AMAURY MÜLLER (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, antes que V. Exª encerre a sessão, quero registrar, em nome da Liderança do PDT, o mais veemente protesto contra a forma como estão sendo convocadas as sessões extraordinárias do Congresso Nacional. Como é flagrante a falta de número a todas as sessões, especialmente neste período atípico, em que o País vive a elaboração do novo texto constitucional, seria prudente que a Mesa do Congresso Nacional procurasse reunir-se com as lideranças partidárias, a fim de acertar uma pauta não polêmica que possa ser aprovada sem a presença necessária do **quorum** regimental. Do contrário, viveremos esse deprimente espetáculo de ver o plenário vazio e V. Exª tendo que encerrar a sessão por falta de **quorum**. Na Câmara, temos agido assim e temos conseguido evitar que se repita esse melancólico momento em que V. Exª declara os trabalhos encerrados. Por isso, Sr. Presidente, trago como sugestão, mas sob forma de protesto, a proposta de que a Mesa do Congresso ouça as Lideranças partidárias na composição da pauta, porque os decretos-leis serão necessariamente aprovados por decurso de prazo. Não faz muito fornos compelidos a aceitar a aprovação de 114 decretos, muitos dos quais bulido nos interesses do povo brasileiro, sem que o Parlamento pudesse manifestar-se. Agora, estão aqui para votação em regime de urgência mais 56 decretos, um dos quais, o primeiro da pauta, aliás, envolve a questão do Imposto de Renda — mais um assalto do Governo à bolsa do assalariado. Por isso, Sr. Presidente, gostaria de registrar essa manifestação e fazer a V. Exª esse apelo para que transmita ao Presidente Humberto Lucena e aos demais membros da Mesa essa preocupação. Ou fazemos um pouco de democracia interna para elaborar uma pauta que tenha um certo consenso e evite que as sessões sejam suspensas, o que facilita a aprovação por decurso de prazo desses decretos-leis, ou continuaremos vivendo esse espetáculo profundamente lamentável da ausência quase total de Parlamentares que foram eleitos e são pagos para estarem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 12 minutos)

ATA DE COMISSÃO

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

Destinada a “avaliar os prejuízos da seca no Nordeste”.

10ª Reunião, realizada em 23 de março de 1988

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e oito, às dez horas e vinte minutos, na Sala da Comissão de Relações Exteriores, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Mansueto de Lavor, Cid Sabóia de Carvalho e Deputado César Cals Neto, Ismael Wanderley, Ubiratan Aguiar, Celso Dourado e Moema São Thiago, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a “avaliar os prejuízos da seca do Nordeste”. Comparecem, ainda, os Senhores Deputados Mauro Sampaio, Bezerra de Melo, Luiz Marques, Raimundo Bezerra, Manoel Castro, Marcos Queiroz, Aécio de Borba, Fernando Bezerra Coelho, Antônio Câmara, Expedito Machado, Carlos Benevides, Firmino de Castro, Osmundo Rebouças, Furtado Leite e Senador Mauro Benevides.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Chagas Rodrigues, Raimundo Lira, Teotonio Vilela Filho, Ruy Bacelar, Fernando Henrique Cardoso, João Lobo, Guilherme Palmeira, Virgílio Távora, Lavoisier Maia e Deputados Paulo Silva, Gonzaga Patriota, Cássio Cunha Lima, Orlando Bezerra, Edme Tavares e Antônio Ferreira.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Deputado Ismael Wanderley, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

O Senhor Presidente esclarece que a presente sessão destina-se ao depoimento do Senhor Governador do Estado do Ceará, Tasso Jereissati, convidando-o para tomar assento à Mesa. Informa, ainda, o comparecimento dos seguintes Secretários de Estado do Ceará: Sérgio Machado, Secretário de Governo; Rosa Abreu, Secretária da Ação Social e Rocha Magalhães, Secretário de Planejamento.

O Senhor Tasso Jereissati, durante sua exposição, analisa a seca do Estado do Ceará e os efeitos causados na cultura de determinados produtos, principalmente o algodão. Cita a criação, em seu Estado de Grupos de Ação Comunitária com a finalidade de destinar os recursos da seca para as obras prioritárias em Municípios mais carentes.

No período das interpelações, usam da palavra os Senhores Deputados César Cals Neto, Ubiratan Aguiar, Aécio de Borba, Firmino de Castro, Osmundo Rebouças, Fernando Bezerra Coelho, Luiz Marques, Expedito Machado, Moema São Thiago, Furtado Leite e Senador Mauro Benevides.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Soares dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o anexo da ata da reunião.

ANEXO À ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, DESTINADA A “AVALIAR OS PREJUÍZOS DA SECA NO NORDESTE”, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 1988, ÀS 10 HORAS E 20 MINUTOS, DEPOIMENTO DO DOUTOR TASSO JEREISSATI, GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, QUE SE PÚBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR DEPUTADO ISMAEL WANDERLEY, VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Teotonio Vilela Filho

Vice-Presidente: Deputado Ismael Wanderley

Relator: Deputado César Cals Neto
(Integra do anexo da ata da reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Ismael Wanderley) — Srs. Senadores e Srs. Deputados, esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem o prazer de contar com a presença do Exmº Sr. Governador do Ceará, Tasso Jereissati, o depoente convidado de hoje.

Sabem todos os Srs. que em nossa região estamos lutando para atendermos ao Nordeste com maior participação no Orçamento da União e sentimos as reações duras, principalmente por parte da Bancada paulista, que não entendem que o desenvolvimento do Nordeste significa o desenvolvimento de São Paulo e a riqueza nacional. É em nome desse Nordeste que a Comissão tenta avaliar os prejuízos da seca do Nordeste.

Recebemos hoje depoimento do Sr. Governador e temos a certeza de que ele nos dará os subsídios necessários para continuarmos a nossa luta.

Tem V. Exª a palavra, Sr. Governador.

O SR. TASSO JEREISSATI — Srs. Componentes da Mesa, Srs. Deputados e dos Srs. Senadores, eu gostaria primeiramente de agradecer o convite que me foi feito e a oportunidade de estar presente a esta Comissão e agradecer também as palavras elogiosas e estimulantes aqui proferidas, e dizer aos Srs. que a nossa intenção é no sentido de esclarecer, trocar idéias sobre o problema da seca, já que os aqui presentes todos são conhecedores profundos da problemática da seca.

A minha idéia é fazer uma introdução muito rápida, uma idéia geral, no sentido de que podemos conversar e trocar idéias logo em seguida, já que não há necessidade aqui de se falar com muito detalhe do que seja a seca no Estado do Ceará.

O Estado do Ceará tem 90% da sua área no semi-árido, sendo, portanto, um dos Estados do Nordeste mais atingidos pela seca. Neste ano que passou tivemos o que foi chamado impropriamente de “seca verde”, o que dá a impressão de que não choveu e o campo ficou verde, mas é ao contrário; houve acumulação de água, mas não houve uma chuva suficiente para a agricultura e para a pecuária. A chuva foi irregular, concentrada, o que causou um problema muito sério à agricultura e em seguida à pecuária — a agricultura perdendo praticamente quase toda a safra — mas proporcionou por outro lado acumulação de água em alguns reservatórios.

Essa expressão que foi cunhada “seca verde” tem um sentido muito mais amplo, muito mais

profundo do que simplesmente caracterizar um fenômeno climático. A meu ver "seca verde" pode-se reduzir, tentando-se fazer uma tradução da expressão em "falta de produção". Se levantarmos no Estado do Ceará municípios em que houve diferentes níveis de precipitação pluviométrica, mesmo com irregularidade, vamos verificar que o problema é muito semelhante em relação à fome e ao desemprego, em todos os níveis indiferentemente à menor ou maior quantidade de chuva ou da maior ou menor regularidade na chuva.

O problema climático, o problema da falta de chuva é apenas um componente que agrava, e agrava bastante, uma situação geral de falta de produção no Nordeste — e falo aqui especificamente no Estado do Ceará.

A seca atinge somente as populações mais carentes, e quanto mais carente maior a intensidade das consequências da seca.

A classe média não é atingida, em termos diretos, pelo problema da seca, pelo problema climático em si.

Temos uma condição geral, que começa desde o problema da educação, passa pelo problema de terra, o problema da nutrição e o problema da mentalidade para chegar ao problema climático, como agravante, para a definição do que é "seca verde".

Tivemos no passado, principalmente até 85, se não me engano, 4 anos de seca seguidos no Estado do Ceará, o que causou uma desativação total da produção agrícola e pecuária no nosso Estado. Éramos produtores de uma série de cultura, em que era baseada a nossa economia agrícola e a nossa economia no interior do Estado.

Tínhamos a mamona, a oiticica, a pele, o sal, a carnaúba, o algodão, que foi a última cultura a entrar em decadência total no Estado e, por uma série de fatores, fatores econômicos, políticos, é que resultaram nessa desativação e praticamente extinção de todas as culturas que eram a base da produção agrícola e da sobrevivência do homem no interior.

Ao mesmo tempo, temos ainda como base da agricultura, a cultura de subsistência que se baseia no feijão, no milho e no arroz. É nessa cultura de subsistência que a família mais carente no interior é, tipicamente, a família mais afetada pela seca.

Então, temos uma graduação que vem demonstrar claramente que a seca é apenas um agravante de uma circunstância, e não apenas uma causa em si dos males do Nordeste. Se fizer uma graduação, o primeiro problema é aquele que fica sem água para beber, porque não tem na sua casa ou perto da sua casa, da sua moradia nenhuma instalação que lhe possibilite armazenar água no período de chuva, e ele vive da maneira mais precária possível; então, é afetado imediatamente pela falta de água para beber e para cozinhar. Isso já causa uma série de problemas de saúde, uma série de problemas de sobrevivência muito sérios.

Em seguida vem aquele que, além da água, perde a cultura de sobrevivência, porque fica sem água para beber e para cozinhar e fica sem o feijão que ele não planta para comercializar e sim para comer; e basicamente a sua vida se baseia naquilo que planta para comer, não vendo uma vida integrada na economia. Simplesmente não circula moeda, não circula dinheiro, não troca

mercadorias, e o máximo que pode acontecer é quando há uma safra muito boa, quando existe uma troca de mercadoria na feira da cidade, sendo esse o mais afetado. Aí vem o pequeno agricultor, que passa a ser o terceiro mais afetado, e a agricultura de uma maneira geral; até se chegar à classe média e aos grandes centros, em que a população de classe média para cima absolutamente não é afetada em seu nível de vida, em sua qualidade de vida pela seca.

Portanto, a seca é um fenômeno que agrava a situação difícil das populações mais carentes.

Mas eu estava falando sobre a perda de perspectiva de produção que agravou e tem agravado a situação da seca e pode fazer com que a "seca verde" se torne um fenômeno permanente, à medida em que perdemos todas essas locações agrícolas, como acabei de dizer aqui. E temos a última perda que seria a do algodão, que já chegamos a produzir 80, até 100 mil toneladas de algodão em pluma e, no ano passado, não produzimos mais de 15 mil toneladas de algodão em pluma, que passou a ser a atividade básica, principal do interior do Estado do Ceará.

Isso se caracterizou, também, em uma das causas. Disso, também, foi o tratamento dado ao problema da seca — na minha opinião — nas secas anteriores no Estado do Ceará. A última seca durou de 3 a 4 anos de seca intensiva — vamos dizer assim. E essa seca teve uma série de providências que se foi caracterizando por um tratamento muito político e de um clientelismo político muito exacerbado, ao ponto de quando se chegou no último ano, termos perto de mais de um milhão de pessoas inscritas no Programa da Seca.

Essas pessoas recebiam, mensalmente, o equivalente, se não me engano, a um quarto do salário mínimo e não tinham obrigação de dar uma contrapartida de serviço. Recebiam isso como uma esmola e não tinham uma troca disso por trabalho. Havia um critério político muito grande na inscrição dessas pessoas, ou seja, nesse alistamento.

Durante esse processo de 3 a 4 anos, foi-se criando uma mentalidade, uma falta de estímulo à produção em que o nosso homem, o nosso sertanejo foi inteiramente se distanciando do hábito de produzir e de trabalhar para receber e ter o trabalho como meta da sua vida, do seu comportamento: produzir alguma coisa, principalmente o pequeno agricultor, em troca de uma remuneração ou em troca de venda ou para que pudesse sobreviver no futuro. Assim, passou a haver uma certa acomodação, no sentido de esperar que o Governo viesse resolver os seus problemas, esperando até que a seca acontecesse.

Esse é, a meu ver, um dos problemas causadores desse complexo chamado "seca verde", que nos atingiu no ano passado e que se junta a uma série de outros, como o problema da má distribuição da terra, da redistribuição fundiária, que precisa ser feita no nosso Estado; como o problema de uma falta de estrutura de comercialização, assistência técnica; ao problema secular, que aí já vem o da educação, da desnutrição e da saúde, que inclusive, entra nesse contexto global.

Portanto, se juntarmos essas condições todas, veremos que, no ano passado e a partir de outros anos, de 3 ou 4 anos atrás, o Estado do Ceará,

como outros Estados do Nordeste, deixaram absolutamente de produzir no campo, passando a ser qualquer produção agrícola ou pecuária apenas uma atividade que não tinha um peso específico, ou um peso importante, como dado econômico ou como dado social.

A última atividade que tínhamos, que era importante em termos de peso econômico, era o algodão, e decaiu em função do bico e em função do desinteresse pela problemática do bico e desinteresse geral.

Ao mesmo tempo, também na época da seca, tínhamos alguns empréstimos de emergência aos grandes proprietários, aos grandes e médios proprietários, junto com a especulação financeira, numa época de especulação financeira muito grande.

Ora, isso foi um convite, quase uma generalidade no Estado, à medida que foi um convite à não produção. O dinheiro que era normalmente para o enfrentamento do problema da emergência, convivendo com uma época de especulação financeira muito intensa, fez com que os investimentos na área produtiva fossem para a área financeira, estimulando mais ainda essa vocação não sei se a palavra correta é essa — essa não-vocação de produzir.

Então, eu diria que essa "seca verde" é um conjunto dessas coisas que vêm combinar com um, eu diria, desinteresse histórico do Governo Federal em atacar de frente todas as causas da "seca verde", ou seja, todo o problema da seca.

O problema da seca está sempre tratado de uma maneira paliativa, é sempre vista como uma emergência quando não é, não deveria ser mais ou uma emergência. Não é surpresa o fenômeno climático em si, e o tratamento nunca é dado no sentido de resolver a questão definitivamente, mas apenas de superar o problema climático momentâneo — o que vai resultar, novamente, num problema climático e cada vez a situação, na minha opinião, se agrava mais.

Tentamos no Ceará, neste ano, dar ao problema da seca um tratamento diferente do que era dado, tradicionalmente, no nosso Estado. Criamos em cada município o que chamamos de GAC, que são os Grupos de Ação Comunitária, grupos formados por pessoas representativas da comunidade local e que ficaram encarregadas de destinar os recursos da seca para as obras mais necessárias àquele município ou àquela comunidade.

Ao mesmo tempo, esses grupos é que tinham o critério de escolha de alistamento das pessoas para o programa de emergência.

Criamos alguns critérios diferentes em que tentamos pagar o salário mínimo nacional a cada trabalhador, à medida que se exigia em troca de cada um deles o trabalho de 8 horas como todo trabalhador no País; ou seja, queríamos dar essa definição de que o homem nordestino, o trabalhador da seca, o trabalhador da emergência, tem condições de produzir e de trabalhar igual a qualquer outro homem, a qualquer outro trabalhador no País.

Esses trabalhos, essa mão-de-obra, então, seria destinada a obras permanentes, obras para a comunidade e indicadas por esse Grupo de Ação Comunitária, como nós chamamos, que era composto por pessoas havidas como represen-

tativas da sociedade local, da sociedade civil do município.

Então, como não tínhamos recursos suficientes para alistar todas as pessoas, pegamos como critério ter uma pessoa por família. Cada família tinha direito de alistar uma pessoa, e esta pessoa receberia o salário mínimo. Não tivemos condições de pôr o salário mínimo até o final do programa, que ainda continua, em virtude da falta de recursos.

Existem no Estado do Ceará cerca de 600 mil famílias de baixa renda no meio rural; atendemos cerca de 250 mil famílias à medida que se pegava uma pessoa por família.

Nossas necessidades para enfrentamento de um programa como esse, que ainda não acabou, seria na base de 10 bilhões, do início ao fim do programa, e recebemos do Governo Federal até hoje 4 bilhões de cruzados e com uma defasagem muito grande, o que vem confirmar o desinteresse histórico do Governo pelo problema da seca, e o desinteresse em relação à solução definitiva em todos os níveis do Governo Federal. Quando digo Governo Federal, não falo só nos que ocupam o Governo; em toda a estrutura do Governo Federal se nota claramente o desinteresse em resolver, em atacar o problema da seca. Chega-se a ponto tal que, em certas áreas daqui de Brasília, burocráticas também, quando chegamos para tratar do problema da seca em certos corredores, em certos Ministérios, a troca de olhares é daquele tipo: "olha, lá vem o chato, marreteiro, pedindo mais dinheiro. Vamos aguentá-lo e depois deixá-lo ir embora, que depois a gente esquece". Sentimos esse clima nos meios burocráticos de Brasília.

Em relação aos resultados que tivemos com essa tentativa de mudanças de critérios e de ataques ao problema da seca, deixamos um saldo, a meu ver, positivo. Não conseguimos fazer um programa de emergência do jeito que sonhamos, mas conseguimos uma mudança qualitativa muito importante em relação ao que era feito.

Há muito o que fazer em relação ao que seria ideal, mas nós deixamos cerca de 18 mil pequenas obras. Há aqui um quadro dessas pequenas obras que foram realizadas, que tipo de obra realizamos.

Acredito que acabamos com a indústria da seca e a sepultamos. Durante esta seca, não houve indústria da seca, e conseguimos implantar, de alguma maneira, um processo, uma preparação para se produzir, à medida que as primeiras chuvas começassem a cair no inverno deste ano.

Tudo indica que nós, nesta mudança de mentalidade, estamos tendo um sucesso. Fizemos uma campanha muito grande em relação a isso. Acredito que, pela área plantada no Estado do Ceará este ano, que é uma área plantada que há muito não se via — só vamos ter confirmação do sucesso ou não disso quando chegar a safra — houve uma preparação, uma mudança de mentalidade do homem do sertão em relação ao que ele precisava produzir. Ele precisava criar riquezas, precisava que o seu trabalho, inclusive em sua dignidade, fosse recuperado.

Esse é mais ou menos o esboço da nossa visão do problema da seca, do que foi a "seca verde" este ano e de como nós a enfrentamos. Trouxe um depoimento detalhado sobre números, quantidades, maneira de trabalhar, obras, que eu não quis ler aqui neste momento, para não ser enfadado.

nho, e para que o debate, ou a conversa pudesse se realizar. Deixo-o para que o examinem, e me coloco à disposição de V. Ex^a. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ismael Wanderley) — Sr. Governador, o primeiro inscrito para as perguntas é o nobre Relator desta Comissão e seu conterrâneo, Deputado César Cals Neto.

O SR. RELATOR (César Cals Neto) — Sr. Presidente, inicialmente quero ressaltar a palestra importante e esclarecedora do Governador Tasso Jereissati, sobretudo no que diz respeito a alguns aspectos em que o Governador comenta, e ao mesmo tempo denuncia, o que está muito de conformidade com o que estamos apurando aqui na CPI. Não me surpreende, porque o Governador, pelo que temos testemunhado, tem procurado fazer um trabalho de abordagem séria em relação aos problemas do Estado do Ceará.

Sr. Governador, V. Ex^a falou que, historicamente, as decisões são de relegar o Nordeste e que essas decisões continuam acontecendo. Temos constatado exatamente isso: a falta da decisão política. Não há uma decisão política de se efetivamente tratar o Nordeste como uma questão séria, uma questão nacional, até mesmo de desenvolvimento nacional. Senão, vejamos: pelo testemunho de dois Ministros de Estado — da Irrigação e do Interior — temos hoje, no Brasil, terras na ordem de 1,5 milhão de hectares irrigados; 500 mil no Nordeste e um milhão no Sul. Desse 1 milhão, 700 mil do Rio Grande do Sul. Mostra, logo, a falta histórica, conforme disse o Governador, de seriedade nas decisões políticas.

O ex-Ministro Bresser Pereira teve aquela desavença com o DNOCS — e até hoje não houve um desmentido das suas afirmações. Todos sabemos do grande trabalho que o DNOCS tem feito no Nordeste, sobretudo na construção de reservatórios hidráulicos. Mas o ex-Ministro Bresser Pereira dizia que, em 75 anos, o DNOCS tinha irrigado 12 milhões de hectares. Penso até que o DNOCS deve ter feito reservatórios, obras para irrigar 12 milhões de hectares, algumas milhares de vezes mais do que já irrigou. Até agora, não vi nenhum desmentido peremptório ao que falou o ex-Ministro Bresser Pereira, apesar de ter construído um volume imenso de reservatórios de água, de serviço — não estamos aqui desmentindo o DNOCS, pelo contrário, o DNOCS é instrumento de uma política. Estamos falando da falta de decisão política em relação aos problemas do Nordeste.

Há pouco, tivemos conhecimento dos depoimentos do Superintendente da Sudene. S. Ex^a disse que o orçamento da Sudene para o ano de 1988 é da ordem de 200 milhões de dólares. Ora, 200 milhões de dólares é bem menos do que foi, através de decisão política, emprestado a três empresas: à Transbrasil, à Engesa e à Sharp há poucos dias.

Por outro lado, sabemos que se o orçamento da Sudene, hoje, é de 200 milhões de dólares, há três, anos ou seja, em 1985, ele chegou a ser de 500 milhões de dólares. Hoje, está reduzido à ordem de 200 milhões de dólares.

A questão de subsídios — aqui está presente o Prefeito de Itapiúna que me perguntava, preocupado, o que iria fazer no seu município, já que o povo estava sem condições de pagar os juros

do crédito agrícola. Eu respondi a S. Ex^a que essa é a política da desabituação. O que vai acontecer, disse-lhe ainda, é que Itapiúna vai ficar com a metade da sua população, porque com esse tipo de juros, só vai dar para plantar em Copacabana e Ipanema. Assim mesmo, se plantar alguma coisa de concreto.

O nosso Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega — não desconhecendo a sua boa vontade — até agora não trouxe uma resposta clara para a questão dos subsídios.

A questão dos subsídios vai trazer, inclusive, um sério problema de desagregação para o Nordeste. Há quatro ou cinco meses, um grupo de Deputados, do qual participei, esteve com um Sr. James Conrol, assessor para o Cone Sul do Secretário Baker dos Estados Unidos. Estivemos em seu gabinete e, lá, o Sr. James Conrol fez, inclusive, uma série de críticas ao relacionamento do Brasil com o FMI, especialmente na época do Ministro Delfim Netto — Já tive a oportunidade de relatar o fato ao Deputado Delfim Netto. O Sr. James Conrol disse que existem, em termos de subsídios, agrícolas, 100 bilhões de dólares sendo aplicados no mundo inteiro. E isso significa um excesso de subsídio no mundo em termos dos produtos agrícolas, gerando uma superprodução. Evidentemente, isso em detrimento de uma série de mercados.

Há pouco, vimos, no caso da soja, os Estados Unidos dando subsídio aos seus plantadores de soja, implicando prejuízos de 200 a 300 milhões de dólares ao Brasil. Vamos chegar ao nosso problema do Nordeste.

O Brasil está estudando, detalhando um acordo com o FMI. Tínhamos interesse de defender o Nordeste neste acordo. Até agora, o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, não respondeu para a Bancada do Nordeste positivamente. S. Ex^a não deu nenhuma proposta mais concreta em termos de subsídios agrícolas.

Por outro lado, Governador, sabemos que o crédito agrícola no Nordeste não representa muito em termos do País. Porém, os tecnocratas nem sempre entendem isso. Temos conhecimento, hoje, de que o crédito agrícola no Nordeste deve representar cerca de 12% do crédito agrícola no Brasil inteiro. No entanto, ele significa 45% dos contratos de crédito agrícola, o que quer dizer que 12% é dinheiro para atingir os 45% de contratos que se fazem em termos de crédito agrícola.

O SR. PRESIDENTE (Ismael Wanderley) — Nobre Deputado, pediria a V. Ex^a que se apressasse, porque são vários os inscritos.

O SR. RELATOR (César Cals Neto) — Vou concluir Sr. Presidente. Isso mostra que realmente o problema do Nordeste está sendo relegado a segundo plano, e sem um motivo maior, porque não é isso que está gerando esse grande déficit público.

Colocaria para o Sr. Governador, não sei se S. Ex^a vai ouvir vários Deputados, se há algum tipo de discussão com o Ministro da Fazenda, em termos da defesa dos interesses do Nordeste, sobretudo quando sabemos que estamos na iminência desse acordo com o FMI, que tem uma política contrária aos subsídios.

O SR. TASSO JEREISSATI — O subsídio é importante, há gestões no sentido, inclusive uma

promessa do Ministro Mailson da Nóbrega em relação ao subsídio para o crédito agrícola para o Nordeste, especificamente. Mas no meu entendimento, o subsídio em si não é a solução, nem é uma alavanca assim tão importante de mudança no sentido do problema. Já tivemos várias épocas com subsídios, várias secas, "secas verdes" com subsídios, secas sem verde com subsídios e o problema não foi resolvido.

A meu ver, conforme V. Ex^a falou no início, é necessário uma decisão política para a resolução do problema, em que o subsídio é uma das ferramentas de uma política global. Se se jogar o subsídio isoladamente, não se vai resolver em nada. Talvez um probleminha aqui específico; alivia-se aqui a situação de um determinado segmento, mas não resolve o problema, não é uma maneira definitiva de se atacar o problema. É apenas uma das ferramentas de um complexo de atitudes políticas, econômicas, que têm que ser tomadas para a solução do problema.

Esse complexo de soluções implica uma decisão política. Hoje, falando em opinião, sou muito descrente de uma solução política ou muito desiludido de uma solução política a partir do Governo central. Acredito que é preciso haver uma política bem clara de descentralização de recursos, o mais possível inversamente proporcional à renda — as receitas da União inversamente proporcional à renda — e que essa descentralização seja não só de recursos, mas em termos administrativos também, ou seja, níveis de autoridades administrativas sejam repassadas cada vez mais aos Estados e Municípios para que esse problema possa ser atacado no seu conteúdo político, ou seja, haja uma decisão política a ser resolvida. A distância do esquema burocrático central de Brasília dos problemas, e a insensibilidade, são muito grandes para que possa haver mudança sem que haja essa descentralização. Defendo hoje, depois dessa experiência de um ano de uma "seca verde", como solução, a descentralização de recursos e uma descentralização administrativa também, não só de recursos, mas de níveis de competência administrativa para os Estados e Municípios de maneira que eles possam — eles que estão sentindo o problema — ter realmente essa vontade política de atacar esses problemas de uma maneira definitiva.

O SR. CÉSAR CALS NETO — E a questão do FMI?

O SR. TASSO JEREISSATI — O FMI acho que também faz parte, porque toda a agricultura do mundo é subsidiada, mas não tivemos FMI neste ano e o problema também não foi resolvido. Acho que temos que ver o problema de uma maneira bem aberta e não ficar procurando um bode expiatório para o problema, que não vai ser o FMI, porque não tivemos FMI este ano e o problema foi gravíssimo, seríssimo; nem subsídios tivemos esse ano, nem FMI nem nada. O que não houve foi uma determinação política, uma prioridade — o Nordeste é prioridade — quer dizer, sair da retórica para a ação quanto ao problema do Nordeste e acredito que isso só vai haver com a descentralização. V. Ex^a falou, por exemplo, do DNOCS. À medida que o DNOCS descentralizasse as suas ações, os seus recursos, a sua competência em relação aos governos estaduais e municipais, acho que haveria uma resposta muito

mais rápida. Levantado há quanto tempo existe o DNOCS, e o que ele fez em termos de irrigação? E a minha pergunta seria se não está na hora de mudar, de pegar o DNOCS para ser apenas um órgão acompanhador, ou para fazer grandes políticas, e os recursos e a implementação desses programas serem feitos pelos governos estaduais e pelos governos municipais? Eu acho que por ai que nós temos que começar a pensar o problema da decisão política de resolver os problemas do nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Ismael Wanderley) — Com a palavra o Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES — Sr. Presidente da CPI, Sr. Governador, Sr. Relator, companheiros Constituintes, Secretários de Estado aqui presentes: Tentarei ser tanto quanto possível objetivo nas interpelações a V. Ex^a, Sr. Governador.

Durante a sua exposição foi destacada enfaticamente, e eu fiz questão de anotar, uma menção que V. Ex^a entendeu de fazer considerando um desinteresse histórico pelo problema da seca. Pela sua responsabilidade de Governador, realmente é uma afirmativa que merece exame, que merece aprofundamento, que merece uma apreciação com toda a acuidade, da representação política da região no Congresso Nacional. Eu diria a V. Ex^a que esse desinteresse tem sido percebido por Senadores, e Deputados que representam o Nordeste no Congresso Nacional e agora na Assembléia Nacional Constituinte, e diria que na presente legislatura — se as Legislaturas anteriores quando o mesmo fenômeno se apresentou, houve reações, posições corretas, dignas, firmes em defesa dos interesses regionais — eu diria que também agora as Bancadas do nordeste muito bem coordenadas e exemplarmente articuladas não têm permitido que permaneça esse quadro de desinteresse histórico que V. Ex^a mencionou. No presente momento temos todos nós nos revesado nas tribunas, da Câmara, do Senado, da própria Assembléia Nacional Constituinte trazendo essas questões que V. Ex^a entendeu de aflorar no curso do seu pronunciamento na manhã de hoje.

Gostaria de fazer, em relação a isso, Sr. Governador Tasso Jereissati, a seguinte colocação: eu mesmo ocupei a tribuna do Senado e da Constituinte, em algumas oportunidades, para reclamar aquilo que extraí, certa vez, de uma audiência com V. Ex^a, que era o cumprimento do Plano de Emergência. V. Ex^a anunciaava que o seu Governo, mesmo lutando em meio às maiores dificuldades, se obrigará, para cumprir os cronogramas de desembolso, a arcar com o ônus decorrente do pagamento de parcelas do Plano de Emergência que foram retidas, ou pela SUDENE ou pelo Ministério do Interior ou pelo Ministério da Fazenda. Fomos várias vezes à tribuna reclamar desse atraso; numas das vezes, à frente da Sudene, num período de interinidade estava o Dr. Frotá, hoje Diretor de Incentivos Fiscais, que me endereçou um longo telex mencionando as datas das remessas para os Estados da região, desses recursos relacionados com o Plano de Emergência.

A primeira pergunta que faço a V. Ex^a nessa breve intervenção. Perdura a defasagem nesse cronograma de desembolso, obrigando Estados como o do Ceará a arcar com a responsabilidade de pagamento desses milhares de alistados nas

obras realizadas no Ceará e nos outros Estados? É a primeira indagação que deixo a V. Ex^a

A segunda, Sr. Governador: com a chegada das chuvas no Estado do Ceará — e V. Ex^a mencionou, já com a sua experiência administrativa capitalizada nesse primeiro ano de profícuo atuação, o problema da cultura de subsistência de milho e de feijão — com a chegada dessas chuvas V. Ex^a iniciou um programa denominado Arranjo da Produção, e me chega a dúvida que ainda remanesce e espero que V. Ex^a consiga dissipá-la: o Estado obteve sementes com o apoio do Governo Federal para oferecer a esses produtores que estão reclamando o plantio, nessa hora, com a chegada das chuvas? E a última indagação a V. Ex^a que de certa maneira se insere na exposição do Sr. Relator César Cals Neto; e trago também uma experiência vivenciada como Presidente do Banco do Nordeste.

As instituições de crédito oficial, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, o Banco do Estado do Ceará que V. Ex^a conseguiu sanear durante o seu governo, esses organismos de crédito oficial têm tido recursos para enfrentar o custo agrícola, oferecendo aos agricultores que demandam as suas carteiras de crédito geral dotações suficientes que permitam estimular o produtores rurais?

Então, seriam essas 3 colocações básicas que gostaria que V. Ex^a, em torno delas, se manifestasse diante desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. TASSO JEREISSATI — Gostaria de ressaltar inclusive o trabalho e a ajuda que o Senador Mauro Benevides nos tem dado aqui em Brasília, constantemente reclamando esse desinteresse e essa falta de providências.

Hoje mesmo, no Estado do Ceará, estamos com um adiantamento de cerca de 500 milhões de cruzados para o programa de emergência, quer dizer, o nosso Estado é paupérrimo, o Estado do Ceará mal tem recursos para cobrir a sua folha de pagamentos. Hoje está com 500 milhões. O que representam 500 milhões? Se não me engano, é custo histórico, porque, o que perdemos em juros e correção monetária desses recursos adiantados e uma coisa estrondosa. Isso ocorreu praticamente durante toda a seca. Durante todo o programa de seca isso ocorreu e continua ocorrendo até o momento, quando já estamos atualmente na iminência de atrasar pagamentos — o que já aconteceu: tivemos que atrasar o pagamento de flagelados da emergência, estamos na iminência de fazê-lo novamente, se não chegarem os recursos e já temos cerca de 500 milhões adiantados. O mesmo acontece em relação ao problema das sementes, em que nós, justamente querendo evitar um problema futuro — isso em relação à nova "seca verde" — iniciamos, a partir de novembro do ano passado, um programa de distribuição de sementes, que poderia inclusive fazer parte do próprio programa de emergência; seria correto que o próprio programa de emergência fosse um programa que tentasse evitar problemas futuros. A partir de novembro do ano passado, começamos a fazer aos alistados, aos flagelados, à medida que as chuvas começam a cair também uma distribuição de sementes de alta produtividade, sementes selecionadas, o que nunca ocorreu no Estado, para que viessemos a ter este ano uma produção e que se voltasse

a ter essa mentalidade de produzir e que a seca não abatesse completamente o nosso sertanejo

Noventa e nove por cento dessas sementes foram compradas com recursos próprios do Estado porque, apesar de termos começado a tentar — e o Senador nos ajudou, acho que desde agosto do ano passado, começamos a solicitar, inclusive havia sobras de sementes — apesar de termos começado a tentar conseguir algum tipo de semente que fosse transferido para essa finalidade, não o conseguimos.

E, em relação ao Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco estadual, basicamente ao crédito subsidiado, também isso até hoje não ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (Ismael Wanderley) — Tem a palavra o Deputado Ubiratan Aguiar.

O SR. UBIRATAN AGUIAR — Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Governador, Sr. Senador Mauro Benevides, Companheiros Constituintes:

Eu tinha aqui anotado que, em relação a esse problema que se abate sobre nossa região, temos fatores internos e fatores externos.

Na exposição do Governador, S. Ex^a já fez referência a vários desses fatores internos, que vão desde programas que não se adaptam à realidade, que não constam de obras duradouras ou que permitam ao homem conviver com a estiagem, até a um problema de gerenciamento inadequado desses recursos. E os externos que vão desde o problema de um colonialismo interno que se pratica neste País a uma ação governamental que é a falta de decisão política e a que o Deputado César Cals Neto fez alusão, até a pluralidade de programas que não têm sentido de continuidade e que, às vezes, também, eles não se integram.

Isso faz com que os recursos fiquem dispersos e os resultados não sejam aqueles desejados. Mas, após citar esses fatores, gostaríamos de aproveitar para fazer uma denúncia e um apelo, porque o problema da nossa região vai além das fronteiras ideológicas ou partidárias. Vimos, com tristeza, agora, companheiros, em dois momentos, quando da votação do dispositivo que cuidava da composição das bancadas e, mais recentemente, no sistema de governo, o ranço que existe entre regiões mais desenvolvidas e as menos. A ameaça velada que a própria imprensa registra é de que nós seríamos retaliados, se vitoriasse a nossa proposta em relação à composição da representação popular nesta Casa ou em relação ao sistema de governo. E essa retalição far-se-ia, Sr. Governador e companheiros — e isso a imprensa registra fartamente —, na redistribuição da renda nacional, quando, após o esforço de todos que integramos a Frente Parlamentar do Nordeste, conseguimos algum avanço procurando corrigir o desequilíbrio verificado atualmente de um Nordeste com 30% da população do País e com apenas 12% da renda nacional. Esses fatos nos preocupam profundamente, porque o que se verifica são regiões como a Centro-Sul e a Sul do País, que se desenvolveram e que cresceram à custa de vantagens e decisões políticas governamentais, como o dólar diferenciado para promover a industrialização de São Paulo e agora se voltam contra as ZPE, dizendo que significa a desnacionalização da nossa indústria. Nem sequer discutem em profundidade o projeto. Mas veêm apenas a possibilidade de haver uma concorrência de uma região com outra, porque eles nos querem manter como

um mercado consumidor. Não estou aqui falando como separatista. Longe de mim uma idéia como essa do divisionismo, mas não podemos permitir que esse fosso continue a existir dentro de um mesmo país e provocado por regiões desenvolvidas contra as subdesenvolvidas. Daí por que coloco duas indagações. Primeiro, Sr. Governador, que providências estruturais podem ser tomadas, em face de uma economia muito débil como a nossa que se sustenta numa agropecuária que, por sua vez, fica a depender de um clima e fica a depender de decisões políticas como essas? Quero fazer aqui um parêntese para registrar que sou e continuo sendo totalmente contrário à política da área econômica do Governo e dos governos que o antecederam, que castigam, que apenam a nossa região e que são responsáveis por tudo quanto tem acontecido de desequilíbrio na nossa economia. Lançam um programa como o FINOR, desequilibram o FINOR, lançam o FISET, desequilibram o FISET. Retiram os subsídios dos juros da agricultura e da pecuária, tratando igualmente situações desiguais. Então, fechando o parêntese e voltando: que providências estruturais seriam necessárias para se implantar em nossa região, por parte do Governo, de forma a permitir um crescimento econômico da região? Segunda: que contribuição foi dada em termos de produção e de melhoria de vida e de renda dos colonos nos perímetros irrigados, implantados até agora pelo que é hoje o Ministério da Irrigação, o Departamento Nacional de Obras contra as Secas no Ceará? V. Ex^a dispõe de algum dado que nos possibilitasse vislumbrar a contribuição desse trabalho em favor da produção do Estado e da região?

O SR. TASSO JEREISSATI — Como V. Ex^a disse, as providências, a meu ver, têm que ser providências estruturais. Temos que ter, primeiro, uma política constante de combate à seca. Como eu disse, no meu depoimento, a seca começa à atingir aquele que não tem água em casa. Então, é uma política de obras hídricas que, inclusive, foi feita, se não me engano, no dia 4 de janeiro, em Aracaju, o lançamento do programa Padre Cicero, que tinha essa finalidade. Mas, não temos ainda uma definição desse programa. Mas, em relação à seca é um programa permanente, o programa de seca não pode ser desativado quando cai a primeira chuva, é um programa estrutural. Então, o problema em relação à seca é um problema hídrico, propriamente dito, que vai desde a construção de barragem, à construção de adutora, à construção de cacimbo, à construção de sistemas, à construção de poços profundos, de maneira que você tenha condições de colocar pontos de água — e eu estou falando mais com relação à sobrevivência, a água humana do que a água para irrigação.

Segundo, um programa de irrigação concreto, quer dizer, você tem que ter um programa de irrigação, e junto com o programa de irrigação a definição dos recursos desse programa, que tem que ser feito descentralizadamente.

Terceiro, um programa de terra, um programa de reestruturação fundiária na nossa região. Temos áreas, temos uma quantidade grande de famílias sem acesso à terra e uma quantidade grande de terras que não são produtivas e que poderiam ser integradas ao sistema produtivo, junto com toda uma sistemática de complementar. Vo-

cê dá uma terra seca simplesmente para um homem, você não está fazendo nada, você mantém esse homem no mesmo nível de miséria. Uma política de industrialização para o Nordeste, porque não existe uma política de industrialização definida para o Nordeste — aqui eu queria fazer um parêntese — nenhuma política de industrialização, de região alguma no mundo, nem no Brasil, nem em qualquer outra parte do mundo foi feita sem incentivos, foi feita sem algum tipo do que chamam hoje os economistas, de distorção econômica. Toda política de industrialização foi feita à base de distorções econômicas. Aqui tem o Deputado Osmundo Rebouças, que é um economista que pode até fazer um histórico das distorções econômicas que foram feitas, por exemplo, para a industrialização de São Paulo: dólar diferenciado, programas. O BNDES funcionou, em São Paulo, por muitos anos, com juros subsidiados muito mais do que uma Sudene. A Sudene é uma brincadeira na frente do que representou o BNDES no financiamento da produção em São Paulo. A paridade cambial prejudicava o Nordeste e incentivava a produção, principalmente na época da substituição de importações. Lembro-me do último programa da Indústria de Base, que talvez tenha sido inclusive maior do que um ano da Sudene, pois este Programa da Indústria de Base do BNDES fazia um aporte acionário igual ao da Sudene, sendo que era mais simplificado e os recursos eram generosos. Esse Programa foi o suporte de todo o sistema de nascimento da indústria de base, da indústria de bens de capital em São Paulo. Se quisermos qualquer política de industrialização do Nordeste tem que ser à base de incentivos ou subsídios, ou ambos, e isso é sempre uma distorção econômica. A pureza do modelo econômico de não se tocar no modelo econômico, que não haja distorções econômicas somente quando interessa a uma região esses critérios não podem ser levados em consideração. E acima de tudo, na minha opinião, um programa de decisão política vai depender, cada vez mais, de uma descentralização. Não acredito, hoje, que sem uma descentralização em todo o sentido, descentralização de recursos, e descentralização administrativa, haja uma decisão política de se enfrentar verdadeiramente, definitivamente o problema nordestino.

Tenho dito e tenho dito em alguns programas de televisão em São Paulo e em alguns debates em São Paulo, que é preciso haver uma consciência de que é um grande erro — você levantou aí, e tenho ouvido essa história de retaliar em cima dos Estados do Nordeste, na distribuição.

O mais prejudicado vai ser sempre o Centro-Sul, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. Enquanto não houver essa consciência de que o problema do Nordeste não é regional, é um problema nacional. São Paulo e Rio de Janeiro continuarão a ser as cidades mais problemáticas do País, porque, a cada dia em que eles aumentam a oferta de empregos ou aumentam o nível de renda, a diferença aumenta entre o Nordeste e o Centro-Sul, despejamos lá dentro milhões, milhares de pessoas sem capacitação para o trabalho, sem condições, que voltarão a diminuir o salário de São Paulo e do Rio de Janeiro, que voltarão a causar um problema social, que forma ilha de riqueza e aparente prosperidade que, fatal-

mente, vai transformar o Rio de Janeiro no que ele é hoje, uma das cidades mais inseguras e problemáticas do mundo. E, à medida que isso for avançando e que se for consolidando essa diferença, esses Estados serão os grandes sofredores e se tornarão mais inviáveis do que as nossas.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Tem a palavra o Deputado Aécio de Borba.

O SR. AÉCIO DE BORBA — Sr. Presidente, Sr. Relator, ilustre Governador do Estado do Ceará:

Esta CPI é para nós do Nordeste de uma importância capital, porque busca ela um histórico capaz de orientar providências e trabalho a ser desenvolvido especialmente pelos integrantes das Bancadas nordestinas, visando exterminar essa desigualdade que, infelizmente, ainda ocorre no Brasil e para a qual as autoridades federais ainda não tiveram uma linha política capaz de buscar exterminá-la de vez. E como é um fato histórico, pedimos para participar desse depoimento e o fazemos, especificamente, com essa finalidade histórica. A explanação preliminar do ilustre Governador evidenciou algo que não podemos nunca obscurecer, a decisão de S. Ex^a de modificar costumes, de enveredar por rumos diferentes e proporcionar ao Estado uma liberação de manipulação política específica, que, infelizmente, ocorria em grande escala, foi sendo, cada vez mais dirimida e, agora, a decisão de V. Ex^a tem-se instalado em todos os setores, com uma autoridade e uma desvinculação à força que essa parte política exerce e que não convém, de plano, a quem tinha esses objetivos. Mas parece-me que de todas essas declarações, a que ficou mais evidente é que o Governo Federal e o Governador teve até uma imagem que é bem da propriedade dos burocratas, que recebem não só os Governadores, os Secretários de Estado, mas também os Senadores, os Deputados e os tratam com esse mesmo asco, com essa mesma distância que leva à figura de "chato" que o Governador evocou aí. Mas, tendo integrado o Governo do Estado, em mais de uma vez, do nosso Ceará, eu não poderia deixar que, no histórico deste depoimento, nesta sessão da Comissão, não ficassem alguns dados que precisam ser realmente olhados, para que essa afirmação do Governador se evidencie por muitas outras anteriores, muito mais agravadas, e que se tente buscar, realmente, a falta de recursos, à falta de uma política, um planejamento permanente para o combate às secas, de âmbito federal, porque cada Estado não poderá realizá-lo. Primeiro, pelo isolamento de providências que se fariam, se fossem concebidos em cada área da dimensão estadual e, segundo, pela absoluta falta de recursos para que se faça esse planejamento, de um modo geral.

E vemos alguns dados que, às vezes, até se casam. O Governador, por exemplo, disse que atendeu a 250 mil pessoas e que cada uma receberia o salário mínimo. Vemos política mais ou menos similar. Em Governo anterior, acompanhei o fato de que o Governo limitava, em cada família, inclusive pegando menores e senhoras, 4 pessoas, e o Governador dizia que esse pessoal recebia exatamente 1/4 do salário mínimo, ou seja, a família recebia o mesmo valor que recebia a família da qual só se inscrevia uma pessoa. Era

apenas uma questão de diferença de enfoque, da maneira de se aproveitar.

Vê-se, também, que governos anteriores fizeram planos para a produção Recordo-me, por exemplo, na última administração do Governador Virgílio Távora, em que trouxemos e emdereçamos algumas dezenas de ofícios ao Ministério do Interior, à Sudene, ao próprio Ministério das Minas e Energia, à época dirigido pelo ilustre pai do Relator, mostrando uma série de necessidades voltadas totalmente para a produção.

Na área do Aracati, Jaquiribara, Tabuleiro Grande, onde, na extrema do Rio Grande do Norte, já em Mossoró do nosso Presidente, há poços-jorántes que, cavados a uma determinada profundidade, produzem água que jorraram diuturnamente. E foi feita uma planificação para se cavar poços desse tipo e fazer um trabalho de aproveitamento de produção em toda aquela região, capaz de centralizar a atividade de muitas pessoas para um desempenho produtivo.

Buscou-se, também, alistamento de pessoas, dependentes, arrendatários e moradores de inúmeras fazendas de maior dimensão, para que aqueles flagelados trabalhassem na própria fazenda, produzindo trabalho de incentivo ou de melhoria das condições de produção, para, quando da virada de um inverno, realmente se fazer.

Sem dúvida alguma, tinha-se como meta e objetivo buscar isso, mas todas essas providências e todos esses planos pedidos ao Governo Federal, infelizmente, não foram sequer atendidos ou não sei se estudados ou preparados para, em outras oportunidades, serem adequados e melhorados.

O fato é que, sem dúvida alguma, a evolução da vida mostra que, a cada instante, tem-se, não só artefatos mais modernos na área de comunicação, de informática e de vários outros setores, mas uma evolução em cada estudo, cada pioneirismo vai ficando para trás daqueles que o sucedem. Assim também é na vida administrativa.

Há, não tenham dúvida, a oportunidade de, em se examinando alguma coisa que foi feita de maneira errada ou alguma coisa que se iniciou ou se foi pioneiro para torná-la realidade, o que vem depois já ter, naqueles ensinamentos e naquele testemunho, o objetivo.

Então, fazendo essa preliminar, que é uma ressalva de que isso realmente existiu já com esse objetivo e um reforço à afirmativa do Governador da falta de atendimento do Governo Federal a esses objetivos, tínhamos anotado aqui duas coisas sobre as quais gostaríamos de ouvir no depoimento do Governador.

A primeira é se a tarefa dos flagelados se acopla a algum programa constante de combate à seca de caráter permanente, se isso já foi feito numa globalização desse estudo e se há esse estudo.

O segundo é que, também dentro do que S. Ex^a muito enfatizou da má distribuição de terras e tendo sido criado, no Governo Virgílio Távora, um instrumento estadual para o levantamento e a distribuição dessas terras, principalmente as estaduais e aquelas federais desapropriadas e não aproveitadas — como, na Serra do Granjeiro, por exemplo, há propriedades de 28 mil hectares desapropriadas e apenas 3 mil e tantos instalados — pergunto se o ITERCE já tem esse levantamento e a que profundidade ele chegou na distribuição dessas terras do Estado e da área federal que existiam no Ceará.

O SR. TASSO JEREISSATI — Queria deixar bem claro que não desconheço nenhuma medida pioneira ou mérito administrativo dos governos anteriores. O fato com que convivi foi, como o Sr. mesmo disse, uma talvez deturpação de uma medida que se iniciou, talvez medida pioneira naquela época, mas que o fato que enfrentei foi uma deturpação completa dessa idéia. O conceito do salário também é importante nessa diferença, quer dizer, de se pagar, é pagamos, acréscimo, 80% do programa do salário mínimo. O conceito do salário *versus* trabalho é não o da esmola a quem o trabalhador teria direito, igual a outro trabalhador qualquer no resto do País, porque estava sendo remunerado por um trabalho e não recebendo uma esmola em troca, como favor do governo ou favor de um dirigente político, ou favor de alguém. Foi esse conceito que procurámos reintroduzir, pode ser, no sentido de que se voltasse a dignidade do trabalho ao homem e à produção concreta no interior. Em relação à sua pergunta, em relação ao ITERCE que transformamos em autarquia, IDARCE, já temos o levantamento e não sei dizer, neste momento, mas já fizemos um número de assentamento muito grande neste governo. Os dados que tenho sobre assentamentos, depois posso lhe encaminhar com mais precisão para não dar um número sem maior precisão, mas o número de assentamentos que fizemos, já nesse primeiro ano de governo, corresponde aos assentamentos feitos em 5 ou 6 anos.

Hoje, concentrarmos esse trabalho em cima de obras hídricas; basicamente, as obras seriam em torno de cacimboes, cisternas, poços profundos, enfim, do que chamamos Programa Ponto de Água. A idéia era, e continua sendo, de desenvolver pontos de água em todo o território do Estado, de maneira a que as pessoas não fiquem distanciadas mais do que determinada quilometragem de um ponto de água. Evidente que não conseguimos isso num programa de seca, mas queríamos acoplar, agora, a um programa do Governo Federal, porque não temos recursos para continuar esse programa, em ritmo menor do que o que fizemos, porque não pretendíamos atender 250 mil pessoas com salário mínimo, mas empregando menos gente, de maneira a que o programa fosse permanente, e continuasse da mesma maneira. E que numa próxima seca a carência de água para beber e para cozinhar fosse praticamente perto do zero. É essa a programação que fizemos, e que, esperamos, ainda seja atendida pelo Governo Federal, e acho que é um papel muito importante que os Parlamentares nordestinos poderiam ter hoje, no sentido de que haja continuidade, que não pare, agora que começaram as primeiras chuvas, que não pare esse programa da seca, que continue e que esse programa de obras hídricas tenha continuidade normal, como um programa permanente.

O SR. FIRMO DE CASTRO — Sr. Presidente, Sr. Governador, Srs^a e Srs. Constituintes, Sr. Secretário, Srs^a e Srs.

Sr. Governador, é fato notório e indiscutível que a estrutura de poder, no País, por suas raízes essencialmente assentadas nos Estados e regiões mais ricas, ou menos pobres, se exercita sem muita sensibilidade para a questão regional. V. Ex^a, em depoimento insuspeito, por conta de sua posição política, chega mesmo a admitir essa in-

sensibilidade por parte do Poder central e até uma certa desilusão com relação ao encaminhamento centralizado de uma questão regional que envolve certamente a necessidade da descentralização. Isso, evidentemente, está demonstrado por tudo que vem acontecendo no País, em termos de desenvolvimento regional, ao longo dos últimos anos. Um dado que expressa claramente o que seria esse desapreço, essa insensibilidade, está no aumento do hiato entre as regiões mais pobres e mais ricas; está exatamente no empobrecimento relativo dos Estados das regiões Norte e Nordeste, em relação ao País como um todo. Em sendo assim, parece muito claro, que não somente o exercício do poder no seu dia-a-dia, como em particular, a formulação da lei ordinária no Brasil não tem contemplado o encaminhamento das soluções regionais que se tornam absolutamente iridispensáveis e que nos colocam no risco de uma convulsão social. Dentro dessa perspectiva, pareceu-nos e continua nos parecendo, absolutamente indispensável, não que isso venha representar a solução do nosso problema, mas que dentro do atual processo constituinte se procure respaldar, tanto quanto possível, as definições de dispositivos que resguardem os interesses regionais. E, em se tratando de uma Constituição que tende a ser bastante detalhista e casuística, que guarde mesmo até alguns instrumentos de política e de ação, de objetivos nitidamente regionais. Em sendo assim, é que se tem desenvolvido um amplo esforço com vista a como que resguardar o que seria uma grande política de desenvolvimento regional, no contexto da futura Constituição. Nós já conseguimos institucionalizar as regiões de desenvolvimento, o planejamento e os incentivos regionais, o que em nenhuma outra oportunidade de nossa História constitucional foi feito. Nós temos até então aprovado, a ser submetido ainda ao Plenário, algumas outras questões importantes como a regionalização dos orçamentos, como o fortalecimento do sistema financeiro oficial regional, o resguardo também de algumas iniciativas específicas de caráter tipicamente de desenvolvimento das regiões mais pobres, como é a Zona Franca de Manaus, quem sabe as ZPES, os incentivos fiscais do FINOR etc. Nesse contexto, e relacionado com o tema dessa CPI, se procurou estabelecer um instrumento que viria favorecer o desenvolvimento dos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que seria através da destinação de 3% do Imposto de Renda e do IPI para essa finalidade. Isso, complementaria um quadro que se esboçou de política regional, dentro da Constituição; o quadro institucional, com o fortalecimento do planejamento etc, como se disse; o quadro orçamentário, através da regionalização e assim por diante. De maneira que o setor público estaria, de certo modo, respaldado num conjunto de dispositivos, mas ficaria a descoberto o desenvolvimento do setor produtivo, à medida em que se espera que com essa descentralização de recursos da União para os Estados e Municípios, a União, que já hoje tem se mostrado insensível com a questão, por exemplo, do financiamento do setor produtivo regional, com menos recursos, a tendência será ela cada vez mais se fechar a essas soluções. Assim é que num contexto geral se incluiu um item que visava particularmente só o desenvolvimento do setor produtivo, através dos bancos regionais e se insti-

tuí, então, esses 3%, que foram instituídos para essa finalidade. O que se quer agora, não só a aprovação disso como disposição permanente, mas mais do que isso, numa disposição transitória, fazer com que a vigência da aplicação desses recursos seja feita imediatamente após a promulgação. Com isso eu imagino, por exemplo, que o crédito rural, como o crédito à microempresa, que hoje não tem encaminhamento adequado a nível do Governo Federal, e que, como eu disse, no futuro terá razões talvez fortes para que não venha a ter, face ao fechamento e à descentralização financeira, que se poderia então, a partir desses 3%, imaginar programas de financiamento aos setores produtivos, dentro dessa linha que as regiões tradicionalmente vêm requerendo o crédito agrícola subsidiado e etc.

Então, eu indagaria a V. Ex^a, da seguinte maneira: como o governo do Ceará se posiciona, primeiro, ante a esse dispositivo dos 3%? Vê-se que esse caminho de se colocar recursos para que os bancos possam financiar em termos locais e descentralizadamente a agricultura, a agropecuária e até a microempresa. Esse seria um caminho que pareceria importante? E, segundo, qual a disposição — no caso de uma resposta positiva — do Governo do Estado se engajar mais ainda juntamente com os demais governos, nessa luta para que, a Assembléia, através do seu Plenário, venha a consagrar definitivamente essa questão no texto constitucional.

O SR. TASSO JEREISSATI — Está, justamente, dentro da nossa idéia esse programa que institucionalize programas específicos para as regiões mais pobres que fica implícito, até, nessa desilusão em relação à decisão ou à vontade política de Poder Central de Brasília em resolver os problemas regionais. A dúvida que eu tenho em relação ao programa e aos bancos regionais é, justamente, os bancos regionais subordinando a uma política econômica centralizada e qual seria a consequência disso? Quer dizer, à medida que esses recursos fossem descentralizados, que existam esses recursos para a produção mas que eles sejam descentralizados, eu acho que isso teria mais efetividade. O meu receio é que eles vão para um banco regional tipo Banco do Nordeste, por exemplo, o Banco da Amazônia, que é essa a idéia. E, no Banco do Nordeste, o Banco do Nordeste está sujeito a uma política administrativa subordinada administrativamente a uma política do Governo Federal. Até que ponto isso impediria essa ação.

O SR. FIRMO DE CASTRO — V. Ex^a me permite só um aparte?

O SR. TASSO JEREISSATI — Pois não.

O SR. FIRMO DE CASTRO — É que com relação ao dispositivo e nós, diante dessa preocupação que V. Ex^a também tem, qualificamos a destinação desses recursos de forma tal que teria que ser feito mediante programas de financiamento aprovados regionalmente, ou seja, mantida a estrutura de hoje, institucional, provavelmente pelo Conselho Deliberativo da Sudene, onde os governadores têm uma presença fundamental. Então, caberia a esses planos de desenvolvimento contemplar programas de financiamento de interesse regional, e, eu imagino que esses programas

contemplariam, de pronto, o crédito agrícola como o crédito à microempresa.

Dessa forma os bancos regionais estariam atrelados, fundamentalmente, a essa questão, já que o repasse de recursos é um repasse que não passa pela estrutura financeira tradicional, que são recursos fiscais da União, que seriam diretamente transferidos para os bancos e não estariam sujeitos, certamente, à orientação e ao controle da autoridade monetária.

O SR. TASSO JEREISSATI — Ficam desvinculados administrativamente, quer dizer, um banco poderá...

O SR. FIRMO DE CASTRO — É, ele equivale ao fundo de participação, que diretamente para os Estados, passaria aos bancos, naturalmente dentro de um sistema direto de transferência, naturalmente fugindo a esse esquema concentrador e manipulado pela autoridade monetária. Agora, a aplicação seria feita de acordo com planos de financiamentos, que seriam elaborados a nível regional e, provavelmente, se se mantiver a institucionalização de hoje, é através do Conselho Deliberativo da Sudene.

O SR. TASSO JEREISSATI — A linha é essa, tem que ser por aí e eu também não tenho receio mas acho que vai obrigar o Governo Federal, também, a enxugar uma série das suas estruturas e deixar, à medida que ele tenha uma perda de receita, que haja um enxugamento de estruturas e, esse enxugamento de estruturas — estou falando menos pelo recurso e mais pela parte de competência administrativa fique descentralizada, à medida que você é obrigado a tirar estruturas, você descentraliza e dá aos Estados e Municípios mais poder de ação.

O SR. FIRMO DE CASTRO — V. Ex^a, então, se engajaria na defesa disso, dessa mobilização que vai ter que ser urgentemente?

O SR. TASSO JEREISSATI — É evidente.

O SR. OSMUNDO REBOUÇAS — Sr. Presidente, Sr. Governador, Srs. Parlamentares, Secretários:

Tivemos há dois anos e meio na Áustria, eu e o Dr. Magalhães, também, analisando, juntamente com vários representantes de países do mundo que têm problema de seca, quais as políticas adotadas para conviver com a seca. Verificamos que o Brasil está entre os mais atrasados do mundo em matéria de política de convivência com a seca. Realmente, voltamos envergonhados de termos um País tão grande e tão mal preparado para enfrentar um problema que hoje é simples no mundo, que é a seca. Em matéria de irrigação, o Brasil está lá atrás, em matéria de política de apoio ao pequeno produtor, o Brasil está muito atrasado. A calamidade existe no Brasil e não mais em outros países, a não ser em alguns redutos da África, no meio das tribos, mas já vivem bem com a seca. O que vemos que falta no Brasil é o interesse de uma política séria de resolver o problema. A seca não é mais um problema para um país civilizado. Não deveria ser. Evidentemente há interesses políticos ainda arraigados. Há lideranças que ainda vivem com base na seca. Sem a seca muitas lideranças nem existiriam mais hoje dentro do Congresso, não existiriam, nem apareceriam mais aqui. Assim há fortes interesses

com base na seca. Isso todo o mundo já está sabendo. Como é que esse atraso se manifesta nas nossas ações diárias no desempenho do nosso Governo? Olhamos para a política para os setores sociais e produtivos. É muito evidente como o nosso atraso se manifesta, por exemplo, na política para a agricultura em geral: a desigualdade com que se trata o Nordeste e o Centro-Sul; basta ver os subsídios que vão para o Nordeste, que são irrisórios. Quando a seca se manifesta no Nordeste dá um risco muito elevado e que justifica um subsídio mais elevado para o Nordeste do que para o Centro-Sul. O que o Governo faz hoje? Tira o subsídio, ou seja, mata a pequena agricultura, o pequeno produtor. Não é possível uma agricultura que está sujeita à seca, com alta taxa de risco, viver sem um forte subsídio. E a política agrícola, em geral, não lida bem com a seca, não apóia o produtor na hora em que ele precisa. Partindo da agricultura para outros setores, verificamos de modo geral que a ligação entre o social e o econômico está muito comprometida em nossas políticas econômicas. O lema do Governo do Presidente José Sarney "Tudo pelo Social" deve ser cultivado e levado à efetiva aplicação. O que significa aplicar tudo pelo social? É verificar se o Nordeste tem a metade dos analfabetos, de ter metade dos recursos de educação. Se o Nordeste tem 40% dos doentes, deve ter 40% do dinheiro da saúde. O que acontece? Ele tem 18% da educação, 18%, 19%, 10% da saúde. Se o Nordeste tem desemprego em massa em grande quantidade, é preciso ter política do setor econômico que empregue o pessoal. Onde está o desempregado? Ali. Vamos pôr o programa de desemprego ali. Se o Nordeste tem a pobreza absoluta mais vergonhosa do Brasil, é preciso tirar aquele povo da miséria e da pobreza. Como? Com a política de renda. É dar emprego e renda. Há uma verdadeira mistura, eu diria, até proposital, de confundir as políticas chamadas regionais, que é o FINOR, Programa de Emergência da Seca, e não explicita o que são as políticas setoriais que tenham efeitos regionais. A política da educação, por exemplo, que concentra recursos do Sul, saúde, concentra recursos no Sul, siderurgia concentra no Sul, petroquímica..., vai concentrando de tal forma que no fim o sangue da economia não corre para a pobreza, corre para a riqueza. A ligação entre o social e o econômico, olhando para onde está a necessidade humana, para onde deve ir o recurso e o que está faltando. A falta de canalização do recurso para onde se torna necessário é permitida pela confusão que o Governo faz na sua própria política, dizendo que vai dar prioridade ao Nordeste, que é apenas representada por alguns programas que no contexto não têm importância nenhuma. O Governo Federal só aplica no Nordeste 10% dos seus recursos — A Fundação Getúlio Vargas, a Seplan pagou para fazer a pesquisa à Fundação Getúlio Vargas; desde 1970, 75 e 80 já fez essa pesquisa. Comprova por setor quanto é que o Nordeste recebe na área de saúde, educação — setorialmente a cada ramo da economia, cada setor diz direitinho quanto é que vai. Portanto, aquilo ali é um atestado da desigualdade que o Governo mesmo implanta; não é desigualdade natural do Nordeste, não é destino de Deus e nem do diabo. É o próprio Governo que provoca a desigualdade, e nas estatísticas que ele mesmo manda fazer — não tem

o que discutir. O Ministro Delfim Netto uma vez ouviu isso e disse: "Eu não acredito nessas histórias".

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) — Caro depoente, há mais inscritos e, gostaríamos que V. Ex^a abreviasse o seu depoimento.

O SR. OSMUNDO REBOUÇAS — Terminei já, Sr. Presidente.

Então o próprio Ministro Delfim Netto disse que não acreditava na pesquisa da Fundação — que ele mesmo pagou para fazer. Então, ele pagou e escondeu. Essa mudança de mentalidade é que devia ser incentivada. Acho que o governo do Tasso Jereissati está contribuindo para essa mudança, está rompendo estruturas, está criando resistência e S. Ex^a deve insistir nessa mudança de mentalidade. Aqui, na Câmara e no Congresso em geral, qualquer programa que se pense para o Nordeste é bombardeado imediatamente. Não se apóia a ZPEs de modo geral, como também não se apoiará nenhum programa para o Nordeste — não é porque ZPEs — qualquer programa, fosse feito por Deus, Jesus Cristo aqui, nesta Casa, será combatido e destruído. Eu diria até que não é má vontade dos paulistas, nem cariocas, nem mineiros. É porque existe um bolo limitado de recursos, e a briga por esse bolo é para ter maior fatia. Então, se as bancadas sulistas notam que os recursos do Governo brasileiro estão sendo aumentados de 10 para 11% para o Nordeste, eles não aceitam. Seja para qualquer programa, eles não aceitam aumentar a fatia relativa. Então, pode-se pôr o programa mais perfeito do mundo que será combatido aqui dentro. Para mudar isso é preciso que as Lideranças a começar pelos governadores — insistam que o equilíbrio social, a justiça social se faça através da política econômica e não só da política social. Assim, em vez de assistencialismo, é olhar produção, é olhar o ser humano, onde mais se precisa é que se deve levar o recurso. Então, pergunto ao Governador, se ele vê chances dessa mentalidade prosperar. Se nas suas conversas com o Governo Federal tem encontrado alguma receptividade. Se o nosso Presidente está a fim de realmente lutar para conseguir essas mudanças, porque do contrário, daqui a 100 anos nós estaremos discutindo nesta sala a mesma coisa.

O SR. TASSO JEREISSATI — Acredito — como eu disse no início: não tenho muita esperança a curto prazo. E todas as conversas que eu mantive com o Presidente Sarney, tem demonstrado a maior boa vontade em relação ao problema do Nordeste — aliás, não só em conversas, mas publicamente Sua Excelência tem falado, tem declarado, da prioridade do Nordeste e da solução do problema nordestino. Agora, como V. Ex^a disse: D. Pedro I disse que vendia a última jóia da Coroa para resolver o problema da seca, e não resolveu. Quer dizer, existe...

O SR. OSMUNDO REBOUÇAS — E nem vendeu a Coroa!

O SR. TASSO JEREISSATI — ...e nem vendeu a última jóia.

Existe uma resistência que eu diria estrutural. Quer dizer, e um problema estrutural, só estou vendo uma saída hoje, que é a descentralização. Quer dizer que começa pelo problema da descentralização de recursos e administrativa; porque há uma resistência estrutural. Se V. Ex^a levantar o quadro da situação aqui, o mesmo quadro pode ser levantado dentro do corpo de funcionários de um ministério, do corpo de assessoria, e vai encontrar o mesmo problema. À medida que chegamos aqui, no centro das decisões, encontramos essa resistência estrutural, e historicamente é a mesma coisa. Quer dizer, falei de D. Pedro I, o Deputado Aécio de Borba falou de governo de cinco anos atrás, seis anos atrás, e eu estou repetindo a mesma experiência, agora. Qual a saída? Dizer que há esperança numa mudança a curto prazo, espontânea? Há 15 dias, estive em Brasília — isto se reflete na própria imprensa — e, na saída do Congresso, um grupo de jornalistas me entrevistou sobre o problema de 4 ou 5 anos, e eu perguntei se eles sabiam que estava havendo uma seca no Nordeste. Eles nem sabiam, a maioria nem sabia. Nem a imprensa dá a devida importância, quer dizer, uma seca no Nordeste, que corresponde a 10 meses de enchentes no Rio de Janeiro, se repetindo, todos os dias, nem notícia de jornal é. É uma enchente no Rio de Janeiro de três dias é destaque. É lógico, não sou contra que se vá atender e ajudar a todo aquele problema no Rio de Janeiro, evidentemente, deve ser assim, mas há diferença até na imprensa, na visão do problema. Quer dizer, para o mundo todo, vai todo o mundo socorrer, e, até no Ceará, a visão da imprensa é tão grande, que até nos Inhamuns, que é a região mais seca, tinha gente ajudando os pobres flagelados do Rio de Janeiro.

Então, há um problema estrutural quando há a centralização, que não sei, é difícil de enfrentar. Tentamos expor o problema, choramos, mas não há repercussão. Há pouco tempo, também, participamos de um programa de televisão, em São Paulo, queríamos voltar para o programa da seca e do problema do Nordeste e não voltava. Voltava, sempre, para o problema político-institucional. Eu só estou vendo esta saída. Não acredito, talvez esteja sendo um pouco duro, mas nenhum programa de desenvolvimento regional, nenhum programa para o Nordeste, centralizado a partir de Brasília, dá certo.

O SR. PRESIDENTE (Ismael Wanderley) — Com a palavra o Deputado Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO — Sr. Presidente, Sr. Relator, prezado Governador Tasso Jereissati, Srs. Deputados, acho que é gratificante, para os membros deste CPI, e para os Deputados e Senadores que estão assistindo, aqui, os vários depoimentos de Senadores, de Governadores, melhor dizendo, de autoridades responsáveis pela política regional, a palavra do Governador Tasso Jereissati, que marca um novo caminho. Acho que temos de esquecer esta história de favor, de pedido, de mendicância em Brasília para poder resolver os problemas regionais. Porque aí é a visão estreita. É colocar o problema do Nordeste na perspectiva regional. Então, é gratificante, para os Constituintes, ouvir a palavra do Governador Tasso Jereissati apontando um novo caminho, e o novo caminho é a descentralização de recursos, é a descentralização administrativa. E é a partir da Assembléa Nacional Constituinte que o problema do Nordeste se transforma num pro-

blema nacional, e não num mero problema regional, localizado e específico. Então, aqui, já foi salientado, por Osmundo Rebouças e por Firmino de Castro os avanços quais à Assembléia Nacional Constituinte, através da bancada parlamentar do Nordeste, tem conseguido produzir, no texto da Comissão de Sistematização, mantida no texto do Centro, que é o texto-base que será votado em plenário. Avanços importantíssimos, e o que nos cabe, é pedir as lideranças políticas como o Governador Tasso Jereissati para emprestar o seu decidido apoio na mobilização da bancada do Ceará, mas, também, pela sua posição que exerce, de liderança, no Nordeste e em todo o País, pedir a compreensão, o entendimento, para que esses dispositivos possam ser mantidos e aprovados em Plenário. Porque a questão, agora, e foi bem dito pelo Governador do Ceará, não é uma questão de mais recursos, mas de gerência. Não adianta resolver o problema com mais dinheiro, porque o dinheiro aplicado por Brasília, é mal gasto, é mal aplicado, é desvirtuado, e não chega para atender os objetivos finais. Então, temos de tratar o problema do Nordeste, o problema regional, como uma questão, também, de gerência. Os recursos têm de se aproximar dos problemas, têm de se aproximar dos dirigentes que estão mais próximos de onde eles se localizam. Por isto, é que eu faço, de início, esta convocação do Governador do Ceará, para que ele continue firme na defesa desses dispositivos, para que possamos consagrar, de forma definitiva, a questão regional, como um problema nacional. E isto iremos conquistar, quando inserirmos estes dispositivos no texto da Constituição brasileira.

Mas teria um outro tópico que gostaria de abordar e que para nós, nordestinos, em particular, e para mim, como pernambucano, é motivo de grande frustração. Presenciei o Presidente Sarney em sua histórica visita à cidade de Petrolina, no Centro de Pesquisa do Trópico Semi-árido anunciar o programa de irrigação do Nordeste. Sua Excelência dizia, há dois anos atrás, que até o término do seu governo iria irrigar um milhão de hectares de terra no Nordeste. O fato concreto é que, hoje, não temos as informações precisas. O programa que era para ser para o Nordeste, hoje, é um programa nacional. E poderemos terminar incorrendo naquela constatação dos dados que o nosso Relator, Deputado Cais Neto trouxe, de que, hoje, a realidade da irrigação, no Brasil, é que mais de 2/3 dela se localiza no Sul e Sudeste, e que apenas 1/3, ou menos de 1/3 está na nossa região — região problema — que é a região Nordeste.

Hoje falo por Pernambuco: os programas de irrigação da Codevasf se encontram quase paralisados. A ampliação do Projeto Senador Nilo Coelho, Projeto do Pontal, Projetos do DENOCs. Não sei qual é a situação específica do Estado do Ceará, quantos hectares já foram irrigados neste primeiro ano de governo, quais são os programas e os projetos que o Governo Federal tem, para o Governo do Ceará. Mas o que sentimos é que esse programa, que tinha esta meta de um milhão de hectares, se não houver uma mobilização política rápida, dos Governadores, dos Parlamentares, para que isso não caia no esquecimento e para que o próprio Presidente Sarney possa resgatar esse compromisso, assumido com uma região, assumindo com a sua região. Afinal de contas

nós todos reconhecemos no Presidente Sarney a sensibilidade e até a compreensão para com os problemas do Nordeste, porque, também, foi parlamentar desta região e tem desejado, e busca resolver os problemas da região. Gostaria de ouvir, do Governador, como se encontra o problema de irrigação do Nordeste. Qual é a visão que S. Ex^a tem deste programa, o que foi feito, no Ceará, e quais são as perspectivas dele, até o final do atual Governo Federal. E, por fim, trazer uma sugestão e colher a opinião do Governador do Ceará.

Acabam de ser aprovadas, na última sexta-feira, pelo Banco Central as regras da conversão de dívida externa. Vai ser a única fonte de recursos para novos investimentos neste País. Estimativas preliminares nos informam de que será convertido, ainda este ano, alguma coisa em torno de um bilhão e meio de dólares, por ano. O Presidente José Sarney, atendendo até uma reivindicação das lideranças políticas e empresariais do Nordeste, em boa hora, autorizou, pelo menos, 50% das conversões realizadas em leilões fossem convertidas na região Nordeste. Mas acho que está faltando alguma coisa. Já estive com o Superintendente da Sudene e estive com o Presidente do Banco Central.

O SR. OSMUNDO REBOUÇAS — Eu vou fazer só um pequeno adendo sobre essa conversão: as condições impostas às empresas parece que são inacessíveis aos nordestinos.

O SR. PRESIDENTE (Ismael Wanderley) — Eu pediria ao nobre Deputado que concluisse.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO — Eu já vou concluir. Já estive com o Presidente do Banco Central, estive com o Superintendente da Sudene, levando esta idéia, porque nós temos de vender as nossas potencialidades, e o Nordeste é uma região de muito potencial, o Estado de Pernambuco tem 450 Km de costa fluvial. Há projetos da Codevasf, só para Pernambuco, que contemplam mais de 200 mil hectares irrigados. Certamente, o DNOCS tem, também, estudos realizados no Ceará. Na Bahia, são para mais de 800 mil hectares de projetos estudados, que são viáveis. Então, estaria na hora, de concretizar essa conversão de dívidas. Só para se ter uma idéia, isto significa a perspectiva de injetar, na região Nordeste, 700 milhões de dólares por ano, e, a partir deste ano, quando estamos sabendo que o orçamento da Sudene não dá 200 milhões de dólares, e o orçamento do Finor, a cruzados constantes, vai terminar não dando nem 100 milhões de dólares. Então, esta é a grande fonte. É preciso que haja uma mobilização política para que sejam atendidos esses grandes perímetros de irrigação,

porque acredito na irrigação como uma das formas de se enfrentar esse problema da questão nordestina. Seria importante que essa conversão de dívida fosse casada, fosse associada com os governos estaduais, com a iniciativa privada para que pudéssemos consolidar grandes pólos agro-industriais. E Petrolina é um exemplo disto, Juazeiro, na Bahia é um exemplo disto. Agora, é preciso ampliar e diversificar. Certamente, no Ceará, na região do Cariri; na Bahia, na região do Irecê, outros pólos poderão ser criados, instalados e oferecer uma nova perspectiva para a economia dos Estados do Nordeste. Muito Obrigado.

O SR. TASSO JEREISSATI — Sobre o problema da irrigação do Nordeste, acho que vamos cair no mesmo problema, quer dizer, o programa centralizado não vai. O programa de irrigação no Ceará deve estar, como em Pernambuco, Rio Grande do Norte, enfim, há algumas obras se iniciando, mas longe das metas. É um programa nacional, não tenho qualquer dado, mas é bem capaz de haver, no Paraná, mais áreas irrigadas, mais recursos do que no Nordeste.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO — São 130 mil hectares, no Nordeste, até três meses atrás, segundo o Ministro da Irrigação

O SR. TASSO JEREISSATI — Já irrigados?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO — Não, contratados, 90 mil com particular e 40 mil...

O SR. TASSO JEREISSATI — Não acredito neste programa centralizado, principalmente, da maneira como está sendo feito. Ele precisa ser radicalmente modificado.

Sobre o problema da conversão, acho que V. Ex^a tem toda razão. Já fiz uma sugestão ao Sr. Ministro da Fazenda e ao próprio Presidente da República, inclusive gostaria de torná-la pública, e Sua Excelência sugeriu que encaminhássemos mais detalhes. A sugestão foi no sentido de que o simples fato de se destinar 50% da conversão ao Nordeste não é o bastante, porque isto não quer dizer muita coisa para o conversor de dívidas. É preciso que haja um deságio diferenciado para o Nordeste. Este, a meu ver, é um caminho muito importante para nós, que haja um aumento dessa participação de 50 para 60% e uma diferença grande em deságio. Por exemplo, se se faz a conversão, em São Paulo, tem-se 60%, já no Nordeste seria algo em torno de 90%; se for para programa prioritário, em São Paulo, seria 95%, ao passo que no Nordeste seria algo em torno de 100%. Já mantive contato com alguns bancos que manifestaram interesse em investir maciçamente no Nordeste. É um incentivo. Sabemos que existe uma distorção, uma diferença, mas este é um incentivo como todo programa de desenvolvimento.

Associadas a isso, fizemos umas sugestões no sentido de que esse programa de conversão de dívida fosse complementado com alguns programas para exportação. Na conversão de dívida, haveria um deságio diferenciado, com um **draw back** diferenciado, com uma relação maior e um Befix também diferenciado para fazer uma complementação de um programa industrial, que já teria recursos garantidos, o que exigiria uma conversa preliminar com alguns conversores de dívida. Acredito que esta é uma política perfeitamente possível, sem qualquer implicação em termos de política econômica nacional, não existe desembolso, nem algo parecido. Trata-se de uma política perfeitamente possível.

Fiz a sugestão ao Ministro da Fazenda e ao próprio Presidente da República que a receberam muito bem. Acredito que V. Ex^as poderiam começar a fazer um trabalho importante em relação a isso, que pode ser terminado, porque, se começarmos a fazer um trabalho, ele é logo bombardeado e aparece alguma coisa, de uma maneira ou de outra, que acaba com o programa. A meu ver, isso deve ser uma solução imediata. Na última conversa que tive com o Presidente da República,

Sua Excelência ficou de tomar uma decisão imediata em relação ao assunto. Iria ouvir o Ministro Maílson da Nóbrega, a fim de que fosse tomada uma decisão imediata em relação ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ismael Wanderley) — Tem a palavra o nobre Deputado Luiz Marques.

O SR. LUIZ MARQUES — Sr. Presidente da CPI, caro Colega César Neto, Sr. Governador, Srs. Secretários:

Sr. Governador, ouvi com muita atenção a explanação inicial de V. Ex^a, onde se constata que os problemas que V. Ex^a vem enfrentando em relação ao Governo Federal são idênticos aos enfrentados pelos Governos que tive o prazer de servir no Ceará, a exemplo de outros companheiros que aqui se encontram, como o Deputado Aécio de Borba. Lamento profundamente que V. Ex^a não tenha conseguido sensibilizar as autoridades federais no sentido de mudar essa política de atendimento ao Nordeste e, de modo especial, ao Ceará. Consta-se que a insensibilidade do Governo Federal continua a mesma em relação a esses problemas que tanto afigem o Ceará.

Queria também congratular-me com a mudança de mentalidade que V. Ex^a vem procurando imprimir à frente do Governo, notadamente na condução de programas aqui relatados. Mas como essa CPI também faz História, ficarão nos registros da Casa, eu não poderia deixar de fazer alguns reparos a alusões feitas a conduções de problemas idênticos ao que V. Ex^a está vivendo por Governos anteriores.

Fui testemunha e participe desses problemas e da condução de alguns programas de atendimento à seca, no Estado do Ceará, por força da Secretaria que exercei por vários anos e vejo que alguns programas que V. Ex^a julga essenciais para amenizar o problema são programas idênticos àqueles implementados e conduzidos na sua época, com a mesma seriedade que o Governo de V. Ex^a vem imprimindo. Vejo, por exemplo, que V. Ex^a diz que se propõe a acoplar com o programa de atendimento da seca, para que nenhuma propriedade do Ceará fique sem um ponto d'água. Esse foi um programa amplamente difundido e com muita ênfase, iniciado no Governo Virgílio Távora, por exemplo, em que se dotou o Estado do Ceará das condições de equipamento e das condições humanas para a condução desse problema que acho da maior importância. Não se pode mais conviver com a seca sem que cada propriedade tenha um ponto d'água, que será conseguido com muita dificuldade dadas as condições geológicas do próprio Estado, como V. Ex^a acentuou, cerca de 90% no cristalino.

Mas o clientismo e o tratamento político a que V. Ex^a se referiu procurou ser combatido com muita ênfase por esse Governo a que servi e não poderia deixar de aqui dar este testemunho. Talvez o clientismo se traduziu por ajuda a uma prefeitura com uma máquina, um equipamento, para uma estrada vicinal tão necessária ao escoamento da produção agrícola, prefeituras que normalmente não tinham condições de implementar essas obras.

Queria também dizer a V. Ex^a que essa descentralização que o Governo do Estado vem buscando deve, no meu entender, ser perseguida com muita ênfase porque eu, na condução da Secretaria de Obras do Estado do Ceará, senti na pró-

pria pele a dificuldade que esses Governos enfrentam no sentido de ter os recursos para conduzir as obras de acordo com as reais necessidades do Estado.

Quero também dizer, em relação a esse atraso de pagamento, que os Governos passados também o enfrentaram e tiveram que resistir e fazer a mesma crítica que V. Ex^a aqui fez...

O SR. PRESIDENTE (Ismael Wanderley) — Deputado Luiz Marques, gostaria que V. Ex^a ajudasse a conclusão dos nossos trabalhos.

O SR. LUIZ MARQUES — Pois não, vou concluir. Mas eu, até por força da Secretaria que por muito tempo exercei, gostaria que V. Ex^a detalhasse um pouco mais no que se traduziu a mudança do plano de emergência implementado pelo Governo de V. Ex^a em relação aos anteriores e o que realmente de efetivo, em obras permanentes, o programa enfrentado por V. Ex^a, nesse primeiro ano dessa seca verde, vai deixar para o Estado do Ceará. Gostaria também que V. Ex^a em rápidas pinceladas, me dissesse o que está sendo feito em termos de eletrificação rural que, no meu modo de entender, é um dos componentes juntamente...

O SR. EXPEDITO MACHADO — Sr. Presidente, gostaria, se o colega permitir, de fazer uma pequena intervenção. Tenho a impressão de que esta Comissão Parlamentar de Inquérito — que eu não sabia que existia, e quero aproveitar para confessar — destina-se a debater a problemática do Nordeste. E, na medida em que estão sendo convocados Governadores e outras autoridades, é para que os problemas gerais sejam colocados e ela possa — atingir a sua finalidade.

O SR. PRESIDENTE (Ismael Wanderley) — Deputado, a observação de V. Ex^a está registrada e gostaria que o Deputado Luiz Marques concluisse.

O SR. LUIZ MARQUES — Gostaria, só para concluir, Governador, atendendo o apelo do Presidente, que V. Ex^a detalhasse um pouco o que traduziu essa mudança efetiva no programa de emergência, que é o objetivo principal desta CPI, ao contrário do que pode achar o nobre Deputado Expedito Machado.

O SR. TASSO JEREISSATI — Pois não, Deputado. Esclareço com muito prazer. A primeira mudança efetiva foi no combate, como V. Ex^a falou, do clientelismo e o clientelismo não é ajuda às prefeituras. A característica do clientelismo é restringir a determinada clientela o atendimento do programa. A primeira mudança fundamental é na universalização do atendimento. Quer dizer, o alistamento do flagelado não dependia do chefe político e da filiação partidária ou da ligação partidária. Ele era feito através de grupos de ação comunitária, o que dava essa característica universal do atendimento. É a isso que chamo de clientelismo. Basicamente é a mudança de uma determinada clientela para a universalização do atendimento. Essa é a primeira mudança.

A segunda mudança importante é quanto ao conceito do salário e do trabalho. O salário, na valorização do homem, corresponde a um salário igual ao de qualquer trabalhador e tem como contrapartida o trabalho e uma produção, que

é uma mudança, que acho fundamental, e que teve diferentes consequências, já hoje, no Estado.

A terceira mudança, que considero muito importante — V. Ex^a falou bem aí, quer dizer, quando V. Ex^a falava, falava muito a palavra propriedade, ponto d'água na propriedade e a condição geológica. Era um programa muito visado em termos da propriedade. Nós visamos o homem. Quando falo ponto d'água, não falo poço, falo cisterna. Não existe nenhuma conotação de propriedade, mas de que cada casa ou cada comunidade tenha uma cisterna para que possa se beneficiar da água para beber e para cozinhar no período constante de estiagem que existe. Por maior que seja a seca no Estado, há sempre uma chuva, vamos dizer, ao redor de 300 milímetros, que é o mínimo de chuva durante o ano, capaz de armazenar um mínimo de água para o homem, de maneira que ele possa sobreviver de maneira mínima — não digo nem condigna — durante o período de estiagem. Então, não visa a propriedade nem o atendimento da construção de um poço para a propriedade, mas visa o atendimento do ponto d'água, e o ponto d'água deve estar perto do homem e não da propriedade. Essa é a visão que nós devemos.

Dezoito mil e 900 obras hídricas foram feitas dessa maneira, em que incluem 8.680 cisternas, 9 mil poços amazonas. A filosofia é mais ou menos essa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ismael Wanderley) — Tem a palavra o Deputado Expedito Machado.

O SR. EXPEDITO MACHADO — Sr. Presidente, Sr. Governador, Colegas na Constituinte, entendo que esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi constituída para debater a problemática do Nordeste. Eu diria que foi constituída numa época inopauta.

O SR. PRESIDENTE (Ismael Wanderley) — Deputado Expedito Machado, a Comissão Parlamentar de Inquérito Mista se destina a avaliar os prejuízos da seca no Nordeste, é mais específica.

O SR. EXPEDITO MACHADO — Então, não tenho nada a acrescentar, pois não estou participando desta matéria. Eu imaginava que ela desejasse debater e queria aproveitar o ensejo apenas para dizer, talvez, muito poucas coisas, acrescentar muito àquilo tudo que já se sabe. Seguramente, creio que a nossa posição no Nordeste deve ser mais debitada a nós mesmos, nós elites do Nordeste, do que propriamente a qualquer outras forças. Se nós nos darmos ao trabalho de examinar, vamos chegar à conclusão de que até o presente instante não temos um plano de desenvolvimento para o Nordeste.

A primeira tentativa foi feita em 1959, que resultou da instalação da Sudene, instalação que trouxe no seu bojo a obrigatoriedade de estabelecer planos plurianuais, posteriormente abandonados. A Sudene, que tinha a missão de planejar e de coordenar, também hoje já deixou essa missão ou passa a ser uma missão secundária. O que estamos faltando hoje, a nosso ver, é sobretudo um programa que possa levar as autoridades federais a considerarem o problema do Nordeste como uma prioridade nacional, não uma prioridade retórica, mas, na verdade, uma prioridade nacional, o que na verdade não está acontecendo.

Entendo que isto é mais resultante da falta de movimentação das élites do Nordeste do que propriamente de outros setores que têm obrigação, mas estão cercados de problemas e conferem prioridade a outros setores que, talvez, não tenham a importância do Nordeste.

Feitas essas ligeiras considerações, gostaria de perguntar ao Governador Tasso Jereissati, uma vez que S. Ex^a está aqui, se o Governador do Ceará tem conhecimento do programa dos órgãos de atuação regional. Se S. Ex^a não o tem, ou se o tem, a segunda pergunta seria: o Governo do Estado sabe das realizações que estão sendo executadas no Ceará por esses órgãos de desenvolvimento regional?

O SR. TASSO JEREISSATI — Órgãos de desenvolvimento regional específico seriam, no caso, o Banco do Nordeste, a Sudene, o DNOCS. A meu ver, é outro ponto importante e que tem relação com a descentralização, que haja uma ação conjunta e soma de esforços em relação aos programas desses vários órgãos.

A Sudene, ultimamente, tem perdido muito — já há algum tempo que vem perdendo — do seu peso de um órgão de desenvolvimento regional ligado diretamente à Presidência da República, com a finalidade de planejar o desenvolvimento, na concepção mais ampla da palavra. A Sudene tornou-se ultimamente um mero aprovador, repassador de projetos, escasseando inclusive os seus recursos — participava com 100% dos benefícios de incentivos fiscais e, hoje, em torno de 20%.

É importante — penso que o Deputado levantou bem o problema — que trago, uma conjunção de esforços entre esses órgãos, quer dizer, trabalhos e esforços paralelos. Às vezes, há um governo de Estado fazendo um programa numa direção, chega um órgão desses e muda completamente a direção do programa, resultando num desperdício de recursos e de energia muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Ismael Wanderley) — Tem a palavra a Deputada Moema São Thiago penúltima oradora inscrita.

A SRA. MOEMA SÃO THIAGO — Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Governador, Srs. Secretários e Constituintes:

O Governador Tasso Jereissati desempenhou e desempenha um papel muito importante em termos de mudança de uma estrutura anacrônica, oligárquica e, sobretudo, geradora de miséria. Nós sabemos disso.

Participando de várias reuniões desta CPI dos danos da Seca, temos constatado, não só pelos depoimentos de visitantes como Ministros e Governadores, mas sobretudo pelas análises e perguntas dos colegas Constituintes, que a questão da seca do Nordeste não é somente uma questão da seca, é sobretudo do Nordeste, é sobretudo uma questão política, uma questão de vontade política. Trata-se de uma questão que não se resolve com um programa específico ou com uma ação de um governo, ou de um ministério.

Lembro-me bem de uma exposição do Ministro João Alves, aqui, em que saí bastante angustiada. Nela S. Ex^a apresentou até um dos dados levantados pelo colega César Cals, de que só temos um bilhão e meio de hectares irrigados nos 500 anos de colonização em nosso País, enquanto a Índia está irrigando, por ano, exatamente, 2 bi-

lhões de hectares. Mais precisamente, 2 bilhões e trezentos mil. A Índia vai terminar essa década com 50 bilhões de hectares irrigados.

Tem-se visto que a questão roda sempre em círculo, em função de que as élites no Nordeste movimentam-se em círculo e não pelo Nordeste. Estou bastante angustiada e assumo essa angústia, essa preocupação, até mesmo diante das colocações do Governador, quando S. Ex^a luta pela descentralização, não só econômica, a descentralização administrativa, mas, sobretudo, econômica, mas, sobretudo, entendo a necessidade da descentralização política. E, ontem, tivemos, no meu entender, uma decisão terrível para o País, porque concentrámos, centralizamos ainda mais o sistema, o poder, na aprovação da emenda do Senador Humberto Lucena.

Eu gostaria de perguntar ao Governador, diante dos resultados, o que realmente ele espera, em termos de Nordeste, porque sei perfeitamente que o Governador entende e analisa, em grande parte, da mesma maneira. O que se pode esperar hoje do Brasil, do Governo Federal, para o Nordeste, especificamente para o Ceará, em termos concretos, Governador?

O SR. TASSO JEREISSATI — Deputada Moema São Thiago, acho que há uma mudança. O meu conceito de descentralização não tem nada a ver com este; o meu conceito de descentralização não é de Brasília para Brasília, não! Vários Deputados aqui já levantaram as dificuldades que têm, dentro do Congresso, com o preconceito que existe em relação ao Nordeste. Isto aqui foi levantado por todos os Deputados. Minha descentralização é de Brasília para os Estados e para os Municípios: econômica, administrativa e política. De Brasília para Brasília dá na mesma, se não piora. O preconceito é de todas as estruturas. Fala-se muito em Governo Federal, mas não é Governo Federal, é Brasília, é dentro do Governo, estrutura burocrática e administrativa, e Congresso, segundo depoimentos de vários Deputados aqui presentes.

Essa estrutura resiste e, como V. Ex^a disse muito bem, nós defendemos uma descentralização política, à medida em que eu possa ser cobrado no meu Governo, ou um Prefeito — Para vários aqui, possa ser cobrado da nossa população o não cumprimento de determinados programas porque temos os recursos para fazê-los. O Presidente da República ou o Congresso não tem a menor responsabilidade com a população de Acaraú, por exemplo — e estou vendo o Prefeito de Acaraú aqui. Se não for feito o projeto de irrigação em Acaraú, o Presidente, os Ministros, os funcionários do Ministério ou o Congresso, no caso parlamentarista, estão dando pouca bola para o que está acontecendo em Acaraú. Ele, o Prefeito, não; vai ter que responder. A isso é que eu chamo de descentralização política. Ele vai ter que responder a seu eleitorado e responde dia-a-dia, em relação aos programas não cumpridos. O mesmo acontece com o Governador do Estado.

Descentralização de Brasília para Brasília, para mim, é a mesma coisa. O que esperamos é um programa real de descentralização econômica, política e administrativa, de níveis administrativos, que saia de Brasília.

Não vou entrar na discussão de presidencialismo e parlamentarismo, porque isso, para mim,

é de menor importância. O que é de maior importância é que haja essa descentralização. Meu medo do parlamentarismo é que aumentasse essa concentração em Brasília, quer dizer, que se puxasse mais coisas para Brasília, o que só ia piorar as coisas.

O importante não foi discutido. O importante é você acabar 5 ou 6 Ministérios que não valem nada, que estão aí para não fazer nada, e passar o dinheiro que está sendo gasto nesse Ministério para o Prefeito, para o Governador fazer essa ação. É isto que é importante e não vi isto ser discutido.

Não sei se V. Ex^a entendeu bem a minha posição, o que eu chamo de descentralização.

O SR. PRESIDENTE (Ismael Wanderley) — Deputado Furtado Leite.

O SR. FURTADO LEITE — Inicialmente, Sr. Presidente, desejo cumprimentar o Sr. Governador Tasso Jereissati, e concordar com suas palavras.

Cheguei aqui praticamente no final e não ouvi bem a exposição de S. Ex^a mas, na parte estrutural, o Sr. Governador tem toda a razão: é importantíssimo para o Nordeste brasileiro. Ela não existe.

O mecanismo de administração pública brasileira, federal e estadual, tem 20 anos, 50 anos. A Sudene, por exemplo — votei o projeto juntamente com o pai do Sr. Governador, Carlos Jereissati, criando a Sudene no Governo de Juscelino Kubitschek —, teve a sua época de grande atuação no desenvolvimento do Nordeste, mas, hoje, não é mais possível, Sr. Governador, continuar a mesma situação de 1959. A estrutura é a mesma, aqueles projetinhos são a base do comércio. Não entendo que a Sudene ainda tenha o mesmo objetivo com que foi implantada.

Não temos no Nordeste, por exemplo, no Ceará que conhecemos de perto, banco de desenvolvimento. Não há um banco federal de desenvolvimento para a Região — há o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil — e isso faz falta ao Nordeste no seu desenvolvimento.

Para surpresa dos Srs., como Relator do Orçamento da União nesta Casa por várias vezes, constatei que a arrecadação tributária do Nordeste é recolhida ao Tesouro Nacional. Grande parte desse dinheiro foi investido em Brasília e continua sendo aplicado em reserva de contingência, cuja finalidade é pagar os funcionários públicos da União. E o Nordeste não tem retorno.

Portanto, Sr. Governador, a Bancada do Ceará e do Nordeste precisa ser bem alertada para essa situação. Sem uma estrutura nova jamais podermos alcançar o desenvolvimento do Nordeste. Veja, então, que não podemos registrar um fato novo. O DNOCS é de mil e oitocentos e qual ano; o Banco do Nordeste, de 1951/54; e a Sudene, de 1959. Não houve renovação. Portanto, Sr. Governador, a sua posição recebe todo o meu apoio. Vamos criar a estrutura para o Nordeste, para que não sofra com a seca, não sofra com a pobreza. Sem essa posição — disse-o o nosso Deputado — há 100 anos estamos aqui escutando a mesma coisa. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Governador.

O SR. PRESIDENTE (Ismael Wanderley) — Governador Tasso Jereissati, foi uma honra para nós

tê-lo, hoje, na Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, que investiga os prejuízos da seca no Nordeste. Não tenho pergunta a fazer, mas apenas um apelo. Enquanto a descentralização não vem, muito bem colocaram, sob esse aspecto, os Deputados Firmo de Castro, Osmundo Rebouças e Fernando Coelho, do seu empenho junto com os demais Governadores, no sentido de que obras como Xingó não sejam paralisadas, para que não tenhamos um novo rationamento em novembro de 1991; para que o programa de irrigação — e o Sr. disse não mais acreditar — tenha canalizados os seus recursos para o Nordeste. E, sobretudo, que isso seja antes que ocorra algo muito grave, porque, se o Governo Federal não se sensibilizar no tocante à correção monetária plena, vamos, na Constituinte, simplesmente anistiar todos os pequenos e médios devedores. Esse projeto

já se encontra com 400 assinaturas, e as repercussões o Sr. sabe quais poderão ser.

Se o Governo não se sensibilizar — e para isso gostaríamos da sua atuação como Líder nordestino, como Governador moderno — que o Sr. ajudasse o Governo a pensar duas vezes e a iniciar, de imediato, uma compensação na correção monetária para os pequenos e médios agricultores e pecuaristas do Nordeste que —, e o Sr. sabe muito bem —, não têm como pagar.

No mais, Governador, estamos honrados com a sua presença. Em nome do Presidente desta Comissão, Teotônio Vilela Filho, que, por motivo de força maior, não está presente, do Relator, César Cals Neto, e no meu nome e no de todos os membros da Comissão e demais parlamentares, agradecemos a sua presença e passamos o microfone para a sua despedida.

O SR. TASSO JEREISSATI — Sr. Presidente da CPI, Srs. Membros da Mesa, Srs. Deputados, agradeço imensamente a oportunidade de ter podido vir aqui prestar esses esclarecimentos. Espero ter contribuído de alguma maneira para a discussão do problema nordestino, para o aprofundamento da nossa questão, principalmente do problema nordestino, que não é o problema só da seca em si. Espero ter feito essa contribuição e estou à disposição da bancada nordestina, dos deputados e dos senadores do Nordeste para qualquer luta, qualquer programa que venha a beneficiar e a resgatar essa já mais do que centenária luta da nossa região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ismael Wanderley) — Está encerrada a reunião.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral	Cz\$ 950,00
Exemplar Avulso	6,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral	Cz\$ 950,00
Exemplar Avulso	6,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal-Agência-PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do:

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF.
CEP: 70160**

Maiores informações pelos telefones (061) 211-4128 e 224-5615, na Supervisão de Assinaturas e Distribuições de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

CÓDIGO DE MENORES

(2^a edição — 1984)

Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, tramitação legislativa e comparação com a legislação anterior; anotações (legislação, pareceres, comentários) e outras informações

532 páginas — Cz\$ 120,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal (CEP 70160 — Brasília-DF), ou através de encomenda mediante vale postal ou cheque visado.

Atende-se, também, pelo reembolso postal.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA N° 96

(outubro a dezembro de 1987)

Está circulando o nº 96 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 352 páginas, contém as seguintes matérias:

Os dilemas institucionais no Brasil — **Ronaldo Poletti**
A ordem estatal e legalista. A política como Estado e o direito como lei — **Nelson Saldanha**
Compromisso Constituinte — **Carlos Roberto Pellegrino**
Mas qual Constituição? — **Torquato Jardim**
Hermenêutica constitucional — **Celso Bastos**
Considerações sobre os rumos do federalismo nos Estados Unidos e no Brasil — **Fernanda Dias Menezes de Almeida**
Rui Barbosa, Constituinte — **Rubem Nogueira**
Relaciones y convenios de las Provincias con sus Municípios, con el Estado Federal y con Estados extranjeros — **Jesús Luis Abad Hernando**
Constituição sintética ou analítica? — **Fernando Herrero Fernandes Aguillar**
Constituição americana, moderna aos 200 anos — **Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza**
A Constituição dos Estados Unidos — **Kenneth L. Penegar**
A evolução constitucional portuguesa e suas relações com a brasileira — **Fernando Whitaker da Cunha**
Uma análise sistemática do conceito de ordem econômica e social — **Diogo de Figueiredo Moreira Neto e Ney Prado**
A intervenção do Estado na economia — seu processo e ocorrência históricos — **A. B. Cotrim Neto**
O processo de apuração do abuso do poder econômico na atual legislação do CADE — **José Inácio Gonzaga Franceschini**
Unidade e dualidade da magistratura — **Raul Machado Horta**

Judiciário e minorias — **Geraldo Ataliba**
Dívida externa do Brasil e a arguição de sua inconstitucionalidade — **Nailé Russomano**
O Ministério Público e a Advocacia de Estado — **Pinto Ferreira**
Responsabilidade civil do Estado — **Carlos Mário da Silva Velloso**
Esquemas privatísticos no direito administrativo — **J. Cretella Júnior**
A sindicância administrativa e a punição disciplinar — **Edmir Netto de Araújo**
A vinculação constitucional, a recorribilidade e a acumulação de empregos no Direito do Trabalho — **Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena**
Os aspectos jurídicos da inseminação artificial e a disciplina jurídica dos bancos de esperma — **Senador Nelson Carneiro**
Casamento e família na futura Constituição brasileira, a contribuição alemã — **João Baptista Villela**
A evolução social da mulher — **Joaquim Lustosa Sobrinho**
Os seres monstruosos em face do direito romano e do civil moderno — **Silvio Meira**
Os direitos intelectuais na Constituição — **Carlos Alberto Bittar**
O direito autoral do ilustrador na literatura infantil — **Hildebrando Pompeu Neto**
Reflexões sobre os rumos da reforma agrária no Brasil — **Luiz Edson Fachin**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas Senado Federal, Anexo I, 22º andar Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF Telefones: 211-3578 e 211-3579

PREÇO DO
EXEMPLAR:
Cz\$ 150,00

Assinatura para 1988 (nº 97 a 100): Cz\$ 600,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775. Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA N° 95

(julho a setembro de 1987)

Está circulando o nº 95 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 360 páginas, contém as seguintes matérias:

— Direitos humanos no Brasil — compreensão teórica de sua história recente — **José Reinaldo de Lima Lopes**

— Proteção internacional dos direitos do homem nos sistemas regionais americano e europeu — uma introdução ao estudo comparado dos direitos protegidos — **Clémerson Merlin Clève**

— Teoria do ato de governo — **J. Cretella Júnior**

— A Corte Constitucional — **Pinto Ferreira**

— A interpretação constitucional e o controle da constitucionalidade das leis — **Maria Helena Ferreira da Câmara**

— Tendências atuais dos regimes de governo — **Raul Machado Horta**

— Do contencioso administrativo e do processo administrativo — no Estado de Direito — **A.B. Cotrim Neto**

— Ombudsman — **Carlos Alberto Provençano Gallo**

— Liberdade capitalista no Estado de Direito — **Ronaldo Poletti**

— A Constituição do Estado federal e das unidades federadas — **Fernanda Dias Menezes de Almeida**

— A distribuição dos tributos na Federação brasileira — **Harry Conrado Schüler**

— A moeda nacional e a Constituinte — **Letácio Jansen**

— Do tombamento — uma sugestão à Assembléa Nacional Constituinte — **Nailê Russomano**

— Facetas da "Comissão Afonso Arinos" — e eu... — **Rosah Russomano**

— Mediação e bons ofícios — considerações sobre sua natureza e presença na história da América Latina — **José Carlos Brandi Aleixo**

— Prevenção do dano nuclear — aspectos jurídicos — **Paulo Affonso Leme Machado**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefone: 211-3578

PREÇO DO
EXEMPLAR:
Cz\$ 150,00

Assinatura para 1988
(nºs 97 a 100). Cz\$ 600,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775. Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

CONSTITUIÇÃO DO BRASIL E CONSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS

A Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal está lançando a obra **Constituição do Brasil e Constituições Estrangeiras**.

A publicação, em 3 volumes, apresenta os textos integrais e um índice temático comparativo das Constituições de 21 países.

Volume 1

BRASIL — ALEMANHA, República Federal da — ARGENTINA

CHILE — CHINA, República Popular de

CUBA — ESPANHA — ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

FRANÇA — GRÃ-BRETANHA — GUINÉ-BISSAU

Volume 2

ITÁLIA — JAPÃO — MÉXICO

PARAGUAI — PERU — PORTUGAL — SUÍÇA

URSS — URUGUAI — VENEZUELA

Volume 3

ÍNDICE TEMÁTICO COMPARATIVO

Preço = Cr\$ 500,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Telefone: (061) 211-3578) — Senado Federal, Anexo I, 22º Andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF.
Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal, remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.
Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

SENADO FEDERAL

SUBSECRÉTARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

PUBLICAÇÕES PARA A CONSTITUINTE

- **Constituição da República Federativa do Brasil** — 10^a edição, 1986 — formato bolso. Texto constitucional vigente consolidado (Constituição de 1967, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969, e as alterações feitas pelas Emendas Constitucionais números 2, de 1972, a 27, de 1985) — Notas explicativas das alterações com as redações anteriores — minucioso índice temático. (Preço: Cz\$ 50,00)
- **Constituição da República Federativa do Brasil** — Quadro comparativo anotado: texto vigente — Constituição de 1967 — Constituição de 1946. Notas. Índice temático. 5^a edição, 1986. (Preço: Cz\$ 160,00)
- **Constituições do Brasil** (2 volumes — ed. 1986). 1^º volume: textos das Constituições de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações. Texto constitucional vigente consolidado. 2^º volume: índice temático comparativo de todas as Constituições. (Preço: Cz\$ 300,00)
- **Constituição Federal e Constituições Estaduais** (textos atualizados, consolidados e anotados. Remissões à Constituição Federal. Índice temático comparativo). 4 volumes, com suplemento de 1986. (Preço: Cz\$ 200,00)
- **Regimentos das Assembleias Constituintes do Brasil** (Obra de autoria da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal — edição: 1986) — Antecedentes históricos. Regimentos das Assembleias Constituintes de 1823, de 1890-91, de 1933-34 e de 1946. Textos comentados pelos Constituintes. Normas regimentais disciplinadoras do Projeto de Constituição que deu origem à Constituição de 1967. Índices temáticos dos Regimentos e dos pronunciamentos. Índices onomásticos. (Preço: Cz\$ 150,00)
- **Leis Complementares à Constituição Federal** — números 1/67 a 54/86 (históricos) — 3 volumes, com suplemento de 1987. (Preço Cz\$ 300,00)
- **Anteprojeto Constitucional** — Quadro comparativo: Anteprojeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais — Texto constitucional vigente. Notas. Índice temático da Constituição vigente (edição 1986). (Preço: Cz\$ 100,00)
- **Leis Orgânicas dos Municípios** — 2^a edição — 1987. Textos atualizados e consolidados. Índice temático comparativo. 3 volumes. (Preço: Cz\$ 300,00)
- **Revista de Informação Legislativa** (Preço do exemplar: Cz\$ 150,00) (assinatura para 1988: Cz\$ 600,00)
- **Constituição do Brasil e Constituições Estrangeiras** (com índice temático comparativo) — 3 volumes — ed. 1987 — Textos integrais e comparação das Constituições de 21 países (Preço da coleção: Cz\$ 500,00)
- **Constituições Estrangeiras** — série (com índice temático comparativo) (edição 1987)

Volume 1 — Alemanha (República Democrática); Bulgária; Hungria; Polônia; Romênia; Tchecoslováquia	Cz\$ 150,00
Volume 2 — República da Costa Rica e República da Nicarágua	Cz\$ 100,00
Volume 3 — Angola; Cabo Verde; Moçambique; São Tomé e Príncipe	Cz\$ 150,00
Volume 4 — Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia	Cz\$ 150,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo 1, 22º andar — Praça dos Três Poderes. CEP 70160 — Brasília, DF — Telefone: 211-3578.

Pedidos acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

Regimentos das Assembléias Constituintes do Brasil

Obra de autoria da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal

— Edição: 1986 —

- Antecedentes históricos.
- Regimentos das Assembléias Constituintes de 1823, de 1890-91, de 1933-34 e de 1946. Textos comentados pelos Constituintes.
- Normas regimentais disciplinadoras do Projeto de Constituição que deu origem à Constituição de 1967.
- Índices temáticos dos Regimentos e dos pronunciamentos. Índices onomásticos.

496 páginas

Preço: Cr\$ 150,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, anexo 1, 22.º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefone: 211-3578.

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal, remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: CZ\$ 6,00